

# REVISTA MILITAR

Administração — Largo da Anunciada, 9 — Lisboa

N.<sup>os</sup> 6 e 7

Junho e Julho de 1922

Ano LXXIV

Director, proprietário e editor — Empresa da *Revista Militar*  
Composição e impressão na TIPOGRAFIA DA EMPRESA DIARIO DE NOTICIAS  
Rua do Diario de Noticias, 78 — Lisboa

## A travessia aérea Lisboa-Rio de Janeiro

A travessia aérea do Atlântico, decidida e iniciada com meios e recursos escassos, mas garantida pelo saber, pela força de vontade e fé viva dos dois grandes portugueses que a empreenderam, completou-se de forma brilhante, com meios ainda mais deficientes.

Depois da chegada aos Penedos de S. Pedro, nada mais havia a realizar, no ponto de vista científico. A admiração do mundo pelo feito realizado, e o acatamento dos meios técnicos e profissionais pela solução prática dada aos problemas da navegação astronómica aérea, tinham-se manifestado da forma mais significativa.

Mas havia na travessia uma parte política a atender e um ponto de vista de ordem sentimental a considerar, ambos de grande importância, embora sem o valor transcendente e o caracter de duração, que possui o ponto de vista científico. Quási chegamos a bem-dizer as causas do contratempo, que levou à amaragem forçada nos Penedos, pois que esta, se, por um lado, não impediu que se completasse a travessia, ofereceu, por outro, a oportunidade de apreciarmos naqueles dois ilustres oficiais qualidades de bravura, persistência e força de vontade, em grau máximo, as quais, juntas ao alto valor científico, de que tinham já dado provas, fazem que possamos considera-los com a maior justiça dois grandes portugueses, cujos nomes já hoje passaram os umbrais da História da Humanidade.

Para êles vai, não só a nossa mais comovida admiração, mas o mais profundo reconhecimento, porque, exactamente

num período de abatimento, em que o mundo quási de nós se esquecia, ou apenas nos lembrava para nos julgar mal, êles, com o seu feito, vieram provar que não desapareceram nos portugueses aquele conjunto de qualidades, que os fizeram grandes no passado, dando-nos ao mesmo tempo a justificada esperança em uma época de ressurgimento, de que êles sejam os precursores.

Escrevemos ainda sem notícias pormenorizadas da parte mais agitada, mais acidentada da viagem. Mas, uma vez ainda podemos afirmar que a História se repete, porque, guardadas as proporções e a distância de épocas, vemos reviver a lenda do *Mar Tenebroso* nas fantasias dos que ingenuamente têm exagerado na sua imaginação os acidentes da parte da travessia Penedos — Fernão de Noronha.

A realidade é já por si bastante intensa, contudo, para que precisemos de carregar-lhe as côres.

A viagem de S. Tiago aos Penedos de S. Pedro foi realizada em condições difficilimas, quási desesperadas. Logo às primeiras horas de vôo, se reconheceu que, devido ao consumo de gasolina, bastante superior ao previsto, só uma cuidadosíssima navegação, que assegurasse um caminho rigorosamente rectilíneo, sem o menor desvio, permitiria alcançar o ponto de destino. Durante quatro horas *discutiram* no ar os dois aviadores, por troca de lacónicos bilhetes, se deviam continuar a viagem, ou retroceder. Foram êsses momentos, quatro longas horas, — diz o comandante Sacadura — os mais intensamente vividos da sua existência. Fortaleceu-os na decisão de prosseguirem — *para diante, até onde a gasolina der!* — a absoluta confiança de ambos na navegação segura, nas observações e cálculos amiudados de Gago Coutinho, que permitiram navegar sem afastamento sensível do caminho, que assim foi o mais curto possível. Por isso, com razão êle afirmou que já agora lhe não admirava «ir-se pelo ar onde se quisesse, fazendo navegação à moda dos navios.»

A' semelhança do minúsculo navio, que, surpreendido no meio do oceano pelo mau tempo, que lhe reduz a velocidade prevista, chega ao porto de destino *varrendo os paióis* de carvão, o «Lusitânia» chega aos Penedos com menos de dois litros de gasolina, quando o motor, sentindo já faltar-lhe a ali-

mentação, ameaçava fazê-los descer sobre o mar. A acrescentar à angústia da situação, a transparência da atmosfera era fraca, e só à distância de nove milhas lhas foi possível dar vista dos Penedos.

O que foi a amargem di-lo o comandante do cruzador «República», na sua linguagem sóbria de marinheiro :

«Ficára assente que só se arriariam os escaleres do «República» quando êles surgissem no horizonte. Pelo sim, pelo não, mandei-os arriar tres horas antes da calculada para a chegada e, como a noute se fôsse aproximando, preparei os projectores... De repente, vemos despontar o aparelho na linha do horizonte. Que espectáculo lindo! A comoção que a todos nos agitava a bordo, não tento sequer descrever-lha. Era embevecimento, era estupefacção, era estarecimento. A marcha firme que trazia garantia-nos que vinha na plena posse de todos os seus meios. De súbito, rodou e veio poisar mesmo perto do «República», sem que, ainda nesse momento, qualquer de nós pressentisse o desastre. Uma vaga mais alta cortara-lhe cerce, como navalha de barba, um dos flutuadores; o aparelho, com a velocidade que levava, ainda hidro-planou um ou dois minutos; depois virou sobre si próprio como um pião, e capotou!...

«Momento de horrivel anciedade. Compreendi então que, se não fôra a minha previdência, tudo estaria perdido. Não teria havido tempo de lançar os escaleres. Felizmente o gazolina do «República» logo se aproximara do «Lusitânia», saltando-lhe para dentro Sacadura, enquanto Gago Coutinho, erguendo numa mão o seu astrolábio, e na outra o diário de bordo, não havia maneira de o convencer a salvar-se, sem antes salvar tudo. Não obstante, não só o perigo da mar, propriamente dito, o ameaçava, como ainda o dos tubarões, que abundam naquelas paragens.

«Por fim, resolveu-se a saltar para o gazolina. Era tempo. O aparelho submergia-se por completo».

Estavamos em 18 de Abril. A 26 largou de Lisboa, a bordo do vapor brasileiro «Bagé», um novo aparelho, o «Fairey 16», de menor envergadura e inferior raio de acção, com o fim de prosseguir na travessia a partir dos Penedos, o que era muito contingente, porque a zona das calmas a êste tempo tinha avançado para o Norte, e os Penedos encontravam-se

já em franco regime do Geral de Sueste. Nos Penedos, onde o «Bagé» chegou a 6 de Maio, aguardava-o o «República», com os dois aviadores, mas, não consentindo o mar, nem nesse dia, nem no seguinte, que fôsse arriado o aparelho, partiram os dois navios para Fernão de Noronha. Em 8 foi arriado o aparelho, e fizeram-se os vôos de experiência.

A primeira idea foi embarcar o aparelho no «República», para mais uma vez tentar partir dos Penedos para Fernão de Noronha, continuando a travessia no ponto onde fôra interrompida, visto o aparelho não possuir normalmente raio de acção para ir de Fernão de Noronha aos Penedos, e regressar. Mas em 9 resolve-se tentar a ida e volta, para o que foi colocado no aparelho mais um tanque de gasolina, que com êle seguira de Lisboa, de forma a aumentar o raio de acção o necessário para fazer o duplo percurso (720 milhas).

Experimentado o aparelho, com resultado satisfatório, largou em 11 de Maio às 9 horas, depois de duas tentativas de descolagem, sem resultado, em consequência do excesso da carga de combustível. Diminuída um pouco a carga, o aparelho descolou então, saindo pouco depois o «República», segundo caminho e para *rendez-vous* previamente combinados.

O «República» alcançou o *rendez-vous* às 14 horas, esperando que o hidro passasse sôbre êle às 16 e 30, de regresso, o que não sucedeu, e desde essa hora começaram as preocupações, o pressentimento de que alguma cousa grave se passara, pois que, tanto Sacadura, como Coutinho, são muito ponderados e habeis para que, por sua culpa, faltassem a um *rendez-vous* desta importância.

Ao pôr do sol, o «República» lança um rádio geral à navegação. A's 19 horas o destroyer brasileiro «Pará» saía também de Fernão de Noronha, para auxiliar as pesquisas.

O avião chegara aos Penedos com tempo coberto, mas em boas condições, às 13 e 35; inverteu-se o rumo, e quando tudo fazia prever que aquella etape seria percorrida duas vezes felizmente, às 15 e 30 uma interrupção no tubo condutor da gasolina dos tanques para o motor, obrigou a amarar a 170 milhas de Fernão de Noronha.

O mar estava banzeiro, a amaragem fez-se bem, mas os flutuadores, que têm sido o ponto fraco dos aparelhos, come-

çaram a deixar entrar água. Como homens que se não deixam desanimar pela primeira contrariedade, procuraram pôr de novo o motor a funcionar, mas as várias tentativas feitas não deram resultados imediatos. Ao pôr do sol, a observação de estrelas confirmou a posição 1.25 S e 30.54 W, a 170 milhas de Fernão de Noronha.

O que foram essas horas no mar, perante a imobilização teimosa do motor, em paragens pouco frequentadas, com o aparelho a desconjuntar-se pela agitação do mar, e tendo diante si uma longa noute, da qual, com todas as probabilidades, já não veriam o fim, só êles, que as sofreram, no-lo poderão dizer.

Restava-lhes sómente que algum navio, por acaso, encontrasse aquele objecto minúsculo, perdido no oceano. A's 21 e 30 conseguiram pôr o motor a trabalhar, começando a fazer «taxi» para o Sul, a fim de se meterem na linha Penedos — Fernão de Noronha, de que o vento os desviara. Mas uma hora depois o motor parava, e desaparecia a última esperança de fazer subir o aparelho, ao mesmo tempo que os flutuadores se iam enchendo de água.

A's 23 e 45 apareceu, enfim, um farol de navio! Gago Coutinho lançou um *very-light* da sua pistola, do navio responderam com um fogacho; outro *very-light*, a que respondeu um foguetão. Estavam salvos!

A' meia noute e 35 minutos, o navio, que era o «Paris City», tinha chegado junto do aparelho; arriou uma balieira, e recebeu os aviadores, que não largaram os seus instrumentos. O avião foi amarrado à pôpa do navio. Êste, que tinha recebido o rádio do «República», encontrava-se aproximadamente sôbre a linha Penedos — Fernão de Noronha; mas, devido a um êrro de posição, julgava encontrar-se fóra dela; e foi quando já se preparava para mudar de rumo, que avistou o sinal de socorro dos aviadores, realizando assim quási milagrosamente o seu salvamento.

Viveram-se horas de ansiedade de um e de outro lado do Atlântico e, sôbretudo, a bordo do «República», até que êste, às 1 e 55 da madrugada de 12 recebeu o rádio do «Paris City», dizendo estarem os aviadores salvos a seu bordo, e dando a posição, 1,09 S e 31,10 W.

Navegou o «República» para o local indicado, mas não

encontrou o navio, concluindo que a posição do "Paris City" não era boa. Troca de rádios, e o vapor comunica ver o clarão dos projectores por 38 graus noroeste. O "República" põe ao rumo oposto, indo encontra-lo depois de navegar 19 milhas, pouco depois do nascer do sol. A posição, segundo as observações do "República" era 1,25 S e 30,58 W.

O "República" recebeu do "Paris City" os aviadores e o aparelho. Sacadura meteu-se no gazolina e procurou ainda salvar o avião, que tinha o flutuador de estibordo completamente cheio de água. O peso do aparelho excedia, nestas condições, a carga máxima do pau de carga, que vergou ao esforço, ao mesmo tempo que o aparelho começava a desconjuntar-se, ameaçando avariar o leme do navio. Apenas se conseguiu salvar o motor, já avariado, alguns livros e os instrumentos de navegação.

Depois destes esforços improficuos para salvar o aparelho, o "República" largou ao pôr do sol para Fernão de Noronha, onde chegou ao amanhecer de 13.

O Govêrno põe à disposição dos heróicos oficiais um novo hidro-avião, o "Fairey 17", em tudo semelhante ao "Fairey 16", "caso vejam possibilidade de concluirem o percurso". O comandante Sacadura aceita, dizendo que o "Fairey 17" pode servir. Nenhuma contrariedade, nenhum perigo, nenhuma dificuldade vence a sua indómita vontade: a viagem prossegue.

Em 24 parte de Lisboa no cruzador "Carvalho Araujo" o "Fairey 17", que chega em 3 de Junho a Fernão de Noronha.

A partida do avião faz-se de Fernando de Noronha em 5 às 7 e 45, amarrando às 12 e 7 no Recife. Começa a parte triunfal da viagem, que já agora se limita, vencidas as maiores dificuldades, a colher os merecidos louros da vitoria do seu esforço e do seu saber. Pelas ruas de Pernambuco, em multidão compacta, os descendentes dos heróicos moradores, que ha perto de tres séculos expulsaram os holandeses, reintegrando o território no património português, aclamavam ininterruptamente os aviadores, e das janelas caíam sôbre êles nuvens de flôres.

Em 8 descolam do Recife às 9-05 e vão passando sôbre as povoações mais importantes, que entusiasticamente os aplaudem, até descerein às 13-40 na Baía de Todos os Santos,

nome que nos é sempre grato recordar, ligado à história da nossa colonização, e que evoca em nós a empresa gloriosa da sua restauração, depois de ter sofrido um âno o jugo holandês. Desembarcaram na cidade de S. Salvador, acompanhados de um cortejo triunfal de embarcações, e em terra fizeram-lhes manifestações de proporções nunca vistas.

Em 13 largaram para a Baía Cabralia às 7 e 35, amarando às 11 e 45 e chegando à cidade de Porto Seguro às 13 e 30. Quiseram os aviadores prestar a sua homenagem ao que, pela via do mar, ali primeiro tinha ido, visitando o padrão comemorativo da descoberta de Pedro Alvares Cabral, e em 15, logo que o tempo lho consentiu, saíram de Porto Seguro às 7-30, passando pela Baía Cabralia, da qual levantaram às 7 e 50, para amararem em Vitoria às 11-25. Aqui foram entusiasticamente recebidos e homenageados, para em 17 partirem para a etape final da sua viagem apoteótica, às 9 e 40.

O percurso foi demorado, pois que só às 14 e 30 amaravam na Baía do Guanabara. Ventos frescos do sudoeste e nevoeiros tornaram esta etape bastante dificultosa, chegando a haver preocupações a seu respeito. As informações meteorológicas indicavam que não deviam partir, e assim lho comunicou o «República»; mas a impaciência de chegar era grande e, dispostos a arrostar contra tudo, buscaram o Rio de Janeiro em condições de tempo tais, que, como disse Sacadura, se não fôsem dois marinheiros, o não teriam demandado. A amargem fez-se bem, e a recepção na baía e em terra foi indescritível de entusiasmo. Segue-se uma série interminável de festas, de homenagens, de apoteoses, feitas com um brilho e um entusiasmo assombrosos, de que só são capazes os brasileiros e os portugueses a quem a distância e a saúdade da Pátria mais exaltam o seu amor por Ela. Todas são bem merecidas e devidas aos dois grandes homens, orgulho da raça portuguesa, e cujo feito deu a Portugal a hora mais gloriosa da sua história contemporânea.

Oxalá o seu esforço não seja perdido, antes dele tire o Estado todo o proveito e todos os ensinamentos que pode e deve tirar, e todos nós portugueses os queiramos imitar no esforço, na fé, no espirito de sacrifício e no amor pátrio, já que o não podemos fazer na grandiosidade do feito.

A *Revista Militar*, como órgão da família militar portu-

guesa, compartilhando do entusiasmo da nação e da colônia lusitana no Brasil, saúda calorosamente os dois heróicos aviadores, legítimas glórias de Portugal, honra do seu corpo de oficiais, e penhor seguro da confiança que o país pode depositar no saber, na capacidade de acção e no amor pátrio dos seus oficiais.

Lisbôa, 19 de Junho de 1922.

---

## Os primitivos guerreiros Peninsulares

### I

#### Ligures, Celtas e Iberos

É extremamente confusa e apresenta um insignificante grau de veracidade a história militar da Ibéria em todo o tempo que vai além das invasões cartaginesa e romana.

Não oferece dúvida que a Peninsula foi sucessivamente invadida por povos diferentes e de também diferentes proveniências, atraídos pela exuberância do sólo e pelas riquezas minerais da Espanha, povos que, além de lutarem como os primitivos habitantes para conseguirem estabelecer-se e dominar nela, tiveram ainda, por vezes, pugnas renhidas, contendas impetuosas e ferinas entre si para prevalecerem como dominadores e para destruírem o poderio dos rivais, que se haviam antecipado na ocupação e colonização do afamado, esplendoroso e ubérrimo território hispânico.

Foi por isso que os célticos, que, na opinião de Floro, foram os fundadores, pelo sangue, do character peninsular<sup>1</sup>; os audazes iberos, vindos da Africa; os irriquietos fenícios; os helenos de Rodes e da Focida, nossos primeiros educadores intellectuais, que nos transmitiram os fulgores da sua radiosa civilização, nos costumes, na literatura, nas artes e no comércio; os cartagineses, nossos mestres, depois dos gregos, na arte da guerra; por último, os legionários de Roma, vie-

---

<sup>1</sup> L. Floro. Lib. II, Capit. XVII.



ram afanosamente assentar arraiais em pontos diversos dessa paradisiaca faixa de terreno marginal do Oceano. Seduziram-os a amenidade do clima e as mais convidativas e apeteçadas riquezas naturais que tornam um país magnifico, as quais eram o penhor seguro de prosperidade e bem estar que tanto ambicionavam.

Não faltavam lá os frescos lameiros, as fertéis, viçosas e matizadas planicies, por entre as quais coleando se espreguiçavam rios auríferos, as encostas vestidas da mais opulenta arborização e povoadas de caça, as charnecas criadoras de excelente gado, belos terrenos metaliíeros <sup>1</sup> e admiraveis jazigos de mármore e alabastro.

Existem vestigios notáveis dessas invasões, e os modernos estudos, por deduções lógicas e em face dos monumentos comprovativos que chegaram até aos nossos dias, escapando á acção destruidora, implacavel, do tempo e á ignorância e selvageria dos barbaros, confirmam duma maneira positiva e irrefutável, um tal factó histórico.

Mas é deficiente e incompleta, por carência de fundamento, por escasseza de documentos, que não foram nem facilmente podiam ser legados á posteridade, a conscienciosa classificação etnográfica dalgumas das mais primitivas dessas colectividades, e ainda mesmo a determinação precisa da época em que se fixaram no solo da Ibéria.

Tal classificação, porém, em que os competentes, os que modernamente mais se têm dedicado ao improbo trabalho de desvendar os misterios que a envolvem, estão em absoluto desacôrdo, não nos deterá em demoradas considerações,

---

<sup>1</sup> Da abundância de metais preciosos na Peninsula, ao tempo das invasões, diz o erudito academico snr. Crístopam Ayres, apoiando-se no testemunho de Diodoro e Strabão, o seguinte: «A prata, por exemplo, era em tão grande quantidade, que com a da Andaluzia (Tartesida) os fenicios fabricavam os mais vulgares utensilios; a dos Pirinéus servia aos cartagineses até para ancoras dos seus navios, e eram 40:000 os operários que no tempo de Polybio trabalhavam na exploração da montanha de prata (*monsargentarius*) na foz do Guadalquivir (*Betis*); laminas de prata serviam de moeda entre os peninsulares. O ouro, que nos aparece como o primeiro metal utilizado pelos peninsulares, na época neolítica, era também abundantissimo; desse metal se fabricavam os torques, as armilhas e as axarcas dos guerreiros protohistoricos; largamente os fenicios mercadejavam com êle na Tartesida; rios, como o nosso Tejo, junto de Almada, eram afamados pelas areias e pepitas de ouro que nas suas margens se colhiam; a exploração de ouro pelos romanos foi extraordinária».

*Christovam Ayres—História do Exército Português. T. 1.º Pag. 194.*

mesmo porque tenue luz derramariam no estudo que nos propomos fazer.

Apenas procuraremos referir o pouco que se sabe sobre os seus hábitos e costumes guerreiros e conhecer a sua organização militar, se organização militar se pode chamar ao processo primitivo dos homens se prepararem para a luta com o seu semelhante, em obediência a um impulso natural. E neste campo quasi nada se adianta por falta de elementos de estudo. Pouco mais temos para guiar-nos nêle do que as noticias confusas, incompletas, e a maioria das vezes fantasiosas, dos escritores da antiguidade.

Quem procurar embrenhar-se num tão melindroso assunto é levado a concluir, como único ponto verdadeiro, que acêrca dele pouquissimos factos devem merecer o grau de certeza suficiente para serem considerados como genuinamente históricos. Meras presunções baseadas em hipóteses nem sempre prudentes e justificadas, nada mais. De aí á verdade ha uma notável distância.

Também nos não ocuparemos dos nossos tão longiquos e remotos antepassados, quando meros trogloditas, ainda em periodo anterior áquelas invasões, porque tudo o que lhes diz respeito jaz mergulhado na mais intensa e desoladora escuridão.

As investigações linguisticas e etnologicas apresentam-nos dominando na Peninsula Ibérica dois povos, duas raças distintas, de origem e feições diversas: os *celtas* ou *célticos* e os *iberos*.

Guerrearam-se mutuamente e por último fundiram-se, e da sua mistura com os indigenas provieram os *celtiberos*. Já anteriormente os *ligures* que, com fundamento, se julga haverem constituido a população primitiva da *Espania*, se haviam espalhado por toda a Peninsula.

O advento destas duas raças é o primeiro prenúncio dessa serie de encontros que a história nos aponta, tendo como teatro a Ibéria. E' que ela pela sua situação geografica <sup>1</sup> parece naturalmente destinada para vasto campo de choque das con-

---

<sup>1</sup> «A Espanha actual é um resto dum continente terciário, unido á Africa por Gibraltar, que fechava num lago o Mediterrâneo e que estendendo-se para oeste, em territorios depois submersos, ia talvez chegar á America. As profundas revoluções que assignalam o inicio da nossa idade geoló-

vulsas ondas de povos que dos confins setentrionais da Europa e da Africa, desceram em demanda de nova prêsa, em busca de novos meios de actividade e de vida.

Qual daquêles dois invasores teve porêm a prioridade na occupação da *Meseta Ibérica*?

Até ha bem pouco tempo opinavam a maior parte dos investigadores da preistória peninsular que os iberos haviam precedido os celtas na invasão da Espania, sustentando que celtiberos fossem celtas em terras de iberos; mas, hoje, estudos recentes e notaveis trabalhos scientificos, que vieram espalhar intensa luz na intrincada questão da ethnografia dos povos da Peninsula entre os anos 700 a. de C. e a conquista romana, demonstram precisamente o contrário, provando que celtiberos quere dizer: iberos em terra de celtas <sup>1</sup>, o que equivale a afirmar que quando os iberos invadiram a Peninsula Spanica já lá encontraram os célticos.

O mais notavel desses trabalhos, que viu a luz da publi-

---

gica, separaram-na da Africa, pondo em comunicação o Atlântico com o Mediterrâneo, limitando a Peninsula pelo norte ao mar Cantabrico e secando as fontes que alimentavam os lugares anteriores, erguendo contra o mar o formidavel dique das elevações cretaceas da Byscaia, deixaram a nu o fundo desses vetustos lagos que constituem hoje fertes campinas imensamente povoadas e sulcadas por novos rios.

*Oliveira Martins—História da Civilização Iberica. Introdução.*

<sup>1</sup> Duas comissões de sábios, uma de espanhois, subsidiada pelo governo, e outra de estrangeiros, sustentada por varias entidades scientificas e officiais da Baviera e da Prussia procederam a estudos notaveis da preistoria peninsular nas ruinas da velha Numancia, baluarte imorredouro das épicas façanhas dos celtiberos

Efectuando grandes escavações archeologicas procuraram exumar a famosa cidade celtibérica, reconstituindo scientificamente a sua vida anterior e coeva do dominio romano e das lutas, dignas de homérica epopeia, que sustentou contra a gente do Lacio. Os espanhois exploraram o terreno da própria cidade e a comissão estrangeira os arredores, aonde os romanos assentaram arraiais, enquanto a cingiram com apertados cercos.

Para darem conta dos trabalhos efectuados, publicaram os castelhanos a sua primeira *Memória*, estudo perene de documentação e magnificamente elaborado, em 1912, e, em 1914, o professor Adolfo Schulten, que dirigiu as escavações nos terrenos em que os romanos acamparam, deu á estampa um livro interessantissimo em que com muita erudição expõe o resultado das pesquisas e investigações desde 1905 a 1912. Nêle sustenta o autor que *celtiberos* quer dizer iberos que se estabeleceram em terras de celtas.

Um resumo da obra de Schulten que o erudito professor da Universidade de Barcelona, Dr. Pedro Bosch Gimpera, que tem um nome illustre nos estudos da preistória peninsular, apresentou no *Anuari do Institut d'Istudis Catalans*, foi por sua vez dado a conhecer aos estudiosos do nosso País, no *Mensário Atlantida*, n.º 24, de 15 de outubro de 1917, pelo nosso illustre compatriota Virgilio Correia.

cidade em 1914, é devido ao erudito professor alemão Adolfo Schulten <sup>1</sup>.

De varios argumentos se serve Schulten para fundamentar uma tal asserção, que vem destruir inteiramente teorias dadas como inatacaveis pela sua veracidade e de ha muito consagradas no mundo scientifico.

Remontando á origem do vocabulo "*celtiberos*" e comparando-o com outros constituídos por dois elementos diferentes—como por exemplo *libi-fenicios*, que quere dizer fenicios na Libia, *bastulo-fenicios*, fenicios em terra de bastulos, etc., e nos quais o segundo elemento é o determinante da significação fundamental do composto, conclue êle que *celtiberos* quere dizer "*iberos-célticos*" ou seja iberos em terra de celtas.

Mas ha ainda outro argumento, e de grande monta, em favor da prioridade dos celtas na *Meseta Iberica* e da sua expulsão pelos iberos, é a certeza que existe, em presença da difusão dos nomes de lugares célticos por toda a *Meseta* e em *Portugal*, que os celtas ocuparam êsses territórios, sendo também certo que depois só se conservaram no S. W. e no N. W. da Península (*Celtici*) e num recanto das cordilheiras ao N. e ao S. da *Meseta* (*Berones, Germani*). Mas a prova histórica e absolutamente concludente de tal prioridade ressalta deslumbrante das expansões ibéricas, como depois veremos.

\*

\* \* \*

Os achados arqueológicos da época neolitica na Espania indicam que nela existia um povo que, desconhecendo os meaes tinha já chegado á perfeição de polir a pedra e imprimir mesmo uma certa graça e elegância estética aos objectos do seu uso vulgar e do seu grosseiro culto. Produtos preciosissimos dêsse periodo preistórico foram encontrados próximo de *Albuñol*, povoação espanhola da provincia de Granada, junto á costa.

---

<sup>1</sup> *Numantia. Die Ergebnisse der Ausgrabungen 1905-1912. I. Band. Die Keltiberer und ihre Kriege mit Rom*—München-1914. Consta de 3 partes. Na 1.<sup>a</sup> trata dos celtiberos: procedência, territorio e povo; na 2.<sup>a</sup> estudam-se as guerras celtibéricas até ao cerco de Numancia; e na 3.<sup>a</sup>, os celtiberos depois da destruição dessa cidade.

Numa necrópole geralmente atribuída aos iberos, mas que é possível fosse antes de *ligures*, acharam-se muitos cadáveres que traziam consigo armas, enfeites e utensílios <sup>1</sup>.

As armas ofensivas de osso, e de silex, primorosamente polidas, consistiam em: machados, lanças, flechas, punhais, arpões, etc. Como armas defensivas usavam: uma rodela de corda de esparto, fortemente entrelaçada, em vez de *cetra* ou *pelta*, que só mais tarde foi empregada, e túnicas curtas de tecido de esparto curado ou de pele curtida de suficiente resistência contra o golpe das armas de silex, fazendo o papel, que depois desempenhava a *loriga* ou *galéa* medieval.

Os machados e lanças eram atados a cabos ou contos por meio de tiras de couro ou raízes fortes e flexíveis, outras vezes o silex encrustava-se em paus toscos, aos quais eram fortemente consolidados por meio de um rijo betume, formado pelo suco de uma planta desconhecida.

As de Albuñol tinham um betume tão duro que se partia o pau antes dêle. Noutros túmulos, como nos da Galia e Castela Velha, foram encontrados cabos feitos de hastes de rena e veado.

Para cobrirem e resguardarem a cabeça empregavam um gôrro semi-esférico ou cônico, também de esparto, parecido com os de lã encontrados por Worsae e Herbet num túmulo da Jutlandia, em 1861. Calçavam *espartenhas* ou *abarcas* de esparto, espécie de alpargatas semelhantes ás dos modernos habitantes das cercanias daquela povoação castelhana; e, como bernal, usavam uma larga bolsa de 6 a 15 polegadas, da mesma resistente substância vegetal, tinta de verde ou vermelho, fechada por meio de um cordão delgado, que passava por pequenas azelhas, guarnecidas de pedaços de pele muito fina. Este bernal suspendia-se do ombro e servia para conduzir as armas (pontas de flecha, machados, etc.), os viveres e outros objectos de primeira necessidade.

---

<sup>1</sup> Não deve em nosso parecer tal necrópole ser atribuída aos iberos e nem mesmo aos celtas, que invadiram a Peninsula Espanica antes dêles, porque o povo céltico já conhecia e trabalhava vários metais.

Os guerreiros celtas, mais categorizados, guarneciam e resguardavam o pescoço e a garganta com *colares*, *torques* ou *golilhas* de ouro e de ambar, e os simples soldados, de bronze ou aço. Nas pernas usavam *axorcas* das mesmas substâncias. As armas eram de bronze e de cobre.

Os chefes de tribu ou reis usavam como distintivo um tóscio diadema de ouro massiço.<sup>1</sup>

Menos importantes que as de Albuñol, mas dum grande valor para se estudar a época de que nos vimos ocupando, são as cavernas de Casareda, em Portugal, cuidadosamente exploradas pelo illustre engenheiro e homem de sciência, sr. Neri Delgado.

Não ha noticia de os habitantes da Ibéria trabalharem, naquela época, outro metal que não fosse o ouro; nem mesmo o bronze conheciam, ao que parece, facto êste que já havia sido confirmado por Evans com relação a outros povos que viviam fóra da Península.

Comparando os seus utensilios guerreiros, notaveis para o tempo, na confecção do tecido das cotas, nas laminas das armas, no esmêro do seu polido, na consistência e dureza das substâncias empregadas na confecção das mesmas, com a relativa elegância e o primor na indumentaria, com os processos de tinturaria, do trabalho em ouro, etc., somos levados a concluir que os meios de guerrear dêsse povo deviam ter atingido uma fórmula mais adiantada em relação não só aos tempos anteriores, mas também aos empregados então pelos outros povos ibéricos.<sup>2</sup>

Entre êsses povos, que reproduziam a população espânica durante o periodo neolitico e que habitavam a Ibéria anteriormente à invasão céltica, mas num periodo mais próximo, parece não restar dúvida de que figuram os *ligures*.

---

<sup>1</sup> Foi achado um destes adornos num esqueleto descoberto numa gruta da *Cueva de los Murcielagos*, na costa da provincia de Granada; o qual pesa 25 adarmes, com o valor intrinseco de 60 escudos.

D. MANUEL GONGORA—*Antiguidades prehistóricas de Andalucia*. Pg. 31.

<sup>2</sup> D. Manuel Gongora, na sua interessante obra: *Antiguidades prehistóricas de Andalucia*, uma das mais completas que se conhecem sôbre os monumentos primitivos da *Península*, diz o seguinte a respeito dos habitantes de Albuñol:

«Era um povo troglodita, ou habitante de cavernas, como os caracitanos da época romana e ainda hoje os da Guardia, na provincia de Toledo; que o esmêro em conservarem os cadaveres representa a sua crença na immortalidade da alma e uma religião simples e natural; que as suas armas eram de pedra; que tinham varios tipos de vasos de barro, adornados muito toscamente; que não conheceram nem o cobre, nem o ferro, nem pedras preciosas, aproveitando-se do ouro pela sua abundância e ductilidade; que sabiam curtir peles, fabricar excellentes cordas de esparto e tingir; que no culto dos mortos revelam costumes singelos, patriarcaes, eloquentes e poéticos, visto que entre as oferendas aos mortos se encontram flores, plantas, conchas, pedras vistosas, madeixas de cabelo, naturalmente das pessoas mais queridas, e dormideiras (*papaver ibericum* dos romanos) símbolo do sono e da morte.»

## Ligures

Schulten assevera que os ligures constituíram a população mais antiga da Espanha. Uriundos provavelmente da Africa, espalharam-se em época indeterminada por toda a Península.

Pode seguir-se a expansão ligure na Europa ocidental pelos nomes de lugares que nos ficaram; existindo ainda testemunhos históricos como o de Hesíodo que no século VIII a. de C. escreveu que os ligures eram o povo principal do occidente, sendo depois substituídos pelos celtas; e o de Eratóstenes que nos transmite o nome que êles davam então á Espanha.

Polybio também dá conta da existência de ligures fazendo parte da hoste púnica da chefia de Anibal quando da batalha de Zama, sendo de presumir que fossem dos auxiliares que o célebre general cartaginês recrutou na Península. <sup>1</sup>

Antropologicamente apresentam mais pontos de semelhança com os iberos do que com os celtas, distinguindo-se contudo dos primeiros dum modo notavel.

Eram braquicefalos com nariz e boca finamente formadas, em lugar da dolicefalia do tipo negroide dos iberos, com bôca grande e nariz achatado.

Na época em que Roma dominava na Península, existiam ligures ao norte da Italia e ao sul das Gálias, alongando a sua occupação pelo Mediterrâneo até á Corsega e á Sicilia.

Vários nomes de lugares demonstram igualmente a existência de gente ligure na Suíça e na Alemanha, até ao Danubio, Rheno médio e Mosela. Ligures eram também os *pictos* e os *escôtos* que, na Inglaterra e na Irlanda, lutaram contra os *bretões*, raça invasora (céltica).

Por tudo isto conclue aquele sabio alemão que êles representam a população primitiva pre-indo germânica da Europa ocidental, aquêem Rheno e Danubio, sôbre a qual

<sup>1</sup> Descrevendo a batalha de Zama, a que assistiu, diz Polybio: «Anibal dispoz na vanguarda do seu exército os elefantes, que eram mais de oitenta, e depois os estrangeiros em numero de 12:000, *ligures*, celtas, baleares e mauritanos».

assentaram: ao sul, *os iberos*; ao norte os *celtas*; e, a nordeste, os *italicos*.<sup>1</sup>

Os bascos geralmente considerados como iberos, são uns restos dos ligures, porque: o nome dos *vascones* contem uma parte (asc) ligure; determinados nomes de lugares, de pessoas e de divindades da Basconia aproximam-se mais dos ligures do que dos celtas e dos iberos; comparando mesmo a própria língua com o pouco que se conhece da ligure nota-se mais aproximação do que com a céltica, e, antropologicamente o tipo basco apresenta muitos mais pontos de semelhança com o ligure do que com o ibérico, porque os bascos são vivos, empreendedores, sem a indolência dos iberos e muito parecidos com a população ligure da Catalunha, Provença e Riviera.

## Celtas

Os celtas ou célticos, da raça indo-europeia, vieram para a Ibéria, do norte da Europa pelos Pirenéos occidentais e constituíram o grupo étnico dos *cántabros*, dos *vasconços* e dos *ásturos* ao norte, e *galaicos* e *lusitanos* ao occidente.

A invasão céltica deve-se ter efectuado entre os anos 700

---

<sup>1</sup> A importância dada aos ligures no quadro etnográfico da Península anteriormente ao domínio romano, no estudo de Schulten, vem justificar em parte, a opinião do sabio arquiologo, o sr. Francisco Martins Sarmento, que tão atacado foi pelas suas teorias.

E' sabido que Martins Sarmento apresentou no Congresso Internacional de Antropologia, reunido em Lisboa em 1880, um trabalho notável e interessantissimo com o titulo *Os Lusitanos*, em que pretende demonstrar que o povo luso e, portanto, os galaicos, ásturos e cántabros, cuja identidade nos costumes o historiador Strabão deixa assinalada, descendem assim como os povos de W. e S W. da Península, da velha imigração ariana com intima afinidade de costumes e linguagem com os *ligures*.

Sustenta êle no seu estudo que apesar dos nomes ethnicos e locais, nomes de individuos e dos deuses terem uma pronunciada fisionomia céltica em Espanha, essa parte da Península conserva-se estranha á occupação e influencia céltica. Os usos e costumes dos lusitanos não têm relação com os usos e costumes celtas, relacionando-se contudo com os doutros povos bem diferentes, tendo Diodoro até deixado dito não só que os lusitanos eram iberos, mas tinham um caracter completamente oposto ao dos celtiberos, prova de que se não tinham misturado com os celtas.

O tema sustentado nos *Lusitanos* foi depois ampliado no seu estudo *Os Argonautas*, dado á publicidade em 1885.

Não tinha êle, é certo, razão em algumas das suas afirmações, mas *os seus ligures* ganharam em força e poderio na teoria do erudito alemão, que, neste ponto, é a confirmação de outras anteriores.



e 600, antes de C., pelo passo de *Roncesvales* <sup>1</sup>, aonde séculos depois havia de ser rôtta a hoste famosa de Carlos Magno, o Ebro e o desfiladeiro de Pancorbo, espalhando-se depois por sôbre a bacia do Pisuerga, do Douro e do Tejo.

Era um povo de pastores que grupado em tribus não edificava propriamente cidades, mas antes modestos lugares de refúgio que deram origem a grande número de povoações ibéricas.

Constituíram a primeira vaga de expansão céltica na Península, que não devemos confundir com as tribus denominadas *gals* e que pertenciam à grande invasão de povos célticos que depois penetrou na Italia, pelo vale do Danúbio, até à Grécia e Asia Menor.

Divisam-se nos seus primeiros tempos com o feitio rude de um povo belicôso e indomável, mas sem o característico duma civilização definida.

Altos, robustos e esforçados, combatiam semi-nus, predominando entre êles a gente de pé.

Tinham por armas ofensivas *machados de pedra*, e, mais tarde, *machados e espadas de bronze e de cobre*. Defendiam-se com *escudos* dêstes metais ou de madeira coberta de couro, e usavam *capacetes* redondos de bronze <sup>2</sup>.

## Iberos

Os *iberos*, povo semita que além da Península habitou também as ilhas do Mediterrâneo, a Italia e a costa meridional da França, tiveram sem dúvida a mesma origem dos povos da Africa setentrional. Efectivamente, quando aparecem os testemunhos históricos, dignos de fé, acêrca dos povos peninsulares, que encontramos desde tempos imemoriais os *tartessios* estabelecidos na bacia do rio Bétis, e ocupando na costa o território entre o Anas (Guadiana) e o Iberus (Rio Tinto). Espalham-se depois e irradiam de ali para Este. Por todas as fontes antigas são conhecidos como iberos, mas o

<sup>1</sup> Vale de Espanha, na Navarra, célebre pela derrota que no ano 798 os vasconços infligiram ao exército de Carlos Magno.

<sup>2</sup> D. Francisco Danvilla y Collado — *Trajes de los antiguos españoles*.

local da sua procedência deve procurar-se na Africa, aonde abundam nomes ibéricos de lugares e pessoas.

Além disso a comunidade de raça entre os iberos e berberes ressalta de modo indiscutível não só da concordância de particularidades sumáticas e espirituais como dos costumes. Ora se á medida que se avança para o norte desaparecem êstes nomes de lugares—encontrando-os apenas na Espanha, na Aquitanea e nas ilhas do Mediterrâneo Ocidental—abundando pelo contrário em Africa, somos levados a concluir que desta parte do mundo partiram os iberos quando penetraram na Peninsula.

A data precisa em que tal invasão se efectuou é que não é facil de determinar com segurança.

A expansão dos iberos pelo Mediterrâneo deduz-se do nome de muitos lugares terminados em *tanus* que se encontram como no norte da Africa, na Espanha e na Aquitania, também nas Baleares, nas Petiusas e na Sardenha, onde parece que êles aportaram directamente da Africa.

Está também provada a existência dos iberos em Malta e na Sicilia, aonde sempre se conservavam distintos dos siculos (ilirios), que só para lá foram da Italia e que mais tarde formaram a massa da população indigena da *Trinacria*.

Na Corsega e na Italia não se fez sentir a influência ibérica apesar de se encontrarem concordâncias etnograficas com a Espanha, e isto porque, na opinião de Schulten tais concordâncias provêm dos ligures, a população primitiva que, como já dissémos estava estabelecida na Peninsula, antes da chegada dos iberos.

Alguns historiadores da antiguidade dão noticia de, no ano 520 a. de C., os iberos se acharem dessiminados na Espanha, até aos Pirenéus, constituindo tribus diferentes: os *tartesios*, que se estendiam desde o Anas (Guadiana) ao Chrissus (Guadiara); os *mastianos*, desde o Chrissus até Mastia (Cartagena); os *edetanos*, *ilergetas* e *misgetas* ocupavam a costa Este e a conca do Ebro; e os *elbestis* as proximidades de Olba (Huelva).

Além Pirenéus achavam-se fortemente estabelecidos os ligures elisicos. No Algarve existiam, a poente dos *elbestis*, os *cinetos*, também ligures.

Ha muito tempo que os iberos deviam ocupar a costa, mas não estavam ainda senhores da *Meseta*.

No século V a. de C. encontram-se iberos na Provença até ao Rosa, o que é provado por nomes locativos ibéricos. Atravessaram os Pirenéus pouco anteriormente ao ano 500, a. de C., e da Provença invadiram a Aquitania. Depois, quando no ano 400 os gals ocupavam a Provença foram violentados a repassar os Pirenéus, sendo a sua presença notada no ano 340 até Emporion (Ampurias).

Entre os anos 350 e 250, espaço de tempo em que as fontes são mais escassas, sofreu profundas modificações o mapa da Espanha. No ano 340 ainda Aristoteles e Efor dão conta de celtas no planalto ibérico; mas em 250 já Timeu<sup>1</sup> historiador de grande reputação, e Eratostenes nos dizem que eles ocupavam sómente uma pequena parte da costa ocidental, dando os celtiberos estabelecidos na *Meseta*. E' a prova provada de que já então os iberos tinham expulsado os celtas do centro da Peninsula.

No ano 218 os novos conquistadores haviam chegado ao Atlântico, motivo porque alguns escritores chamam também iberos aos lusitanos da costa de Portugal.

Os iberos deviam ter penetrado na Meseta, vindos desde o Ebro, pela bacia do Jalon, isto é pelo mesmo caminho que mais tarde seguiram as legiões de Roma. Que não aniquilaram os celtas indica-o a permanência de nomes de localidades e de pessoas e as linhagens célticas de chefes celtiberos.

E' de crer que as terras fossem divididas entre vencedores e vencidos, ficando para aqueles o melhor quinhão, as zonas mais produtivas e de mais facil cultivo, nas proximidades dos rios, e quedando as montanhas para os celtas.

## II

### Celtiberos

Os *celtiberos* eram morenos, de côr tostada, de pequena estatura, mas vigorosos e reforçados, ageis e resistentes ás maiores fadigas. Tinham a cabeça doliocéfala, os labios grossos, o nariz achatado e a barba muito forte.

<sup>1</sup> Muitas das teorias de Timeu foram vivamente contestadas por Polybio.

Era geralmente nos pontos elevados que edificavam as suas povoações as quais circundavam de muros, levantando próximo dessas moradias refúgios fortificados nos quais, em caso de necessidade e para se defender, se acolhia toda a tribo.

Alguns desses refúgios transformaram-se com o andar dos tempos em cidades importantes, tais como Centrabia e a heroica Numancia <sup>1</sup>, que maravilhou o mundo com a sua homérica resistência contra as legiões de Roma. De outra mais brilhante não há memória em todas as pugnas da antiguidade.

A carne constituia o principal alimento dos celtiberos que eram, porém, muito mais sóbrios do que os celtas. Bebiam uma espécie de cerveja, chamada *caerea*, e que adoptaram da gente céltica, mas as tribus da costa não a empregavam nas suas refeições, desconhecendo até, ao que parece, a sua existência.

Vestiam um manto negro, o celebre *sagum* peninsular e túnica, e calçavam botas altas. A cobertura de cabeça dos velhos era uma gôrra de peles.

Usavam habitualmente a barba e os cabelos compridos.

Preferiam a vida de pastores ao mister de agricultarem as suas terras e isto devido á grande quantidade de bosques que povoavam a Celtibéria.

As industrias do ferro e da cerâmica atingiram entre êles um certo grau de desenvolvimento e progresso, mas apesar de disporem de enormes riquezas minerais, principalmente prata e ferro e de terem abundância de lã e de cavalos, diminuto era o seu comércio

Extremamente fanáticos, adoravam a lua e um deus com cornos de veado, semelhantes ao *Cernunos* dos galos. Celebravam os actos do culto com altares e nos bosques sagrados, praticando sacrificios humanos.

Não enterravam os guerreiros que pereciam nos combates para que os seus corpos servissem de pasto aos abutres.

---

<sup>1</sup> As investigações arquiológicas feitas na famosa Numancia, apresentam a cidade capital da Celtibéria com uma planta regular, com ruas estreitas e rectilíneas.

As casas numantinas constavam geralmente de três partes: a da frente constituia a habitação de inverno e a camara onde as mulheres fiavam; na do centro, ficava o lar, e na banda detraz os quartos de dormir.

Eram monogamos, escolhendo as donzelas os maridos entre os mais esforçados e valentes guerreiros da sua tribu, aos quais se dedicavam inteiramente, compartilhando dos seus árduos trabalhos e morrendo mesmo com êles, quando a sorte lhes era adversa nas lutas guerreiras que sustentavam, sempre com supremo esforço, fanatismo e entusiasmo, para a defesa do sólo da Ibéria.

O governo era formado pelos anciãos. Não tinha chefe permanente; só para a guerra elegiam os seus cabecilhas que exerciam o comando enquanto dispunham da confiança popular. As povoações gozavam de inteira independência política.

O sentimento da unidade da tribu, grupo de famílias procedentes da mesma origem, só se manifestava geralmente em caso de guerra, ou perante a ameaça de qualquer perigo comum.

Também só durante as lutas com os outros povos da Ibéria se mantinha a íntima unidade das tribus, a unidade do povo celtibérico, que vivia em permanente contenda com a gente da vizinhança.

Os celtiberos eram rotineiros, primitivos, sem cultura espiritual, de costumes rudes, e rebeldes à influência da civilização estranha.

No caracter desse povo, que tanto se salientou nas lutas contra a gente do Lacio, brilhavam lidimas qualidades, tais como: a ingenuidade, a fidelidade para com os chefes estimados, o orgulho, a ansia de liberdade, e o fanatismo patriótico e religioso. Eram porém indolentes, posto que de inteligência viva e fecunda em recursos e rápidas resoluções.

Foi um dos que conservou em maior grau de pureza os caracteres étnicos ibéricos, apesar de conter elementos célticos, que constituem a parte passiva da mistura e perderam o característico proprio <sup>1</sup>.

Esforçados guerreiros e extremamente habilidosos na guerra de guerrilhas, evitavam o mais possível as batalhas campais. Combatiam a pé e a cavalo, consistindo a sua táctica numa alternativa de ataque e retiradas.

<sup>1</sup> A existência de elementos célticos nos caracteres étnicos do povo celtibérico demonstra-a Schulten pelos nomes próprios Retógenes, Caro, Ambon, Leucon, etc.

Quando a derrota os fulminava, preferiam morrer combatendo a entregarem-se ao inimigo.

Mas as suas incontestáveis e brilhantes virtudes guerreiras, que tanto os recomendavam como mercenários, sendo até disputados pelos seus mais encarniçados inimigos para fazerem parte dos seus exércitos, assim sucedeu com os cartagineses e até mesmo com os romanos, eram muitas vezes amortecidas e até anuladas pela sua divisão política e pela escassez de energia, que em não poucas ocasiões os inibiu de aproveitarem convenientemente as vantagens obtidas em assinalados e gloriosos prélios.

Usavam por armas ofensivas: a *espada*, o *sabre curvo*, o *punhal*, a *falárica*, (lança curta, com cabo de madeira, semelhante ao *pilum* romano); e o *solifereum*, lança toda de ferro.

Por armas defensivas tinham: o *elmo* e a *couraça*; a infantaria ligeira a *adaga*, escudo oval de couro, e a infantaria pesada, um escudo grande, semelhante ao dos celtas.

### III

## Fenícios

Alguns etnólogos tratam também, com mais ou menos proficiência e verdade, da colonização dos fenícios, povo de origem semítica, na Península Ibérica. Mas a sua passagem, principalmente pela parte ocidental da Ibéria, desenha-se-nos com somenos nitidez.

A Fenícia foi como Portugal um país de navegadores que desvendou os segredos do Mediterrâneo com a mesma ousadia e valor como os portugueses, essa raça de heróis, séculos depois, romperam as trevas do *mar tenebroso* e levaram através do Atlântico e do Indico, na prôa dos seus galeões, os fulgores duma civilização e dum prestígio que ainda hoje se reflectem nas amplidões do mundo.

Os fenícios tornaram-se notáveis principalmente pelas suas viagens marítimas, algumas delas verdadeiramente épicas, porque a sua situação geográfica os impelia para o mar <sup>1</sup>.

<sup>1</sup> A Oeste da Syria, apertado entre as divinizadas cordilheiras do Libano e Anti-Libano e as águas do Mediterrâneo, alonga-se uma faixa de terreno acidentado de colinas e vales; a essa feraz região, que não mede mais

A população, laboriosa, ousada e empreendedora, acumulava-se nos vales de ubérrima fertilidade, e junto da costa formavam-se cidades importantes, que eram outros tantos portos de um enorme movimento, dos quais partiam constantemente numerosos navios. Essas cidades gozavam da mais ampla autonomia governativa e de administração; mas todo o país reconhecia ordinariamente a preponderância de alguma delas que, pela sua superior importância, se impunha às outras.

Salientaram-se sobre todas Sidon, a famosa, e a opulenta Tyro.

Impelida para o mar pelo seu espirito tão aventureiro quão intrépido, a gente fenícia conseguiu libertar-se da estreiteza do país, que a asfixiava, e levar a sua influência e cultura a longinquoas terras, onde fundaram numerosas colonias.

Sidon engrandece rapidamente e atinge um alto grau de prosperidade e glória. Mantem relações comerciais com os mais afamados e opulentos mercados do Oriente, da India, Bactriana, Chaldéa, Arábia e Caucásia.

Durante o predomínio de Sidon, os fenícios estabeleceram-se, quinze séculos antes de Cristo, em Chipre e depois em Rhodes, em Creta, a breve distância do litoral da Syria, e, também, desde os tempos mais remotos, povoada de colonias fenicias.

De ali avançou aquela gente aventureira até ás ilhas do mar Egêo, em Melos, Thera e Oliaros e finalmente em Cythera dominava ela por largos anos. Não repousando um momento na sua prodigiosa actividade comercial, ia mercadejar até ás costas da Libia, da Helada, da Tracia, da Asia Menor, da Arabia e da Colchida.

Decaída Sidon, Tyro conquista a egemonia e torna-se o mais famoso empório comercial do seu tempo.

Nos seus pequenos mas graciosos navios estendem os tírios, as suas navegações pelo Mediterrâneo Ocidental e por

---

de seis dezenas de léguas de comprido por uma dezena de largura, davam os antigos o nome de Fenícia.

Os fenícios encontravam-se em condições excelentes para cultivarem a arte náutica, em que foram duma admiravel perícia: o Libano, com as suas magnificas e frondosas florestas, fornecia-lhes, como a nós os pinheirais de Leiria, que um rei sabio e providente fizera semear, excelentes madeiras para a construção dos seus navios; o litoral produzia em abundância o linho e o canhamo para os cordames; e na costa havia muitos portos amplos e de acesso facil. Que mais preciso era?

parte do Atlântico e fundam colonias e feitorias no norte da Africa, na Sicilia, em Malta, na Sardenha, nas Baleares, na Itália e na Ibéria <sup>1</sup>.

E' bem certo pois que êsses antigos dominadores do mar, êsses afamados nautas, que saindo das duas cidades apelidadas *o universal mercado das nações*, eram na antiguidade, no dizer de Duncker <sup>2</sup>, o que foram dois mil e quinhentos anos depois para mais remotos climas os portugueses de Gama, de Cabral e de Magalhães.

E se o seu influxo civilizador, incontestavel e importante, não pode assumir plausivelmente as proporções que lhe attribuiu nos seus estudos o douto professor sueco Nilsson, honrando êste povo com a glória de haver iniciado na Europa, ainda inculta, a idade de bronze, é todavia um facto que domina a história antiga, num grau tão intensivo e pela forma porque o mercantilismo universal dos modernos navegadores transatlânticos constitue a feição essencial do mundo cristão desde o século XV.

Apesar de ser diversamente considerado o valor desta migração marítima na Península, assim como incerta a época em que realizaram a ocupação, todavia os vestígios do domínio fenício assim como do cartaginês na Ibéria manifestam-se por uma forma incontestavel nas moedas, nas designações corográficas, nas memórias da antiga religião peninsular, bem como nas informações dos escritores gregos e latinos.

Aos fenícios é que se deve a fixação da forma definitiva da escrita pela invenção do alfabeto, o que sôbre maneira honra êsse pequeno povo, pois que um tal acontecimento, análogo nos resultados e mais importante talvez, do que o invento da imprensa, no século XV, muito contribuiu para o esplendor das letras e das sciências e para o progresso da

<sup>1</sup> Na Espanha, onde a sua influência mais se afirmou nas costas do Leste e do Sul, erigiram *Málaga* (Malaga), *Hispalis* (Sevilha) e *Gades* (Cadiz), na qual levantaram um templo ao deus Melkart, o protector do comércio.

<sup>2</sup> *Max Duncker* — Fenícios.



civilização mundial. O seu sistema de escrever tão simples quanto eram complicados e difíceis os hieroglifos do Egipto e os caracteres cuneiformes dos assírios, constava sómente de 22 sinais. Do alfabeto fenicio derivaram o hebreu, o árabe, o grego e o latino.

Os fenicios escreviam da direita para a esquerda, assim como os hebreus, os sírios e os árabes; mais tarde é que os gregos começaram a escrever da esquerda para a direita, uso depois adoptado por outros povos.

Contudo Mommsen afirma que os iberos só por intermédio dos gregos conheceram o alfabeto fenicio.

Herculano é de opinião que na época em que os cartagineses entraram na Península não só as duas raças mais antigas, os célticos e iberos, se achavam confundidos nos territórios centrais, mas também os das orlas do mar e ainda os celtas e celtíberos do sertão se tinham misturado com os fenicios e gregos, principalmente com os primeiros, cuja influencia na população foi tamanha que ficou predominando até hoje no país o nome que eles lhe puseram. Espanha é efectivamente de origem fenicia <sup>1</sup>.

Também parece não oferecer dúvida que em tempos anteriores a Homero é que os fenicios ocuparam a melhor parte da Espanha, enquanto que pequenas colonias gregas se estabeleciam em diversos pontos na orla do mar e, especialmente nas margens do Douro e do Minho, subindo pelas suas embocaduras.

Além de Espanha, encontra-se a origem fenicia em muitas designações corográficas da Península, afirma Bochart <sup>2</sup>, tais como: Lusitania, Tejo (Tagus), Guadiana (Ana) que são puramente daquela lingua.

No nome de povoações predomina a forma céltica *briga* (lugar), como: *Cetobriga* (Setubal) *Lacobriga* (Lagos) etc.; e

<sup>1</sup> Spania em fenicio quer dizer oculta, sendo portanto de presumir que dando á Península uma tal designação quisessem indicar que era uma região oculta, afastada, mal conhecida.

<sup>2</sup> Bochart, que foi um erudito geógrafo e orientalista, atribui origem fenicia aos seguintes nomes: *Tejo* (Tagus) de *dagi* (piscoso); *Lusitania* de *luz* (amendoas) ou antes *luzi* (cheio de amendoeiras); o rio *Ana* Guadiana, de *ana* (ovelha); e *Olisipo*, Lisboa, de *alis ubo*, baía amena.

Alguns autores consideram a palavra *Lusitania* de origem céltica e composta de *Lus* (homem guerreiro) e *tan* (região). Sendo assim, Lusitania queria dizer região de homens guerreiros.

nos costumes descortinam-se vestígios da influência helénica. Depois teremos ocasião de, mais promenorizadamente, nos referirmos a êste último ponto.

O facto de se não encontrarem nas crónicas da Península Espanica traços definidos das instituições dos fenicios e cartagineses, leva-nos à conclusão de que a dominação dêstes povos foi mais importante sob o ponto de vista da raça do que sob o da organização politica e social.

Junho de 1922.

GENERAL FERREIRA GIL.

---

## O exército espanhol em Marrocos

### IV

#### **A) — Operações no teatro oriental**

Os espanhóis, querendo dominar a cabila Beni-Said, procuram apoderar-se da importante posição do Monte Mauro; e sendo-lhes difficil atacar de frente, procederam ao seu envolvimento.

As três colunas de operações que actuaram no dia 5 de abril, eram comandadas pelo general Cabanellas, pelo general Berenguer e pelo coronel González Lára, (brigada Bugardain) tendo ocupado, sem grande resistência, as posições de Chemorra e Laari-Entuya. O conjunto das operações foram dirigidas pelo general Sanjurjo, que se estabelecera com o seu Q. G. em Tisingar, tendo-se-lhe reunido o Alto Comissario.

—As forças do comando do coronel Lára eram constituídas por um destacamento da policia indigena, por 2 esquadões de cavalaria, por 6 batalhões de infantaria, 2 grupos de artilharia ligeira (2.º e 11.º), por um destacamento de sapadores e uma ambulância.

Estas forças partiram da posição de Kunti ás 6 horas, organizadas em 2 colunas, seguindo uma pelo caminho de Tincharret e outra por Tisingart, indo desenvolver-se no planalto de Tikermine, onde tomou posição a artilharia, protegendo o

avanço da infantaria, que se apoderou das posições de Chemorra, de Yarf-el-Baax e Exguma, enquanto os sapadores organizavam defensivamente as posições á retaguarda. Depois da tomada do Draa, estas forças ocupavam Dar Quebdani ás 9 horas.

—As forças do general Cabanellas eram compostas de um grupo de Regulares, sob o comando do tenente-coronel Nuñez de Prado, de 2 esquadrões de cavalaria, 4 batalhões de infantaria, 2 grupos de artilharia (um mixto de montanha e o grupo a cavalo), o grupo de sapadores de Melilla e uma secção sanitária e destacamento de intendência.

Estas forças partiram de Kandussi, seguindo pelo colo de Tisingar; ás 6 e 30 estava a vanguarda ocupando as posições de Hach-el-Merini e o dorso de Metmat, e ás 9 e 30, a coluna estava de posse da importante posição de Laari-Entyan, vencendo sem dificuldades a resistência do inimigo.

Enquanto os sapadores organizavam a posição de Laari-Entuya, os Regulares tinham-se desenvolvido em Hach-el-Merini e Orzo-Helat protegendo aqueles trabalhos, assim como a reparação do caminho que conduz a Dar-Quebdani, dentro da zona de operações.

—As forças do general Berenguer iniciaram a sua marcha partindo da posição de Ojeda, e seguindo na direcção do Anvar oriental, protegendo com a sua artilharia pesada as operações da coluna que tomou Laari-Entuya, tendo com o seu fogo impedido a aproximação dos rifenhos de Beni-Ulixec. A artilharia ligeira tomava posição em Ambar, donde cobriu o flanco esquerdo da linha de ataque.

—Vinte e seis aviões tomaram parte nestas operações, bombardeando o terreno da luta e os caminhos por onde o inimigo poderia receber reforços. Foi no campo provisório de *pousagem* de Batel que se organizaram depositos de bombas e de essência para o reabastecimento das esquadilhas. A coluna do general Cabanellas era precedida por 5 tanques com metralhadoras, que prestaram importante serviço.

—As canhoneiras *Maria Molina* e *Recalde* cooperaram também na conquista de Dar Quebdani, bombardeando as povoações de Taseguir, Tixeras, Fuxaten e Medeen. A posse de Quebdani no centro da cabila de Beni-Said, facilitará a submissão desta região. Conseguindo os espanhóis subjugar

os Beni-Said, que constituem a cabila mais forte do Rif oriental, tornar-se-á facil dominar as cabilas de Tensaman e Beni-Ulisc.

No barranco próximo de Dar-Quebdani foram encontrados ainda os cadaveres de 15 espanhóis em estado adiantado de putrefacção, supondo-se que um seja oficial superior do exército.

Ocupado Quebdani, o avanço continuou nos dias seguintes, tendo-se os espanhóis apoderado da pequena povoação de Sid-Abd-Allah e da importante posição de Timayust, que os sapadores trataram logo de organizar defensivamente. Cairam em poder das tropas espanholas 13 peças de artilharia, numerosas munições e vario material de guerra.

Esta vitória das tropas espanholas produziu resultados importantes, pois muitos chefes cabilenos teem-se vindo apresentar e entregar o armamento. Pouco depois a columna Berenguer tomava também a importante posição de Cheif.

— No dia 9 de abril os rifenhos, aproveitando o violento temporal, atacaram com artilharia o Peñon de Velez de la Gomera e apoderaram-se duma pequena ilhóta donde dirigiram um violento fogo de fuzilaria sôbre os serventes das baterias do Peñon. As canhoneiras não se podiam aproximar por causa do temporal. Vieram em socorro da guarnição as esquadrilhas de aeroplanos de Tetuão, para as quaes o vento era favoravel, e lançaram sôbre as tropas inimigas 105 bombas com o peso total de 1.155 kgs. Foi o bombardeamento aéreo que obrigou os rifenhos a suspender o ataque ao Peñon, tendo de se retirar. Os hidro-aviões tamaram também parte no bombardeamento da zona próxima de Peñon.

Tendo nos dias seguintes abrandado o vento, organizou-se um comboio marítimo, que levou mantimentos e munições a Peñon de Velez e evacuou os feridos, resultantes do ataque do inimigo nos dias anteriores.

Mas não passou muito tempo sem que os rifenhos voltassem ao ataque, renovando em 11 e 12 o fogo de artilharia, e, tendo-se apoderado da ilhóta próxima de Peñon, daí dirigiram um assalto á praça, atacando o quartel de marinha com bombas de dinamite e granadas de mão. A população civil de Peñon teve de ser evacuada.

Como se vê, os rifenhos possuem bastante artilharia e

munições, assim como já empregam bombas e granadas, faltando-lhes carros de assalto e aviões.

\*

\* \* \*

Para desviar a atenção da zona de Melilla, o chefe rifenho Abd-el-Krim concentrou forças importantes na região de Tetuão, tendo o seu comando um seu irmão, Hathabi, auxiliado por outro chefe rifenho, seu lugar-tenente, chamado Bulahia-el-Barbudo, cujo nome verdadeiro é Ben-Ali-el-Tugani. Êste chefe mouro conseguira reunir na região de Ajmás uma harka de 1.500 homens das cabilas de Ajamás e Gomara e que fôra reforçada com contingentes rifenhos, dispondo de artilharia. Os mouros atacaram a posição de Miskrela, que é uma avançada da posição de Xauen, numa frente de 6.000 metros, com a maior energia, chegando até junto da rêde de arame que protegia os blokaus. O ataque começou ás 5 horas do dia 13, iniciado pelo fogo de artilharia, que os mouros tinham colocado nas alturas que dominam Miskrela. Depois de uma curta preparação, envolveram o blokaus, tendo cortado as comunicações telefónicas com a posição de Xauen.

As forças espanholas que ocupavam esta posição acudiram então em socorro das guarnições dos blokaus. A luta foi terrível, tomando parte importante as esquadrilhas de aeroplanos. O inimigo foi repellido, vendo-se obrigado a deixar no terreno mais de 150 cadáveres e tendo 400 prisioneiros.

Junto á rede de fio de ferro foram encontrados no mesmo dia mais de 30 cadáveres; 53 junto ao blokaus n.º 1 e uns 20 nos barrancos próximos.

Os aeroplanos bombardearam as povoações de Tionka, Bab, Tazza e as imediações do zoco de Foki.

Os espanhóis tiveram 6 officiaes feridos, que foram evacuados para o hospital de sangue de Xauen e daqui para Tetuão, tendo falecido dos ferimentos o major D. Pedro Garrido e tendo ficado em estado grave o tenente Vidal.

Ha umas 20 praças mortas e 50 feridas.

Novas operações se vão realizar contra o Raisuli pelas forças combinadas de Tetuão, Ceuta e Larache. A ida do general Sanjurjo para a comandância de Larache obedece a

êste propósito, tendo sido já enviado bastante material de guerra para as posições avançadas de Larache e de Xauen.

Em substituição do general Sanjurjo, como comandante da zona de Melilla, foi nomeado o general Ardanaz, muito conhecedor também da região do Rif.

— Não é demais acentuar mais uma vez os importantes serviços prestados em Marrocos pelas esquadrilhas de aviões, bombardeando com o melhor êxito e mais rapidamente do que a artilharia, que teria sérias dificuldades em operar em terreno montanhoso e desprovido de comunicações.

— Os carros de assalto, armados de metralhadoras, teem também prestado relevantes serviços, e o mesmo se pode dizer dos autos blindados, quer no serviço sanitário, quer no serviço de reabastecimento.

### **B) — Operações no teatro ocidental contra o Raisuli**

Além de *Abd-el-Krim*, que tanto tem dado que fazer aos espanhóis, não menos embaraços tem criado o celebre *Raisuli* contra o qual o general Sanjurjo está dirigindo as operações na região de Tazarut.

Depois de um periodo de organização, foram iniciadas as operações no dia 28 de abril. A zona em que teem tido lugar estas operações foi bem conhecida dos portugueses nos começos do seculo XVI, onde, em lutas constantes com os mouros, aí assinalaram o seu esforço, derramaram o seu sangue e semearam com seus ossos aquele terreno africano. Tetuão, Arzila, Larache, Alcácerquibir, etc., são outros tantos nomes que inscrevemos na história das nossas conquistas e das nossas guerras contra os mussulmanos, e que serviram para assinalar o valor da raça portuguesa e também o da falta de continuidade e persistência nos seus empreendimentos.

É de Larache que o general Sanjurjo impulsiona as operações a realizar, e que se devem combinar com as que partirão de Tetuão.

*Larache*, o jardim das Hesperides dos antigos, foi tomada pelos portugueses em 1504, para a abandonarmos passados dois lustros, sendo depois cedida aos espanhóis (21 de novembro de 1610) por Muley Xequé, os quais a perderam em

1689 para de novo virem a possuí-la já no século XIX, e que ultimamente lhe ficou garantida pelo acordo de 7 de abril de 1906.

Banhada pelo rio Lucus, toda a região de Larache é muito fértil e cheia de hortas. Apesar do mau tempo, as operações projectadas iniciaram-se na manhã de 28 de abril. As forças da zona de Tetuão e Ceuta tinham-se reunido no *zoco* de Jemis, sob o comando do general Marzo.

O movimento das tropas de Larache começou às 4 horas. O tempo estava frio e fazia um intenso nevoeiro, que envolvia os altos picos de Beni Issef e de Ain Rapta, o que dificultava a preparação pela artilharia e impedia o emprêgo dos aeroplanos.

O principal objectivo era a ocupação de Feddab Yebel e Beni-Soliman.

A *vanguarda* das forças era comandada pelo coronel González Carrasco e o grosso pelo coronel Saz; a *guarda do flanco* (1 batalhão) da direita ia sob o comando do tenente coronel Soria e a do flanco esquerdo (polícia indígena e uma *harca* amiga) era comandada pelo tenente coronel Ponte.

Dentro em pouco foi estabelecido o contacto com o inimigo, que era constituído pelos cabilenos de Sumata e de Yebala, e se encontravam bem intrincheirados, e que romperam desde logo um fogo intenso. Organizaram-se 2 colunas de ataque: uma, seguindo pelo vale de Bukrus, dirigiu-se à posição de Feddab; a outra, descendo por Varzien, atacou as alturas de Beni-Soliman.

No vale a luta foi cruenta, pois os rebeldes dos aduares de Amegadí e de Hadada ofereciam tenaz resistência. Sempre que o terreno foi favorável, a cavalaria carregou o inimigo. Este sustentou a luta corpo a corpo, produzindo-se dos dois lados importantes perdas; mas por fim os rebeldes foram repellidos e os objectivos alcançados e fortificados.

Às 17 horas as tropas espanholas davam por concluída a sua missão e retiravam para as suas bases, deixando as posições fortificadas e guarnecidas.

—Os espanhóis tiveram perto de 400 baixas, entre as quais se contam diversos oficiais, sendo gravemente feridos o coronel Gonzalez Carrasco, que comandava a vanguarda, assim como o tenente coronel de artilharia Lombarta, o major

de cavalaria Benito, o major do estado maior Gonzalez Adaliza, o capitão Polavieja, irmão do marquês dêste titulo, etc. Houve vários oficiais mortos.

Os numerosos feridos foram evacuados para o hospital de sangue de Meserah, e daqui para o hospital de Alcacerquibir, evacuação difficil e penosa, porque teve de ser feita em macas, visto os caminhos, pela abundância das chuvas, não permitirem a circulação de viaturas.

— Muitos dos soldados mortos foram enterrados no cemitério de Teffer.

— Os mouros tiveram também numerosas baixas.

A vitória alcançada pelas tropas espanholas na região de Tazarut tem certa importância, mas está longe de representar o aniquilamento do Raisuli, pois êste está recebendo reforços de Gomara e é auxiliado por Abd-el-Krím, que lhe enviará também reforços e material de guerra. As tropas do general Marzo, partiram do zoco de Jemis ás 5 horas, seguindo o curso do rio Telatza, e, após um violento combate, ocuparam as alturas de Dar-el-Berda.

— O general Sanjurjo, em harmonia com as instruções do general Berenguer, Alto Comissario, continúa preparando tudo para seguirem as operações, que tiveram de ser interrompidas por alguns dias, pois as chuvas e os temporais tinham tornado intransitaveis os maus caminhos que sulcam a região.

— No dia 4 de maio, tendo melhorado o tempo, as operações offensivas continuaram. Saíram duas colunas de Larache: Na da direita, a vanguarda era comandada pelo tenente coronel Orgar, e o grosso da coluna pelo coronel Camacho. Esta coluna ocupou sem grande difficuldade uma posição avançada a êste de Beni-Soliman. A da esquerda, sob o comando do coronel Sanz, seguiu pelo caminho de Anejaz (vale de Buk-Fus), indo ocupar um esporão avançado ao Aduar Yerba, tendo de combater o inimigo, que ofereceu séria resistência. As colunas espanholas tiveram algumas baixas.

— As operações tem como principal objectivo o envolvimento do Raisuli na região de Tazarut. A isto visam os movimentos das colunas dos generais Marzo e Sanjurjo sob a direcção do general Manzano, comandante geral de Ceuta.

— De facto, a coluna do general Marzo ocupou Collado



Haddadin e o marabito de Sidi-Abderramàn e a cavalaria desta coluna realizou o movimento envolvente.

Os esquadrões comandados pelo tenente coronel Ponte fizeram bastantes prisioneiros.

As colunas do general Marzo e do coronel Serrano tinham um efectivo de 10.000 homens.

A coluna do general Marzo, pela ocupação de Selalem, coloca o Raisuli numa posição crítica. Com êste movimento conseguiu-se separar a cabila de Beni-Arás das de Sumata e Beni-Issef.

As tropas espanholas ficaram a 5 quilometros de Tazarut. O Raisuli, receoso de cair prisionêiro, parece ter retirado para Buhazen.

—A coluna do general Sanjurjo recomeçando o movimento no dia 10 de maio, depois de abandonar os bivaques do vale de Bukrús, chegou até Hamara no sector de Beni-Arás, sem encontrar resistêcia.

As fôrças espanholas ocupando as posições de Dar Berda, Budif, Rox, Iudia Easba, Haddain, Selalem e Sidi Abde-ramàn, teem assim feito o envolvimento de Tazarut. Todas estas fôrças estão apoiadas por numerosas batarias ligeiras e de montanha e grande número de metralhadoras. O assalto à residêcia do Raisuli está, pois, eminente.

\*

\* \* \*

Para executar o ataque a Tazarut organizaram-se 3 colunas: uma sob as ordens do general Sanjurjo; outra sob as ordens do general Marzo; e por fim foi constituída uma terceira sob o comando do coronel Serrano.

A primeira partiu da posição de Uxerna, avançando pela encosta de Buhaxem, indo ocupar uma posição no flanco direito nas proximidades de Tarbeyán e uma outra em Buhaxem já perto de Tazarut.

A coluna do coronel Serrano seguiu por Sidi Musa e ocupou Ain-el-Grana e uma outra posição no flanco esquerdo. Feito assim o envolvimento, a coluna do general Marzo, collocada ao centro, executou o ataque à povoação e residêcia do Raisuli, não tendo encontrado grande resistêcia.

Só a coluna do coronel Serrano experimentou mais viva resistência.

A posse de Tazarut deve ter aniquilado o Raisuli, e esta operação foi o complemento da realizada havia dias em Beni-Arás.

O rico palacio do chefe indigena deve constituir uma rica prêsa.

Os espanhóis tiveram, porêem, baixas importantes. Foi ferido gravemente, sucumbindo pouco tempo depois, o tenente coronel Gonzalez Tablas, comandante dos Regulares de Ceuta, que marchavam na vanguarda da coluna do coronel Serrano.

Ha numerosos oficiais e praças feridos gravemente.

Organizando a posição de Tazarut ficaram quatro *tabores* de Regulares, três batalhões, uma companhia do Terço de estrangeiros, duas baterias de montanha e sete companhias de engenheiros, ficando todas estas forças sob o comando do coronel Serrano. O general Vives ficou também dirigindo os trabalhos de fortificação. A povoação ficou muito danificada com o bombardeamento, especialmente dos aeroplanos. Alguns chefes muçulmanos teem vindo apresentar a sua submissão. O Raisuli presume-se que se tenha refugiado no santuário de Abdelam. Estará terminada a campanha? E' evidente que dominado o Raisuli, Abd-el-Krim não terá esperanças de sair vitorioso. Vencidos êstes dois chefes, a insurreição está dominada.

Êste desforço era necessário para o bom nome do exército espanhol.

V. C.

---

## Biblioteca do Ministério da Guerra

---

Entre as numerosas bibliotecas militares existentes em Lisboa, duas avultam e ambas põem à disposição quer dos profissionais do exército, quer em geral de quaisquer estudiosos, militares ou civís, as suas abundantes e variadas riquezas literarias: são a da Escola Militar e a do Ministério da Guerra. Nem uma nem outra devem ser consideradas como bibliotecas exclusivamente profissionais, pois não são consagradas

apenas aos conhecimentos militares e, ao passo que na primeira se encontram importantes núcleos de obras sobre várias sciências e artes, na do Ministério da Guerra existe um notavel fundo de obras sobre Historia Geral, com algumas especies raras e bem valiosas.

Enquanto, porém, a biblioteca da Escola Militar logrou tornar-se conhecida fóra mesmo do meio militar, mercê da publicação e larga difusão dos seus bem ordenados catálogos, merecendo recentemente ao distinto escritor sr. Dr. Antonio Ferrão a justa qualificação de *estabelecimento modelar*, a biblioteca do Ministério da Guerra, hoje igualmente digna de todo o apreço e confiada—como aquela—a habeis mãos, tem vivido não só ignorada do público, mas o que é mais lamentavel e para causar estranheza, desacompanhada do interesse e carinho que superiormente devia merecer e quasi desconhecida para grandissimo número de officiais do exército.

É curiosa a história da criação desta biblioteca: um decreto de 15 de Dezembro de 1836 mandou organizar em cada Secretaria de Estado uma Livraria com obras fornecidas do Depósito das Livrarias dos extintos conventos, depósito este instituido em parte do convento de S. Francisco de Xabregas. Foi incumbida da escolha dos livros uma comissão de officiais-móres das Secretarias de Estado e do encarregado daquele Depósito. Como poucas eram decerto as obras propriamente militares dos conventos, embora algumas houvesse sobre Fortificação, História Militar, etc., foram destinados à Secretaria da Guerra não só estes últimos livros como alguns centos de obras sobre História geral, as quais ainda hoje constituem parte do fundo mais valioso da Biblioteca e de mais util consulta para os estudiosos da História.

De 1837 (?) até 1888 permaneceram tais livros numa sala do Ministério da Guerra, reservada para comissões, devidamente resguardados em estantes envidraçadas e com cortinas de tafetá verde. Durante meio século parece que ninguem lhes tocou e por fim acabou por ser em geral esquecida até a proveniência de tais livros, acabou por ser desconhecido para muitos o conteúdo das estantes, visto as cortinas ocul-tarem o recheio. Foi um mal? Foi um bem? Dado o destino que afinal as obras vieram a ter, inclinamo-nos a esta última hipótese.

Entretanto, afóra a arrumação cuidadosa dos livros, não se formára a Livraria decretada em 1836, com também não se chegou a organizar a Biblioteca do Ministério da Guerra, mandada criar pela reorganização desta Secretaríá, publicada em 1869.

Em 1888, ao que parece, o Ministério da Guerra acordou por fim e decidiu realizar o pensamento de 1869; viram então a luz os celebrados livros conventuais, que havia meio século repousavam nas estantes, protegidos de todos os olhares pelas cortinas verdes.

Surgiu enfim a Biblioteca, tendo como primeiro encarregado o então major reformado Celestino Soares, ao qual se seguiu o coronel de artilharia Cipriano Jardim.

Instalada primitivamente na casa da extinta «guarda principal», no Terreiro do Paço, a biblioteca ali se foi desenvolvendo e ampliando desde logo com grande cópia de livros militares e outros e ali permaneceu cêrca de 20 anos, começando depois aos baldões, em mudanças freqüentes.

Dentro de limitado espaço de tempo, não menos de 4 instalações lhe conhecemos: a primitiva no Terreiro do Paço, junto à Cruz Vermelha; depois no edificio da Escola Naval; em seguida no Palacio do Conde de Penafiel (à rua de S. Mamede); e presentemente na antiga livraria do convento de S. Paulo (Paulistas).

Nenhuma das três primeiras era conveniente, umas por não disporem de suficiente luz e da devida ventilação, outra, a da Escola Naval, por funcionarem permanentemente em salas da Biblioteca comissões várias, como a de Remonta do Exército.

Finalmente e desde Agosto de 1919 encontrou a Biblioteca do Ministério da Guerra instalação adequada e condigna, na soberba sala da antiga Livraria do convento dos Paulistas. Esta sala — que ha tempo arrancou frases de entusiástica admiração a um sábio espanhol, presidente da Sociedade de Estudos Históricos de Madrid, que a visitou — edificada propositadamente para aquele destino, satisfaz a todos os requisitos que, na época da construção, se podiam exigir para uma Livraria: corpo de edificio isolado; sala de grandes dimensões ( $16^m \times 14^m$ ) e enorme pé direito; amplas janelas por onde a luz entra a jorros; larga galeria, que dispõe também de jane-

las; excelentes prateleiras a toda a altura da casa, pintadas, com frisos dourados e tendo algum trabalho de talha.

Ao sobrado de boa madeira do Brasil, corresponde o lindo tecto estucado, com soberbos dourados e uma alegoria em relevo (Minerva com os atributos das sciências e das letras) e que bem pena é estar em grande parte arruinado, tendo abatido em 1919 uma porção da alegoria central. Esta ultima ruina foi devida a infiltração das águas, que fizeram apodrecer parte das fasquias que sustentam o estuque; outros estragos mais antigos ha porê, devidos a abalos sismicos, começando no de 1755, o qual derruiu a abobada da grande e majestosa igreja conventual, quasi contígua à livraria.

A' excelente e bem distribuida luz, corresponde um sossego adequado e tão propicio ao trabalho dos estudiosos, que ainda hoje ali se disfruta, não obstante a Biblioteca ter bem próximo um quartel da Guarda Republicana.

Só pela sua actual instalação, só por essa soberba sala, bem merece a Biblioteca ser visitada.

Em Dezembro de 1921, a Bibliotheca do Ministério da Guerra contava cerca de 4.800 obras e 8.500 volumes. Ainda ha poucos anos, em 1919, foi adquirida a valiosa colecção, puramente militar, do falecido general Couvreur, rica sobretudo em documentos e compilações da indumentária militar, com raridades bibliograficas, contendo centos de aguarelas, algumas muito perfeitas.

Devia constituir função privativa desta Bibliotheca precisamente a concorrência a espólios e aquisição de espécies militares, sempre que por óbito de officiaes conhecidos como escritores militares ou possuidores de bibliothecas valiosas, houvesse conveniência de adquirir para o exército livros militares, gravuras, etc. A Bibliotheca do Ministério da Guerra, como representante do Estado, devia estar habilitada a concorrer em tais casos ás vendas e aos leilões.

Por não se ter seguido êste ou outro análogo sistema, se deixaram espalhar obras e perder os magnificos espólios histórico-militares dos generais Palmeirim e Claudio de Chaby, além de tantos outros. Por se haver pelo contrário acudido a tempo e oportunamente, dispõe hoje a Bibliotheca do Estado Maior da valiosa colecção napoleónica do falecido general Adolfo Loureiro, assim como na do Governo do Campo

Entrincheirado foi recentemente incorporada a soberba biblioteca do falecido general e distinto escritor Rodrigues da Costa.

Dentro em pouco, possível é que seja vendida a vasta biblioteca do falecido general Francisco A. Martins de Carvalho, muito rica em obras de história militar. Se a venda se realizar com efeito, bem útil seria que o Ministério da Guerra não deixasse de a ela concorrer por intermédio dos funcionários da sua Biblioteca.

Como já dissémos, o inicio desta foram uns livros conventuais entregues por 1837 à Secretaria da Guerra. São ao todo 263 êsses volumes, que conservam a indicação do convento a cuja livraria pertenciam, e—curiosa coincidência!—ha entre êles 28 obras numerando 75 volumes, as quais mantêm ainda o carimbo da Livraria do antigo Convento dos Paulistas... hoje séde da Biblioteca do Ministério da Guerra! Que baldões não sofreram êstes livros desde 1834, até que por fim, como bons filhos, à propria casa voltaram!

Outras curiosidades possui a Biblioteca, devendo à obsequiosidade do nosso amigo sr. capelão Salles podermos dar noticia das seguintes:

A obra n.º 8333—*Nouveaux mémoires sur le service journalier de l'Infanterie*, de Bombelles (Paris-1746), que consta de 2 vol., tem no frontispicio de cada um o seguinte, em letra manuscrita: «*Este Livro he do Marquez Luiz Bernardo de Tavora*».

A obra n.º 2113—*Catalogo e historia dos Bispos do Porto* (Porto-1623) tem ao fim da página do rosto a indicação manuscrita: «*Do Morgado dos Tavoras*» (1).

A obra n.º 8234—*Vida do Serenissimo Principe Eleitor D. Felipe Wilhelmo* (Lisboa-1692), tem escrito numa das guardas: «*Dono excellentissimi Dm Emmanuelis Tellesii Silvij Marchionis Alegrettensis & — Emmanuel Caietanus Sousa*».

Entre os livros antigos, possui a Biblioteca algumas edições raras e outras de alto valor actualmente no mercado.

(1) Elucida o nosso erudito amigo sr. capelão Salles: «Luís Bernardo de Távora, que foi feito marquês em vida de seu pai Francisco de Assis de Távora, foi com êle supliciado em 1759, sob pretexto de estarem envolvidos no atentado contra D. José. É possível que os livros daquele e os pertencentes ao morgado, fossem distribuidos pelos conventos em seguida à eliminação da familia, e que, dos conventos, os volumes mencionados transitassem, como tantos outros, para esta Biblioteca».

Para sentir é porêem que não tenha os seus catálogos — que são vários — ainda impressos.

Além do catálogo-inventário ou tomo, possui mais os seguintes; catálogo sistemático; — catálogo por título das obras; catálogo dos autores e tradutores; — catálogo especial de história; — catálogo das publicações do século XVI existentes na biblioteca. Existe também um pequeno catálogo das obras manuscritas, e centenas de verbetes para um futuro catálogo — dicionário (ou ideográfico)

Falando da Biblioteca, ha muitos anos confiada ao ilustrado bibliotecário sr. major Santos Ferreira, injustiça seria não fazer referência ao erudito adjunto sr. capitão-capelão Ernesto Pereira de Salles, a quem a Biblioteca deve os mais apreciáveis serviços.

Nêstes anos mais recentes, o sr. capelão Salles, que, ao tomar conta do lugar em 1911, foi logo, de motu-proprio e à sua custa portanto, tirar o curso de bibliotecário-arquivista, tem consagrado o melhor dos seus esforços e da sua inteligente e bem orientada dedicação à melhor instalação da biblioteca, à aquisição de várias obras raras e valiosas, à actualização dos catálogos e à redacção de uma muito completa e elucidativa notícia bibliográfica de algumas espécies de valor que a Biblioteca encerra.

Só para a impressão deste utilissimo trabalho, que tão valioso serviço poderia prestar aos investigadores e estudiosos, e para a impressão dos catálogos, bem justificado se tornava o aumento da insignificante dotação anual da biblioteca a 500\$00 ou 600\$00, ou mais se mais pudesse ser.

Essa dotação é desde 1914 apenas de 200\$00 anuais, e se então — isto é ha 7 ou 8 anos — alguma cousa se podia fazer e fez com tal verba, agora calcula-se bem o pouco que ela representa, dada a elevada carestia que atingiu tudo quanto emprega como matéria prima o papel e exige trabalho tipográfico, e portanto o livro, as revistas, as encadernações, etc.

Não é com a Biblioteca que o Ministério da Guerra avoluma o seu orçamento, nem empobrece o tesouro público!

O pior é que, por causa da deficiência da dotação, têm deixado de ser mantidas nos últimos anos assinaturas de várias revistas e publicações estrangeiras, interrompendo-se as-

sim colecções que mais tarde difficilmente se completarão, não se têm efectuado encadernações precisas, etc.

A época agora é má, bem o reconhecemos, visto que o lema é... *economias*, que de facto bem precisas são! Mas economizar não é por vezes só gastar pouco, é sobretudo gastar bem, dispendir utilmente!

O Ministério da Guerra, depois que em 1919 tomou conta da actual séde da Biblioteca, fez já reparar o telhado da sala da livraria, acabando assim a infiltração das chuvas; se tal obra houvesse sido executada ha mais tempo, ter-se-ia evitado o desabamento do estuque do tecto e assim a necessidade de agora reparar êste, obra bem indispensável, mas relativamente cara.

É lamentável porém o adiamento desta obra, pois é de recear que quanto mais demorar maior superfície do tecto e maior extensão da soberba alegoria central venham a abater, o que poderá representar sério risco de vida do pessoal da biblioteca e dos frequentadores desta, pois o gesso tem na parte central próximo de um palmo de espessura.

A bela sala, que só para livraria foi edificada e que felizmente em biblioteca agora se mantém—embora já fosse recentemente cobiçada e até ameaçada de servir de casa de ensaio de uma banda de musica (!), perigo e desconchavo que felizmente parece ter sido conjurado!—essa bela sala merece bem ser reposta no seu primitivo e tão apropriado aspecto.

Para tal obra, para a publicação dos catálogos, impressão da notícia bibliográfica, renovação das assinaturas, e continuação das encadernações, não é necessária nenhuma verba excessiva. A reparação do tecto parece estar orçada em cerca de 8:000\$00 e com uma dotação anual de 600\$00 tudo o mais se iria conseguindo. Estas despesas eram daquelas que não levantariam um só protesto, antes mereciam aplauso de toda a gente ilustrada e enobreceriam o nome do Ministro que as auctorizasse.

P. S.



# LEI DE PROMOÇÕES

Projecto apresentado na Camara dos Deputados  
na sessão de 26 de abril de 1922

Pela influência que exerce na boa constituição dos quadros uma *lei de promoções*, solicitámos da illustre direcção da *Revista Militar* a publicação do projecto, que tivemos a honra de submeter à apreciação do Congresso da República e que está sendo estudado pelas respectivas comissões parlamentares.

Em assunto de tão grande significação para o valor do exército, são apreciáveis as opiniões de todos os estudiosos, que atendam aos interesses gerais e procurem o aperfeiçoamento das Instituições Militares, elevando-as no conceito da Nação e prestigiando-as pelos melhores exemplos de civismo; essas opiniões poderão concorrer para os mesmos intuitos que orientaram o autor d'êste projecto.

Dando nova base às promoções, que constituem problema difficilimo de organização militar pelas conseqüências que tem para o valor profissional dos quadros, e para a confiança que êstes devem merecer a toda a Nação, julgamos conveniente publicar êste projecto nas páginas da *Revista Militar*, a nossa mais antiga revista técnica.

No número immediato procuraremos justificar as suas disposições basilares.

*Henrique Pires Monteiro*

Ten. Cor. do C. E. M.

## Projecto de lei

Artigo 1.º—A hierarquia nos quadros de officiaes do exército é constituida pelas seguintes categorias e postos:

- a) Categoria de officiaes técnicos, compreendendo os postos de aspirante, alferes, tenente e capitão.
- b) Categoria de officiaes superiores, compreendendo os postos de major, tenente-coronel, coronel e brigadeiro.

c) Categoria de oficiais-generais, com o posto de general.

Art. 2.º — As condições gerais de promoção nos diferentes postos são:

a) *Aptidão moral*, comprovada pelas informações anuais dos respectivos chefes e pelos actos da vida militar e civil dos oficiais;

b) *Aptidão física*, comprovada pelas juntas de inspecção, realizadas em períodos de cinco anos, e por provas especiais de resistência física nas condições desta lei;

c) *Tempo mínimo de permanência em cada posto*, fixado nesta lei;

d) *Competência profissional*, comprovada no exercicio das respectivas funções, no comando de tropas para as armas e serviço do estado maior, nos cursos e tirocinios e nas provas especiais de aptidão, que esta lei estabelece.

Art. 3.º — Serão promovidos a aspirantes os sargentos-ajudantes com um ano de posto e habilitados com o curso da Escola Central de Sargentos, os aspirantes-alunos habilitados com o curso da Escola Militar e os sargentos com o curso da Escola Preparatória de Secretariado Militar.

Art. 4.º — A promoção será por diuturnidade para os postos de alferes e tenentes, por antiguidade para o posto de capitão, por antiguidade e selecção para os postos de major, tenente-coronel, coronel e brigadeiro e, exclusivamente, por escolha para o posto de general.

Art. 5.º — A diuturnidade no posto de aspirante será de 1 ano e no posto de alferes, excepto para as armas de engenharia e de artilharia a pé, será de 4 anos.

§ 1.º — Nas armas de engenharia e de artilharia a pé a antiguidade no posto de alferes será, respectivamente, de 1 e de 2 anos.

§ 2.º — No posto de aspirante efectuar-se-ão os tirocinios técnicos fixados no regulamento desta lei e a colocação na escala de oficiais das respectivas armas ou serviços será regulada pela média obtida nesses tirocinios com o coeficiente 2 e a média obtida nos cursos das escolas ou nos concursos de admissão com o coeficiente 3, conforme a origem dos oficiais.

§ 3.º — Os aspirantes que não obtiverem nos tirocinios técnicos a informação de possuírem comprovada competência

profissional não serão promovidos, sendo imediatamente licenciados.

§ 4.º—A promoção a alferes só será feita mediante um diploma, que indique a média final obtida nos termos do § 2.º, a colocação na escala de antiguidade do respectivo quadro e a declaração expressa de que demonstrou competência profissional; êste diploma será conferido pelo Ministro da Guerra em vista das informações constantes de processo individual do aspirante.

Art. 6.º—O tempo minimo de permanência em cada posto para a promoção por antiguidade ou por selecção será: tenente, 4 anos; capitão, 6 anos; major, 4 anos; tenente-coronel, 3 anos; coronel, 3 anos; e brigadeiro, 1 ano.

Art. 7.º—A promoção por selecção será feita mediante provas especiais de aptidão, nos termos desta lei.

Art. 8.º—As vagas nos quadros das diferentes armas e do serviço de administração militar serão preenchidas por antiguidade no posto de capitão e por antiguidade e selecção nos outros postos, destinando-se aos promovidos por selecção as vagas nas proporções de  $\frac{1}{6}$  para major;  $\frac{1}{4}$  para tenente-coronel;  $\frac{1}{3}$  para coronel e  $\frac{1}{2}$  para brigadeiro.

Art. 9.º—As vagas nos quadros do serviço de estado maior e do serviço de saúde (quadro de médicos), serão preenchidas por antiguidade no posto de capitão e por selecção na proporção de  $\frac{1}{2}$  nos outros postos.

Art. 10.º—As vagas nos quadros de serviços, compreendendo os quadros auxiliares das armas, não indicados nos art.ºs 8.º e 9.º serão preenchidas exclusivamente por antiguidade.

Art. 11.º—As vagas no estado maior general serão preenchidas unicamente por escolha.

Art. 12.º—A selecção será feita entre os oficiais que, satisfazendo às condições gerais de promoção indicadas nos art.ºs 2.º e 6.º, anualmente o requeiram pelas vias competentes.

§ 1.º—Só poderão requerer a promoção, a que se refere êste artigo, os oficiais das armas que tenham prestado efectivamente na escola de aplicação ou numa unidade activa o tempo minimo de permanência no posto a que se refere o art. 6.º; e os oficiais do serviço de estado maior, do serviço de

saúde (quadro de médicos) e do serviço de administração militar, que tenham prestado num quartel general divisionário, pelo menos, metade do tempo mínimo de permanência no posto.

§ 2.º — Os requerimentos serão acompanhados de informações minuciosas sobre as condições de competência profissional, aptidão física e aptidão moral do requerente, prestadas pelas comissões a que se referem os art.ºs 17.º e 18.º.

§ 3.º — O oficial, que requeira a promoção por selecção, prestará uma prova de aptidão profissional perante o júri a que se refere o art.º 15.º, a cujo presidente remeterá, logo que fôr admitido às provas, uma memória ou tésé sobre qualquer assunto da sua especialidade e inerente às funções do posto imediato.

Art. 13.º — A prova de aptidão profissional, a que se refere o § 3.º do artigo anterior, constará: exposição e discussão da memória ou tésé, a que se refere o mesmo paragrafo; prova de resistência física, precedida e seguida de um exame medico; prova escrita constando na resolução de um problema sobre a carta; prova escrita constando no desenvolvimento dum assunto proposto na ocasião, referente a conhecimentos gerais militares; prova prática constando na resolução, no campo ou no gabinete (para os serviços, duma questão de aplicação imediata; prova oral para crítica e análise das provas anteriores.

§ 1.º — As provas realizar-se-ão pela ordem indicada e serão eliminatórias.

§ 2.º — As provas realizar-se-ão no praso máximo de 10 dias por grupos que deverão ser, pelo menos, de seis oficiais.

§ 3.º — Por proposta do júri as memórias ou teses poderão ser publicadas por conta do Ministério da Guerra, quando revelem grande mérito.

Art. 14.º — Os pontos para a realização das provas de *aptidão professional* serão elaborados pelo Conselho do Estado Maior do Exército e mantidos secretos.

§ unico. — Os referidos pontos serão organizados em harmonia com as disposições do regulamento para a execução desta lei.

Art. 15.º — Os juris serão distintos para os diferentes postos, armas e serviços e compostos por cinco membros esco-

lhidos de preferência entre oficiais promovidos por selecção.

§ 1.º—O juri para a promoção a capitão será presidido por um coronel e composto por tres tenentes-coroneis e um major.

§ 2.º—Os juris para as promoções a major, tenente-coronel e coronel serão presididos por um general e composto por quatro coroneis.

§ 3.º—O juri para a promoção a brigadeiro será composto por cinco generais, encontrando-se neste número um general pelo menos, que pertença ao Conselho Superior de Promoções e o chefe do Estado Maior do Exército.

§ 4.º—Nos juris para as diferentes armas todas se devem encontrar representadas, estando dois membros da arma do candidato.

§ 5.º—Dos juris para os serviços de saúde e de administração militar farão parte três oficiais das armas e dois do respectivo serviço; os juris para coronel e brigadeiro serão constituídos por um general, um coronel de qualquer arma, um coronel de serviço de estado maior e dois coroneis do respectivo serviço; o quartel mestre general, sendo general, será o presidente do juri para brigadeiro.

§ 6.º—Dos juris para oficiais de serviço de estado maior farão parte, pelo menos, dois oficiais do Corpo do Estado Maior.

Art. 16.º—Os juris organizarão o proceso respeitante a cada official, declarando se o official apresenta as condições de preferência para a promoção ao posto immediato e fundamentando a sua opinião.

Art. 17.º—As informações dos requerimentos para a promoção por selecção serão prestadas por comissões de três membros; para as promoções a major e tenente-coronel estas comissões ouvirão todas as autoridades, que possam prestar esclarecimentos acêrca de cada official.

§ 1.º—Em cada divisão a comissão será constituída pelo general comandante da divisão, chefe do Estado Maior da divisão e coronel mais antigo em serviço na divisão.

§ 2.º—Nas outras situações a comissão será composta por um general e dois coroneis, de preferência promovidos por selecção.

Art. 18.<sup>o</sup> — As informações dos requerimentos para a promoção por selecção a coronel e a brigadeiro serão prestadas por uma comissão de 5 generais, que reunirá todos os elementos, que fundamentem o seu parecer.

Art. 19.<sup>o</sup> — Serão anualmente admitidos à prova de *aptidão professional* o dôbro do número de oficiais, que nêsse ano devam ser promovidos por selecção em cada quadro, calculado pela média das promoções nos últimos dez anos, excluidos os anos dos números, máximo e mínimo.

§ único. — As provas de aptidão professional serão válidas para as promoções a realizar durante um ano.

Art. 20.<sup>o</sup> — O regulamento desta lei fixará:

1.<sup>o</sup> — Duração e programa dos cursos técnicos destinados a tenentes e capitães; dos cursos tácticos destinados a majores e tenentes-coroneis; e cursos de altos conhecimentos militares destinados a tenentes-coroneis e coroneis, como condição de promoção aos postos imediatos.

2.<sup>o</sup> — Cursos de informações e tirocinios para os brigadeiros, como condição de promoção ao posto de general.

3.<sup>o</sup> — O tempo mínimo de comando para o serviço de estado maior e para as armas e o tempo de serviço nos quartéis generais divisionários para os serviços do estado maior, saúde, veterinário, administração militar, dos quadros auxiliares das armas e do secretariado militar.

4.<sup>o</sup> — O tempo mínimo de serviço nos hospitais e depósitos para todos os oficiais do serviço de saúde.

Art. 21.<sup>o</sup> — Os oficiais dos quadros permanentes das diferentes armas serão obrigados a tomar parte nos postos de alferes, tenente e capitão em uma escola de recrutas e em todos os postos até brigadeiro, em duas escolas de repetição e no posto de brigadeiro em uma escola de repetição; os oficiais dos serviços serão obrigados a duas escolas de repetição em cada posto, excepto no posto de brigadeiro.

Art. 22.<sup>o</sup> — Os oficiais milicianos serão promovidos até majores e obrigados aos mesmos cursos que os oficiais dos quadros permanentes, sendo promovidos logo que o seja o oficial imediatamente mais moderno dêstes quadros, promovido por antiguidade.

§ 1.<sup>o</sup> — Os oficiais milicianos serão dispensados do tempo

de comando e das escolas de recrutas, sendo obrigados às escolas de repetição.

§ 2.º — Aos oficiais milicianos não se aplica a promoção por selecção em tempo de paz.

Art. 23.º — Os tenentes das diferentes armas, que adquiram o diploma de instrutores, tenham excelentes informações dos respectivos chefes e sirvam nas unidades activas ou nas escolas de aplicação anteciparão a sua antiguidade de um ano, no fim de 4 anos de permanência no posto.

Art. 24.º — Os oficiais das diferentes armas, que estejam em serviço fóra das suas unidades activas ou da escola de aplicação, descerão meio ano na escala do respectivo quadro, por cada 4 anos nas condições referidas.

Art. 25.º — A promoção dos oficiais das diferentes armas será regulada pela arma de infantaria, de modo que nenhum oficial de qualquer arma seja promovido aos postos de tenente-coronel, coronel e brigadeiro, sem ter sido promovido a êsses postos o oficial de infantaria que seja três anos mais antigo no posto de tenente sem qualquer antecipação; quando em qualquer arma haja majores, tenentes-coroneis ou coroneis promovidos a tenentes três anos mais cêdo de que os oficiais promovidos aos postos imediatos na arma de infantaria, a promoção nos postos de tenente-coronel, coronel e brigadeiro efectuar-se-á independentemente de vaga, desde que o número total de tenentes-coroneis, coroneis e brigadeiros não esteja excedido, e o número dêstes últimos não seja augmentado em mais de um quinto do respectivo quadro.

§ unico. — Os tenentes-coroneis e coroneis habilitados com o curso de altos conhecimentos militares poderão ser collocados nas unidades de qualquer arma e nas vagas resultantes do disposto neste artigo e no artigo 6.º.

Art. 26.º — Os oficiais do Corpo de Estado Maior serão promovidos aos postos de tenente-coronel, coronel e brigadeiro, quando seja promovido a êste posto em qualquer arma o official que seja tenente da mesma data, em que o é o official habilitado com o curso de estado maior, depois do acesso proveniente dêste curso, desde que tenham satisfeito as provas de aptidão profissional estabelecidas no art. 13.º.

§ unico. — Os officiaes do Corpo de Estado Maior, que regressem à arma de origem, serão considerados supranumerá-

rios até chegarem à sua altura da escala e sem direito a promoção por selecção.

Art. 27.<sup>o</sup>—As promoções nos diferentes serviços fazem-se dentro dos respectivos quadros.

Art. 28.<sup>o</sup>—Enquanto houver supranumerários a promoção far-se-á unicamente por selecção e nas proporções estabelecidas para esta promoção; as vagas restantes serão preenchidas pela entrada no respectivo quadro dos supranumerários.

Art. 29.<sup>o</sup>—A promoção dos tenentes, enquanto houver capitães supranumerários, far-se-á na proporção de  $\frac{1}{3}$ , sendo as outras vagas preenchidas pelos capitães supranumerários.

Art. 30.<sup>o</sup>—Nos quadros em que a promoção seja só por antiguidade e onde haja supranumerários, far-se-á a promoção na proporção de  $\frac{1}{3}$ , sendo as outras vagas preenchidas pela entrada nos quadros dos supranumerários,

Art. 31.<sup>o</sup>—A promoção a general far-se-á por escolha entre os brigadeiros, que ocupem o têtço supertor da escala geral de antiguidades de todos os officiais deste posto, pertencentes aos quadros do serviço de estado maior e das armas.

§ 1.<sup>o</sup>—A escolha será efetuada por um Conselho constituido por todos os generais do quado activo e pelos do quadro de reserva, que pertençam ao Conselho Superior do Exército.

§ 2.<sup>o</sup>—A proposta fundamentada da escolha será submetida à apreciação do Ministro da Guerra.

§ 3.<sup>o</sup>—A escolha só poderá recair nos brigadeiros promovidos a êste posto por selecção.

§ 4.<sup>o</sup>—As condições de preferênciã para a escolha e o processo a seguir serão fixados no regulamento desta lei.

Art. 32.<sup>o</sup>—Enquanto não fôr fixado o número de brigadeiros dos quadros das armas e dos serviços serão promovidos a êste posto os coroneis do serviço de estado maior e das armas que tenham prestado as provas de aptidão para a promoção a general e os coroneis dos serviços, que desempenham as funções de inspectores gerais dos serviços de saúde e de administração militar, bem como o director da 3.<sup>a</sup> Direcção Geral do Ministério da Guerra.

Art. 33.<sup>o</sup>—A promoção por antiguidade aos postos de major e de brigadeiro será feita mediante as provas de aptidão



profissional exigidas na promoção por selecção e perante juris com a composição fixada no art. 15.º.

Art. 34.º — Nos serviços e nos quadros auxiliares das armas em que não existe a promoção por selecção, a promoção ao posto de major far-se-á por antiguidade mediante provas de aptidão profissional, idênticas às estabelecidas nos art.ºs 13.º e 14.º e perante juris com a composição fixada no art. 15.º.

Art. 35.º — A promoção por distinção será dada a qualquer oficial por um feito muito distinto em combate ou serviços relevantes em campanha, proposta pelo comandante da divisão, destacamento ou coluna, a que o oficial pertença e informação dos superiores em operações.

§ 1.º — A proposta terá o parecer do Conselho Superior de Promoções.

§ 2.º — Quando a proposta se referir aos comandantes das divisões, destacamentos ou colunas será feita pelo comandante superior das forças em operações e para êste ou para aqueles, quando operando isoladamente, pelo Ministro da Guerra; a consulta do Conselho Superior de Promoções é obrigatória.

§ 3.º — A promoção por distinção será resolvida em Conselho de Ministros.

Art. 36.º — Em tempo de guerra, quando a falta de oficiais obrigar qualquer a desempenhar com permanência funções dum posto superior será êsse oficial graduado no posto, cujas funções desempenha, até à desmobilização, e será promovido por selecção sem prestar a prova de aptidão profissional, mas será obrigado aos cursos do art. 20.º.

Art. 37.º — Os oficiais dos quadros permanentes terão passagem à situação de reserva, quando atingirem as idades seguintes: generais, 62 anos; nos serviços de estado maior e nas armas: brigadeiros, 60 anos; outros oficiais superiores, 57 anos: capitães 52 anos, e subalternos 50 anos; nos serviços de saúde (médicos), veterinários, de administração militar e nos quadros auxiliares das armas; oficiais superiores, 60 anos; capitães, 58 anos; e subalternos, 55 anos; nos outros quadros; oficiais superiores, 64 anos; capitães, 60 anos, e subalternos, 55 anos.

§ unico. — Os oficiais passados aos quadros de reserva nos termos dêste artigo, manter-se-ão nêstes quadros durante

5 anos, com excepção dos generais, que continuarão durante 10 anos, se a junta de inspecção os não julgar incapazes do serviço activo em caso de mobilização; uns e outros serão reformados no fim dêste tempo.

Art. 38.º — Os officiaes milicianos terão passagem às tropas de reserva logo que sejam atingidos pelos limites de idade fixados no artigo anterior ou quando sejam promovidos ao posto de major.

Art. 39.º — Os officiaes em serviço estranho ao Ministério da Guerra, quando optarem pelos serviços nos ministérios, a que pertence êsse serviço, serão promovidos exclusivamente por antiguidade, quando o fôr no respectivo quadro o official immediatamente mais moderno e serão considerados graduados.

§ único. — Êstes officiaes não poderão regressar ao Ministério da Guerra.

Art. 40.º — Os officiaes, a que se refere o artigo anterior, quando satisfaçam a todas as condições minimas, serão promovidos por antiguidade e constituirão um quadro de complemento que pode ser mobilizado.

§ único. — Estes officiaes poderão regressar ao serviço do Ministério da Guerra, quando o requeiram, applicando-se-lhes o disposto no art. 24.º.

Art. 41.º — O disposto nos art.ºs 39.º e 40.º applicar-se-à aos officiaes de licença ilimitada, sem prejuizo das outras consequências desta situação, fixadas em diploma especial.

Art. 42.º — Os officiaes em serviço militar nas colónias serão promovidos por antiguidade, sem dispensa das condições não expressas no art. 6.º, excepção para os postos de major e brigadeiro, em que apenas serão dispensados de comando na metropole, desde que tenham exercido funções de comando de unidade ou outros comandos militares nas colónias.

§ único, — Os officiaes, a que se refere êste arttgo, poderão requerer a promoção por selecção, desde que satisfaçam a todas as condições constantes desta lei, podendo as funções de comando ser desempenhadas na metrópole ou nas colónias.

Art. 43.º — Fica revogada a legislação em contrario.

Sala das Sessões, 26 de Abril de 1922.

O deputado  
HENRIQUE PIRES MONTEIRO

## O Serviço de Fardamento no C. E. P.

### **IV — Funcionamento do Serviço de Fardamento de 1.<sup>a</sup> linha**

Sómente em meados de setembro de 1917, como expozemos, a secção de fardamento da R. S. A. do Corpo iniciou a sua acção dirigente sôbre o serviço de fardamento do C. E. P., porém, já quando os Serviços Administrativos Divisionários encontravam falta de artigos na S. F. do D. M. B. e se fazia sentir o mau funcionamento do serviço de fardamento da retaguarda, entre o D. C. F. em Lisboa e o D. M. B.

Como chefes dos Serviços Administrativos das Divisões encontravam-se dois dos mais distintos oficiais do Serviço de Administração Militar e era manifesto o desvêlo com que cuidavam do fardamento e agasalhos das suas tropas; todavia, á sua competente e esclarecida direcção, não correspondeu o serviço de fardamento da retaguarda, quer por falta de artigos, quer por deficiência nos transportes.

As divisões, com a liberdade que lhes foi dada de requisitarem e receberem do Exército Britânico os artigos de fardamento e agasalho de que necessitassem, sem que lhes fosse fornecida indicação dos artigos portugueses existentes em depósito, ou a chegar de Portugal, dotaram-se com colêtes, camisolas e ceroulas de malha de lã e colêtes de peles, do Exército Britânico, quando o nosso depósito da Base já abarrotava de camisolas e ceroulas de lã e pelicos que bem substituíam aqueles artigos. Foi tarde, já, quando por proposta nossa, a Ordem de Serviço do C. E. P. determinou que se distribuíssem de preferência os artigos portugueses existentes em depósito.

Também aos chefes dos serviços administrativos divisionários, foi permitido levarem da S. F. do D. M. B. os artigos de que carecessem, porém, um dia houve em que um deles se forneceu e outro já não encontrou certos artigos indispensáveis.

Nestes dois factos torna-se evidente a falta duma direcção superior para os evitar. Procurou a Secção de fardamento da R. S. A., embora tarde, remediar o mal, primeiro conseguindo que a S. F. do D. M. B. fornecesse os artigos em proporção com os efectivos de cada divisão, Corpo e Base e existência em depósito; depois, recebendo as requisições das Divisões e satisfazendo-as, tendo em atenção a mesma proporção e existência. Com estas restrições á sua liberdade concordaram os chefes dos serviços administrativos divisionários, compenetrados de que ela se impunha e da missão que competia á R. S. A. do Corpo, a qual, por intermédio da sua secção de fardamento, esforçava-se por dirigir os serviços com o menor número de atritos possível.

Tendo reclamado a S. F. do D. M. B., em virtude da Base e das Divisões enviarem, para satisfazer, as próprias requisições de fardamento das suas unidades e formações, o que provocava uma certa confusão e dificuldade no serviço daquela secção, foi determinado que as R. S. A. fizessem requisições em globo e effectuassem depois as distribuições sob sua responsabilidade e procurou-se conseguir que essas requisições fossem feitas periódicamente. Efectivamente o mais práctico e regular consiste em as unidades e formações enviarem as suas requisições de fardamento e agasalho à R. S. A. de que dependem, e esta repartição formular uma requisição geral a satisfazer pelo depósito da retaguarda e a distribuir em conformidade com as requisições ou necessidades das unidades e formações requisitantes.

Apesar da relutância do Comando do C. E. P. em permitir depósitos avançados de fardamento, os chefes dos serviços administrativos viram-se na necessidade de constituir pequenos depósitos junto das secções de fardamento das suas repartições, em virtude da falta de transportes e das necessidades urgentes das unidades e formações. A S. F. do D. M. B. abastecia êstes depósitos mediante requisições das R. S. A. e estas reabasteciam as suas unidades e formações. Êste processo só tem o inconveniente de colocar próximo do inimigo abastecimentos, que nem sempre podem deslocar-se com facilidade e que podemos ser obrigados a abandonar ou inutilizar.

A escassez de fardamento de mescla, cobertores, peúgas,

e calçado, em certa ocasião, levou os chefes dos serviços administrativos divisionários a requisitarem telegraficamente á R. S. A. do Corpo os artigos de fardamento que lhes faltavam e esta a regular o reabastecimento das divisões.

O fardamento e agasalhos para a frente vinham em geral pelo caminho de ferro até ás E. T. E., (em Aire, Lestrem e La Gorgue), onde os delegados dos serviços administrativos os entregavam ás secções do comboio automóvel que os transportava ás R. S. A. Porém, nem sempre se podia contar com o transporte em caminho de ferro, pela necessidade que o Exército Britânico tinha de o utilizar para o seu reabastecimento.

Ás vezes mandavam-se á Base os camions do Comboio Automóvel ou do Sub-Parque de munições, que gastavam pelo menos 3 dias na ida e no regresso; mas raras vezes isso se podia fazer porque o C. E. P. mal podia dispensar êsses meios de transporte.

Na secção de fardamento da R. S. A. do Corpo organizou-se um registo constituido pelas requisições enviadas pelas divisões, pelo qual se regulavam os pedidos à S. F. do D. M. B. e os fornecimentos a fazer.

Dada a insuficiência dos artigos em depósito, atendiam-se primeiramente as requisições que se destinavam às tropas que demonstrassem maior carência. Depois, à medida que o Deposito da Base podia fornecer, satisfaziam-se as requisições proporcionalmente aos efectivos, até às quantidades requisitadas.

As R. S. A. formulavam autos de recepção de artigos de fardamento e agasalhos quando, nos volumes vindos da Base em caminho de ferro, encontravam faltas ou trocas de artigos e os volumes chegavam com vestígios de arrombamento, com avarias nas taras, etc., e enviavam êsses autos à S. F. do D. M. B. para que as trocas fossem desfeitas e as faltas tomadas em consideração. Nos registos das R. S. A. apenas eram escriturados os artigos recebidos.

As unidades e formações enviavam periódicamente, à R. S. A. de que dependiam, requisições dos artigos de fardamento e agasalho de que careciam, as quais eram satisfeitas conforme era possível. Nós chegamos a dispensar o duplicado das requisições e a devolver o original com a indicação dos

artigos fornecidos. O recibo passado pelas unidades e formações nas guias de remessa é que servia de base para lançar à carga dessas unidades e formações os artigos que recebiam. Era um processo de reduzir o arquivo ao indispensável.

Embora se desejasse obrigar as unidades e formações a requisitar os artigos de fardamento em dias determinados do mês, as circunstâncias imprevistas da campanha não o permitiam. As requisições vinham então quando podia ser e acompanhando uma ou mais viaturas para levarem imediatamente os artigos requisitados. Isto era a consequência da falta de transportes divisionários, que deviam efectuar as distribuições nos locais de reabastecimento ou nos acantonamentos das unidades e formações, e remediado pela existência dos depósitos junto das R. S. A.

Às R. S. A. também cumpria reabastecer as unidades e formações com matérias primas, para concêrtos, ou autorizar a sua compra no mercado, quando havia consentimento para funcionarem as oficinas de alfaiate e sapateiro.

Para que as R. S. A. tivessem conhecimento do estado de abastecimentos de fardamento das unidades e formações era-lhes indispensável saber das alterações havidas mensalmente. Quando as praças tinham passagem dentro da divisão, de umas para outras unidades do Corpo ou da Base, não era difícil verificar as alterações pelos aumentos numas e os abates noutras; porém, quando as praças passavam de divisão do Corpo ou da Base, já as alterações exigiam relações de serviço entre as R. S. A. respectivas. As baixas às Ambulâncias tiveram que ser consideradas como passagens definitivas, porque as praças eram evacuadas, em grande parte, e muito tarde ou nunca mais voltavam à sua unidade. Então, nas "baixas aos hospitais" que substituiriam os "boletins de passagem", ou nas guias de marcha, deviam ser indicados os artigos que as praças levavam.

A R. S. A. do Corpo ordenou às unidades e formações que, até ao dia 10 de cada mês, enviassem relações separadas por divisões, Corpo ou Base, dos artigos de fardamento para ali levados pelas praças, com indicação das unidades e formações para as quais se tinha dado a transferência a fim de serem autorizados os abates e poderem ser verificados os

aumentos correspondentes nas respectivas cargas. Além destas relações exigia-se, uma vês ou outra, para conferência das unidades e formações, uma relação dos artigos de fardamento e agasalhos distribuídos às praças e dos que constituíam a reserva regimental.

## **V—Funcionamento do Serviço de Fardamento Regimental**

O serviço de fardamento regimental ou das unidades e formações, exigia uma atenção constante da parte das secções de fardamento das R. S. A. para que a dotação individual e a reserva regimental se mantivessem sempre em bom estado, mas nunca em excesso. Em geral todos os comandantes de unidades e formações pugnavam por que os seus homens andassem devida e regularmente vestidos, calçados e agasalhados, e poucos deixaram de exagerar nas suas requisições com receio de que noutra ocasião lhes faltassem os artigos. A impossibilidade de uma fiscalização da parte dos Serviços Administrativos, permitiu que algumas unidades armazenassem tal quantidade de artigos que as obrigou a deixar depósitos nos acantonamentos que tinham de abandonar.

As unidades requisitavam artigos para substituir os que se inutilizavam ou os que entregavam no S. B. F. para lavar e reparar. Cada praça de pré devia possuir um número certo de artigos de fardamento e cada unidade e formação uma reserva proporcional ao seu efectivo. Como êstes artigos eram pertença do Estado figuravam todos em carga. Tentou-se conservar inalteravel esta carga, porém, nem as reservas regimentais mantiveram a sua dotação, por falta de artigos nos depósitos da retaguarda, pelos abates constantes de artigos levados por praças falecidas, com baixa às ambulâncias e hospitais, ou transferidas, e finalmente pelos artigos inutilizados ou carecidos de beneficiação que não eram substituídos.

O S. B. F. nunca pôde ter uma dotação suficiente para substituir os artigos que as unidades lhe entregavam para lavar e concertar com o fim de evitar alterações nas cargas, de forma que umas vezes podia trocar, outras vezes ficava com os artigos para entregar mais tarde quando estivessem

beneficiados. Dirigia o S. B. F. um dos mais competentes oficiais do Serviço de Administração Militar e todos os seus esforços tenderam para fazer com que o S. B. F. realizasse até os impossíveis, mas da retaguarda não vinham artigos na quantidade precisa. Quando no fim do verão as unidades receberam ordem para entregar no S. B. F. os artigos de cotim e pano crú e para receber outros para uso no inverno, ficaram a maior parte das unidades sem uns ou outros artigos.

Por mais esforços que os chefes dos serviços administrativos divisionários e chefes das secções de fardamento empregassem para que o serviço de fardamento regimental funcionasse com regularidade, as reclamações e queixas, quasi sempre infundadas, das unidades em serviço nas linhas apreciavam constantemente no comando do C. E. P. O Chefe do Estado Maior do C. E. P., desejando averiguar de tais queixas e reclamações, ordenava então que o Chefe da Secção de Fardamento do Corpo o acompanhasse em serviço de Inspecção ao serviço de fardamento dessas unidades, — em lugar de se fazer acompanhar do Chefe dos Serviços Administrativos, que pelo seu cargo e pela sua graduação, mais auctoridade devia ter para missão tão melindrosa. Para que os chefes dos serviços administrativos divisionários não se julgassem ofendidos pela intervenção dum simples chefe de secção da R. S. A. do Corpo, em serviços que elles dirigiam, demos-lhe conhecimento prévio da ordem que tinhamos recebido e enviamos-lhe cópia dos relatórios que apresentamos ao Chefe do Estado Maior. Verificamos nas inspecções efectuadas, que numa brigada, para que cada homem tivesse dois pares de botas, faltavam 1500 pares e, para que cada homem tivesse dois fatos, faltavam 2600 uniformes de mescla. Mas nós já vimos que a culpa provinha de haver falta dêsses artigos. Um batalhão que reclamava peúgas, o que queria era que lhe fornecessem peúgas inglesas, porque peúgas portuguesas tinha em abundância mas de pouco lhe serviam.

As luvas de lã fornecidas pelo D. C. F. não agasalhavam e os soldados atiravam com elas para os drenos ou fundo das trincheiras. Os artigos de fardamento iam a beneficiar ao S. B. F. e não podiam ser substituidos ou devolvidos com a urgência requerida. Muítas outras faltas provinham de que as



companhias não tinham o número preciso de oficiais e graduados para que os seus comandantes podessem ser eficazmente auxiliados na administração do fardamento dos seus homens. Os serviços de despesa do sector, de justiça e de disciplina tomavam-lhe todo o tempo. Isto deve ser ponderado pelos nossos organizadores para os convencer de que cada companhia não dispensa um 1.º sargento exclusivamente encarregado do serviço de contabilidade.

Alguns oficiais provisores, muito inexperientes, e desconhecedores de todas as suas atribuições, tratavam sómente do reabastecimento de subsistências que, como estava montado, dispensava a sua constante acção de presença. Aos oficiais provisores, embora os regulamentos fossem mudos a tal respeito, cumpria procurar saber, dia a dia, as necessidades de fardamento das companhias, sugerir-lhes as requisições, efectuar o reabastecimento, regular o emprêgo da reserva regimental e fiscalizar como delegado do comandante do batalhão, a utilização dos artigos de fardamento e agasalho de forma a conseguir o seu melhor aproveitamento.

Os meios de transporte, na 1.ª linha sofriam da mesma deficiência que tinham na retaguarda, o que concorria também para o irregular funcionamento do serviço de fardamento regimental.

Reconhecemos que se pensava erradamente com respeito ao serviço das requisições de fardamento. A R. S. A. não fornecia os artigos, porque a brigada não mandava as requisições e esta descansava, porque os batalhões não mandavam as suas. Os batalhões, por sua vez, esperavam que as companhias requisitassem e estas, empenhadas na sua missão primordial, não tinham tempo sequer para pensar em fardamento. Um chefe dos serviços Administrativos de brigada tinha em seu poder as requisições de três batalhões e não as enviava á R. S. A. por que faltava a requisição de um batalhão.

Ora nós pensamos que, se em campanha a comodidade diminui da retaguarda para a frente, os cuidados se devem impôr na razão directa da comodidade.

Na falta portanto das requisições da frente, impunha-se ás entidades da retaguarda indagar da sua falta e provocar essas requisições. No caso apontado da brigada de infantaria,

esta devia exigir do batalhão que lhe enviasse a requisição que faltava, ou a declaração de que as suas companhias não necessitavam de fardamento. O batalhão devia proceder de forma idêntica. Só por esta forma se podiam evitar faltas e responsabilidades.

O irregular reabastecimento dos depósitos da retaguarda reflecte-se sempre no reabastecimento da frente, e a irregularidade no reabastecimento da frente dá origem a uma falta de confiança por parte das unidades, que vai dificultar todas as tentativas da regularização do serviço. As unidades e formações, ao notarem as falhas na satisfação das suas requisições, requisitavam sempre a mais, convencidas de que, por acinte, lhes reduziam essas requisições. Foi necessário exigir nas requisições a indicação dos efectivos das unidades e dos artigos em carga para que as R. S. A. pudessem regular os fornecimentos a fazer.

Segundo o processo usado no Exército Britânico, o fardamento não se conservava em poder da praça até á sua incapacidade, quando as unidades se utilizavam do S. B. F., porque, logo que careciam de lavagem ou concôrto, eram ali entregues em troca de outros novos ou beneficiados. Aqueles eram acompanhados de uma relação com a especie, quantidade e tipos dos artigos a trocar. Êste processo, se não faltassem os artigos para a substituição, não deixava de ser prático, no entanto os homens sempre tinham relutância em vestir uniformes já usados por outros e, por isso, menos cuidado no seu vestuário.

Nas unidades e formações que não se utilizavam do S. B. F., as praças recebiam, por conta do Estado, uma ração de sabão para lavar o seu fardamento, para o que, ás unidades e formações, era abonada uma verba com êsse fim.

Quando as unidades e formações se serviam do S. B. F. não tinham necessidade de formular autos de incapacidade, competindo isso aquêlê estabelecimento que recebia os artigos incapazes e depois lhes dava destino.

Artigos que raras vezes fizeram parte do reabastecimento das unidades e formações, foram os pequenos equipamentos, em virtude dos homens não terem tempo ou não terem necessidade de reparar o seu fardamento. Isto deu ocasião ao excesso de componentes dos pequenos equipamentos que ti-

veram, uns de ser aproveitados nas oficinas da retaguarda, outros de voltar a Portugal.

## **VI — Reabastecimentos especiais**

As tropas do C. E. P. chegaram a levar para França uniformes de cotim e roupas brancas para uso de verão. Pouco a pouco êstes artigos foram sendo substituídos por artigos de lã para precaver os homens contra o rigôr do frio e da humidade que vinham antes mesmo do inverno.

Não concordamos com a forma como se fêz esta substituição, quer por se ter mandado executar sem que houvesse o número suficiente de artigos de lã, quer por terem sido tirados ás praças certos artigos que podiam continuar a usar.

O D. C. F. forneceu para o C. E. P. ceroulas e camisolas de malha de lã muito grosseiras que os homens tiveram de vestir sôbre a pele, por motivo de não lhes terem deixado as ceroulas e camisas de paninho. E, como aqueles artigos eram escuros e a sujidade não se via, os homens jamais os lavavam. Teria sido melhor deixar aos homens as ceroulas e camisas de paninho para trazer em contacto com o corpo e lavar frequentemente, e distribuir-lhes apenas uma camisola e umas ceroulas de malha a fim de servirem de agasalhos entre aqueles artigos e o fato exterior. Com esta protecção de lã grosseira podiam os homens suportar bem os uniformes de cotim desde que fossem suficientemente folgados. Em Janeiro de 1918, quando da inspecção ás unidades da frente, encontramos praças que se encontravam bem com os agasalhos apontados e o fato de cotim. Os belgas nunca abandonaram os uniformes de caqui de algodão tão fracos como os de cotim e alguns bem desbotados. Se se tivesse mantido o uso dos uniformes de cotim, ter-se-ia economizado uma soma avultada e não se tinha visto o C. E. P. na necessidade de recorrer á Inglaterra para obter uniformes de mescla. Dispensar-se-iam muitos milhares de camisolas, ceroulas e camisas de lã que se requisitaram ao Exército Britânico e de camisas de flanela que o D. C. F. forneceu já na primavera de 1918.

Em Junho de 1917 o C. E. P. pedia, por intermédio do Delegado Português na «Comission International du Ravitaille-

ment em Londres», o fabrico de 100.000 fardamentos de mescla cinzenta e umas dezenas de milhares de capotes, não sabemos se por impossibilidade de produção do D. C. F. Talvez por falta de indicações, ou por impossibilidade das fabricas manufactureiras, os novos uniformes e capotes vieram com o tipo inglês de gola virada, o que deu aos nossos soldados um aspecto diferente que muito pasto deu á critica que nos alcunhava de «portugalianos».

Os artigos de mescla ingleses eram muito melhor acabados e mais folgados de que os fornecidos pelo D. C. F., mas o tinto deixou muito a desejar, pois os uniformes, dentro em pouco, apresentaram pior aparência que o cotim.

Os capotes traziam um cumprimento de arrastar pelo chão, quando as conveniências do serviço de trincheiras e a Ordem de Serviço do C. E. P. determinavam que elles não excedessem 0,20 abaixo do joelho e assim se cortassem. Então, em dezênas de milhares de capotes, perderam-se milhares de metros de fazenda. O cotim, que tinha sido posto de parte, teve de ser em breve substituído por zuarte adquirido em França para os fatos de rancheiros, fachinas, chauffeurs, etc.

Em princípio de 1918 ainda não tinham vindo de Inglaterra todos os artigos da primeira encomenda e, receando faltas futuras, o Comando do C. E. P. pedia para Inglaterra mais 130.000 uniformes de mescla e 100.000 fardamentos de cotim, mas tendo sido ponderada uma exposição nossa demonstrativa de que êsse fardamento não era necessário, foram suspensos êsses pedidos. Em campanha é preferível que os abastecimentos sobrem a que faltem, mas é certo que as sobras em demasia, ocupando os transportes, armazens e pessoal necessários aos abastecimentos mais precisos, podem ter graves inconvenientes.

\*

\*

\*

O consumo de peúgas pelas tropas que prestavam serviço nas linhas era extraordinário, devido não só à conveniência de ter os homens calçados de peúgas lavadas e sêcas com o fim de evitar a geladura dos pés denominada *mal das trincheiras*, mas também à péssima qualidade que fornecia o D. C. F.

Cada homem devia ter sempre um par de peúgas calçado e dois lavados e sêcos de reserva, de maneira que lhe fosse possível mudar de peúgas todos os dias. Para isto era indispensável montar-se um serviço especial de vae-vem diário entre as unidades e o S. B. F. levando peúgas sujas e trazendo peúgas lavadas.

A falta de transportes necessários e de peúgas no S. B. F. para a substituição diária impediram a realização dêste reabastecimento especial.

Como meio de transporte pensou-se em utilizar as viaturas do T. V. D. que, agrupando as viaturas dos trens regimentais, efectuava o reabastecimento de subsistências, mas essas viaturas não podiam desviar-se para ir e esperar no S. B. F., por esta formação estar bastante afastada de alguns L. R.

Fomos informados de que o D. C. F., tendo de atender mais ao preço que à qualidade, adquiriu peúgas muito baratas, mas que os homens rompiam logo ao calçar. Em virtude desta circunstância esgotou-se depressa a enorme quantidade de peúgas fornecidas por aquele estabelecimento e teve de recorrer-se às peúgas do Exército Britânico. Foi então que o nosso soldado sentiu os pés agasalhados, porque as peúgas inglesas eram mais caras, mas aguentavam várias lavagens e, quando se rompiam, eram susceptíveis de concêrto.

\*

\* \* \*

O reabastecimento do calçado é a parte mais importante do serviço de reabastecimento de fardamento. O consumo de calçado em campanha é muito grande e a necessidade de trazer os homens sempre bem calçados ninguêm a contesta. Além do calçado individual, cada unidade e formação levou para França uma pequena reserva para acudir às necessidades mais urgentes. O D. C. F. enviou para o C. E. P. o primeiro reabastecimento de 70.000 pares de botas que, tendo sido precipitadamente reconhecido como impróprias para uso mesmo á retaguarda, foram mandadas devolver para Portugal. Porém, verificando-se que os nossos soldados ficariam descalços, por não haver outro calçado a que recorrer, foi dada contra or-

dem, mas não a tempo de se evitar o extravio de uns 6.000 pares de botas.

O calçado do Depósito Central de Fardamentos não era fabricado de forma a resistir principalmente á humidade das estradas, caminhos e trincheiras da Flandres, de modo que o C. E. P., em meados de 1917, pediu ao Exército Britânico 100.000 pares de botas baixas para praças apeadas, e 20.000 pares de botas de cano alto e atacadores, para praças montadas. Se as botas baixas inglesas prestaram óptimo serviço, as botas altas deviam ter sido dispensadas porque teriam servido bem aquelas com as polainas portuguezas, que enchiam caixotes e caixotes na S. F. do D. M. B., e dariam aos nossos homens um aspecto de menos dependência do Exército Britânico.

O calçado portuguez que ficou existindo no C. E. P. difficilmente era aceite pelas tropas, pelo que o Comando Superior ordenou primeiro que cada praça tivesse um par de botas inglesas e outro de botas portuguesas e, mais tarde, que as botas portuguezas fossem distribuidas ás tropas da retaguarda. Mas o calçado portuguez em breve teve de ser passado pelas oficinas de concêrtos, onde as gáspeas e solarias de matéria prima inglesa e applicadas pelos processos ingleses, lhe deu maior resistência e comodidade.

O reabastecimento das unidades e formações de calçado novo, era feito pelo processo geral das requisições á R. S. A. O reabastecimento de calçado concertado teve um funcionamento especial que merece a maior atenção. Partia-se do principio de que cada homem devia ter permanentemente um par de botas calçadas e outro par de reserva, ambos em bom estado de servir. As oficinas regimentais foram extintas em quasi todas as unidades e formações e o calçado carecido de concêrto era, por estas, entregue na R. S. A. de que dependiam, acompanhado de guias com a quantidade e tipos a substituir. Em troca do calçado para concêrto, as unidades e formações recebiam os mesmos tipos de botas novas ou concertadas.

A R. S. A. enviava para a Base, por intermédio do seu delegado na E. T. E., o calçado para concêrto em sacos devidamente etiquetados e separado o calçado portuguez do inglês.

Na base, o calçado portuguez dava entrada nas oficinas da S. F. O. B. e o calçado inglês ia para as oficinas do Exército Britânico.

O calçado para concêrto era acompanhado de guias indicativas das quantidades e tipos, uma dentro de cada saco, com o fim de serem enviados para a E. T. E. igual número de pares reparados ou novos.

Com um fim idêntico montou o S. B. F. em La Gorgue oficinas de sapateiro, mas com uma produção bastante reduzida.

O processo de reabastecimento apontado não deixa de ser de uma grande praticabilidade, mas para dar os resultados devidos, exigia: uma vigilância constante dos Comandantes de unidade para que o calçado sómente fosse dado para concêrto quando e logo que o merecesse; uma fiscalização cuidadosa da R. S. A. com fim identico; transporte a tempo e produção suficiente das oficinas, ou existência bastante de calçado novo para suprir as faltas.

As grandes oficinas na retaguarda obrigaram a um desfalque sensível nas fileiras das unidades onde havia homens com o ofício de sapateiro. A extinção em absoluto das oficinas regimentais teve os seus inconvenientes e muitas unidades conseguiram subtrair-se á ordem de extinção.

As ligeiras reparações podiam de facto ser feitas nas unidades, nas horas vagas, pelos homens com o respectivo ofício, mediante uma pequena gratificação. Neste caso havia necessidade de reabastecer as unidades de matérias primas para concêrtos, ou autoriza-las a adquiri-las por compra no mercado.

\*

\* \*

Foram os cobertores incluídos no reabastecimento de fardamento do C. E. P. e o seu reabastecimento não foi isento de dificuldades.

Cada homem havia de possuir 3 cobertores para se agasalhar durante a estação invernosá. Apesar de se terem enviado para França uns quatrocentos mil cobertores, nunca os homens puderam ter, cada um, 3 dêsses artigos, e teve de se requisitar cobertores ao Exército Britânico. Numa ou noutra inspecção que foi possível fazer à carga das unidades, encontraram-se dotações excedidas e dotações incompletas. Umas vezes eram as praças falecidas e não substituídas e as transferi-

das que deixavam os cobertores que lhes estavam distribuídos, outras vezes eram os homens vindos da retaguarda que não traziam cobertores. As unidades que tinham cobertores a mais calavam-se até que uma deslocação de acantonamento as collocassem em dificuldades de transporte, as que os tinham a menos reclamavam insistentemente. De aqui o papel ingrato dos serviços administrativos em andar em constantes fiscalizações com o fim de equilibrar as dotações das unidades.

O Comando do C. E. P., desejando remediar os males apontados, determinou que cada homem se fizesse acompanhar dos cobertores que lhe pertenciam. Isto deu origem a uma alteração constante das cargas e a um ridiculo, que foi objecto até da caricatura, por se encontrarem frequentemente nas estradas da Flandres soldados portuguezes ajoujados ao peso da mochila e dos 3 cobertores.

Para se evitar casos como os que acima ficam descritos, é indispensavel que os artigos, que não constituem propriamente o fardamento individual dos homens, se retenham nas unidades quando aqueles as deixam. Deve partir-se do principio de que as unidades desfalcadas em homens são reforçadas immediata ou oportunamente, pelo que cada unidade deve manter uma dotação certa daqueles artigos, como mantem a das suas armas. Em caso de deslocação a unidade conta já com esse pêso a transportar.

O reabastecimento de cobertores não se destinou sómente a substituir os que se inutilizavam, mas também para suprir as faltas daqueles em que os mortos se embrulhavam ao serem enterrados e para presservar as populações civis contra os gases asfixiantes e deletérios lançados pelo inimigo.

Mais tarde passou o S. B. F. a fabricar caixões para substituir os cobertores nos enterramentos, aproveitando os caixotes vãos de fardamento.

\*

\*

\*

Devemos considerar também como reabastecimento especial o fornecimento de artigos de fardamento a pronto pagamento a officiais, ou a pagar pelas praças causadoras de estragos prematuros ou de extravios.



As «Instruções para o serviço de contabilidade e fiscalização» do R. C. determinavam que as importâncias dos artigos fornecidos a pronto pagamento deviam ser abatidas, nas relações de vencimentos, para a Fazenda Nacional. Os serviços administrativos do C. E. P. fizeram, porém, alterar essa determinação, ordenando a entrada das referidas importâncias nas pagadorias por meio de guias em duplicado, com o fim de melhor apurarem a importância de fardamento vendido. O primeiro processo era, no entanto, mais regular e uma simples recapitulação das quantias lançadas nas relações de vencimentos dava facilmente a referida importância. Além de se prestar melhor à verificação nas R. S. A. em presença das relações dos abates à carga e das relações de vencimentos, exigia êste processo menos expediente e menor movimento numérico.

Além dos artigos para praças de pré que os oficiais podiam usar, havia certos artigos e matérias primas para uniformes de oficiais com que se deve contar no reabastecimento de fardamento. Dêsses artigos temos a considerar sacos de dormir, «valises» e cinturões e, como matérias primas, o pano para uniformes, galões e botões. No C. E. P. venderam artigos a pronto pagamento a S. F. de D. M. B., os conselhos administrativos, as R. S. A. e as cantinas. Em nossa opinião, e mesmo em obediência à Lei, não deviam as R. S. A., como técnicas e fiscalizadoras efectuar transações daquela natureza, embora tivessem sido muito apoquentadas para isso. Os oficiais deviam requisitar os artigos a pronto pagamento ao Conselho Administrativo de que dependiam e êstes requisitavam à R. S. A., se os não tivessem já em depósito. Desta forma evitar-se-iam certas confusões.

## VII — Serviços especiais

Muitos ensinamentos colheu do Exército Britânico o C. E. P. e muito melhor andaria se tivesse imitado a sua administração modelar.

Podemos constatar que naquele Exército tudo se fazia o mais sobriamente possível e tudo se procurava aproveitar, mas aos seus homens não faltou o fardamento necessário e sempre num magnífico estado de aparência.

Como as lavandarias do Exército Britânico não lavassem convenientemente os uniformes, nomeou o mesmo Exército um delegado em Paris, encarregado de receber êsses artigos e fazer lava-los pelos processos quimicos das lavandarias francesas. Lembrou êste expediente o director do S. B. F., ao notar que não ficavam capazmente lavados os artigos de mescla na sua lavandaria. Conseguimos então que o Exército Britânico se encarregasse da lavagem destes artigos por intermédio do seu delegado em Paris, depois de resultar infrutífera a missão dum official que, com o mesmo fim, o chefe dos serviços administrativos mandou expressamente a Paris.

Certo dia lêmos no *Matin* um artigo intitulado «Les bonnes économies» — «Une initiative de l'intendance militaire» — «La récupération des vieux tissus,» — sôbre o aproveitamento dos pedaços de fardamentos inutilizados. Como demonstramos era enorme, relativamente, o consumo de artigos de lã e algodão no C. E. P., porque um uniforme, distribuido novo a um soldado nas trincheiras, depressa se sujava, rasgava e ficava fora de serviço. Algumas partes dos uniformes assim inutilizados aproveitavam-se nos concertos de outros, mas a maior parte dos artigos incapazes não tinham outro destino que não fosse o do lixo.

Vimos por aquele artigo que a Intendência do Exército Francês aproveitava todos os trapos velhos para os transformar e utilizar o melhor possivel. Depois de cuidadosamente desinfectados os tecidos eram separados por categorias: tecidos de lã, de lã e algodão, e de algodão. Dos panos de lã, limpos de matérias estranhas, destinavam-se os bocados pequenos, depois de desfiados, à confecção de novos tecidos. Os pedaços maiores serviam para concêrtos, estojos de mascaras e de cantis, etc. Os tecidos de composição misturada de lã e algodão eram cuidadosamente separados, destinando-se os de algodão ao fabrico de explosivos. Os pedaços de tecidos de algodão duma certa dimensão eram enviados para limpezas nos parques de aviação, de automóveis e de artilharia. Os pedaços piores entravam no fabrico de cartão betumado, tão empregado nas construções de hospitais e quartéis improvisados.

Lido êste artigo dirigimo-nos a um official do serviço de fardamento do Exército Britânico e soubemos sem surprêsa,

que o mesmo processo de aproveitamento se adoptava no seu Exército. Imediatamente elaboramos uma proposta para aproveitamento dos pedaços de fardamento inutilizados no C. E. P., que foi aprovada pelo Comando do C. E. P. e posta em execução.

Os artigos incapazes eram todos reunidos no S. B. F. e separados em tecidos de mescla, de malha de lã e tecidos de algodão, desinfectados e limpos de materias estranhas. Devidamente enfardados ou ensacados eram enviados a um official da Base Inglesa que os pesava, passando recibo do peso. Oportunamente estes tecidos eram vendidos pelo maior preço oferecido e creditado ao C. E. P. pela sua importância.

Os ingleses eram cuidadosissimos no aproveitamento das taras, quer para devolver e servir de novo, quer para outras applicações, e constantemente faziam essa recommendação ao C. E. P. a propósito das que acondicionavam os seus artigos. Cremos que, das taras portuguezas, nenhuma voltaram a Portugal. O serviço de aproveitamento e devolução de taras é importante, atendendo não só á economia que a sua maior utilização pode trazer ao Estado, mas também ás difficuldades que podem surgir na sua aquisição.

O C. E. P. tinha uma secção de Contabilidade com o Exército Britânico a qual fazia parte da R. S. A. do Corpo. Para averiguar do fardamento a pagar aos ingleses teve aquella secção de recorrer ao R. S. A., quando bastava receber indicações do Depósito de Fardamentos da Base se, como era intuitivo, todos os artigos requisitados áquele Exército ali entrassem. O mesmo teve de fazer com relação ao calçado concertado pelas officinas inglesas e que era enviado para as E. T. E. acompanhado de guias com os preços dos respectivos concertos.

### **Conclusão**

Dos apontamentos que, muito por alto, aqui deixamos transcritos, pode concluir-se que, em geral, os serviços de fardamento do C. E. P., podiam ter funcionado com maior regularidade.

Como todos os serviços administrativos, o serviço de fardamento do C. E. P. foi de antemão muito prejudicado e a Fazenda Nacional muito lezada pela falta de oficiais de Serviço de Administração Militar nas missões de estudo que, compostas de oficiais das armas e de outros serviços precederam o C. E. P., com o fim de fornecer para Portugal indicações sôbre os artigos de melhor aplicação no país onde as nossas tropas iam operar, e a respeito do funcionamento de todos os serviços de fardamento dos exércitos aliados. Não foi isso devido à falta de oficiais competentes dentro da corporação, que os tinha já especializados em todos os serviços de administração militar, e até lentes da Escola de Guerra, mas simplesmente, ao que ouviamos, por essas indicações poderem ser enviadas por oficiais do serviço de Estado Maior. O que é um facto é que o Estado sofreu, com essa falta, um prejuizo de muitos milhares de escudos, porque o D. C. F. não foi habilitado a fornecer artigos nas quantidades e com as qualidades requeridas de forma a evitar transportes desnecessários, devoluções, extravios e as requisições ao Exército Britânico, que não depunham muito a favor das nossas possibilidades.

Por falta de indicações de França o D. C. F. forneceu a êsmo para o C. E. P., e os serviços administrativos dêsse Corpo, contando com que tudo estivesse regularizado, nenhuma ordens ou instruções deixaram áquele estabelecimento.

Que ao menos a expressão da verdade que deixamos exposta sirva de algum ensinamento para campanhas futuras, é o nosso maior desejo.

J. DA COSTA JUNIOR.  
Cap. do S. A. M.

---

## Obras oferecidas

---

**Marechal Foch—Elogio de Napoleão, pronunciado ante o túmulo do imperador.**—Paris, 1921. Berger—Lévrault—Editores. Folheto de 21 páginas (0<sup>m</sup>,19 × 0<sup>m</sup>,135).

—O discurso pronunciado pelo general, que maior triunfo alcançou na grande guerra, e por aquele mesmo que durante alguns anos fôra o mais ardente e mais convicto apóstolo dos principios napoleônicos, impregnando as lições professadas na Escola Superior de Guerra, daquela convicção íntima de que as doutrinas do Grande General ainda deveriam

um dia permitir colher verdejantes louros para a bandeira da França; êsse discurso, não podia deixar de ser vibrante de patriotismo, de admiração e de respeito por êsse grande vulto que, a par de grandes defeitos, pode ainda ser apontado como o grande mestre da guerra.

Como Foch põe em evidência que a decisão nem sempre resulta da concentração das forças contra o exército principal do inimigo. Assim procedeu Napoleão em 1796 e ainda em 1805. Foch mostra depois a mestria de Napoleão na sua nova forma de ataque, dirigindo êste contra as comunicações do inimigo, em Marengo, em Ulm e em Iena.

1805 sintetiza a grande actividade, a grande energia e o golpe de mestre do Grande General. E' evidentemente a campanha genial do imperador; a consagração do grande capitão. E é com razão que Foch termina o seu discurso: "C'est par les armes qu'il voudra régler le sort des nations, comme si on pouvait faire sortir le bonheur de son peuple d'une suite désormais nécessaire de victoires, aux sacrifices douloureux quand même. *Comme si ce peuple pouvait vivre de gloire et non de travail; ... au-dessus de la guerre il y a la paix.*"

E mais ainda, Foch exclama perante o túmulo de Napoleão: Si nos légions sont rentrées victorieuses par l'Arc triomphal que vous aviez bâti, c'est parce que cette épée d'Austerlitz en avait tracé la direction en montrant comment réunir et mener les forces qui font la victoire."

**Marechal Foch — «La Bataille de Laon».** (1814). Paris, 1921. Vol. in-8.º, de 35 páginas com uma carta (0<sup>m</sup>,25 × 0<sup>m</sup>,16) — Berger-Levrault. Editores.

Tinha o então tenente-coronel Foch, deixado a regência da sua cadeira de *Táctica Geral* em 1901, quando, colocado no regimento n.º 29 de artilharia, em Laon, aí fez perante os oficiais do mesmo regimento, uma conferência sobre a batalha travada em 1814, contra o exército da Silesia, comandado por Blücher. Nesta conferência, Foch mostra com toda a proficiência e lucidez que *os factores morais* tem muitas vezes uma importância decisiva no resultado de uma batalha. A Política é outro elemento de que se não pode abstrair. Prepara e acompanha as operações. Tem-se afirmado que, ao serem iniciadas as operações, a Política terminou a sua missão e só o generalissimo manda e resolve. A batalha de Laon mostra que isto não é exacto. E só assim se pode explicar porque a manobra de Napoleão foi influenciada por considerações políticas e morais. E' por isso que é muito difícil ao critico avaliar no seu justo valor as determinações superiores do comando, pois o critico desconhece os factores morais que entraram em jogo, ou pelo menos, não os pode devidamente apreciar, procurando só dar importância ás causas materiais: efectivos e armamento. Mas, diz Foch, "acima das espingardas e dos canhões, ha ainda a maneira de se servir deles; ha os homens com as suas aptidões físicas, a sua instrução profissional, o seu estado moral, a sua fadiga, ou a sua resistência; ha o corpo de oficiais com a sua actividade, a sua experiência, a sua autoridade; ha o comando com os seus dons, que vão do fluido imperativo ao génio; existem os governos com as suas exigências políticas, de que a guerra é o instrumento; existem ainda os povos com as suas aspirações, as suas reivindicações, as suas paixões desencadeadas."

O problema é complexo, e a sua solução depende não só de considerações técnicas, facilidade de manobra ou superioridade de número, mas ainda de numerosas causas morais.

Em principios de março, Schwartzenberg não espera o choque dos francezes e retira sobre Troyes, Bar-sur-Aube, Chaumont e Langres. Tendo em vista apenas considerações militares, Napoleão deveria perseguir Schwartzenberg, que comandava o principal exército inimigo, e procedendo assim, salvava o país do invasor; mas Napoleão viu-se sob a pressão dos acontecimentos políticos. Receia a queda do império, em

virtude da agitação que lavrava em Paris. Napoleão tem de ir cobrir a capital e para isso vai atacar o exército da Silesia. Já em 1810 Wellington viu-se forçado a dar a batalha do Bussaco em virtude das exigências políticas e morais.

Foch observa que da parte de Napoleão ha também já um cansaço físico e moral, que o levou a ficar em Chavignon, onde permaneceu até ao meio dia, quando deveria ter marchado com a sua guarda avançada; mas êle confiava nos seus generais. O mesmo sucedeu a Marmont, deixando-se ficar no castelo de Eppes, dando mostras de uma fadiga moral.

A Napoleão faltaram-lhe os factores de ordem moral e material. Pelo contrario, os aliados sentiam exaltado o seu moral, combatendo em nome do Direito e da Justiça. Vê-se, pois, que, por um lado a Política, levando Napoleão a cometer um erro militar, e por outro, os factores morais, que estavam do lado dos aliados, deveriam produzir a derrota daquele e a vitoria destes.

—Foch acentua que na passagem do Aisne Napoleão manobrou de maneira a produzir a surpresa; mas depois a fraqueza foi manifesta.

E' para meditar nesta coincidência: O homem que em 1901, sendo então tenente-coronel, expunha estas idéas, é o mesmo que mais tarde, como general, as toma como norte, como guia, e luz vivificante, para inflingir a derrota aos mais afamados generais teutónicos.

V. C.

---

## CRÔNICA MILITAR

---

### Portugal

**Apê'o dos officiais de infantaria n.º 20 para uma subscrição nacional destinada á aquisição de um hidro-avião a ofertar a Gago Coutinho e Sacadura Cabral.**—Os officiais de infantaria n.º 20 (Guimarães), devidamente autorizados por S. Ex.<sup>a</sup> o Ministro da Guerra, e interpretando o sentimento que anima toda a Nação, iniciaram uma subscrição nacional para a compra de um hidro-avião, no qual os dois heroicos aviadores, Gago Coutinho e Sacadura Cabral possam levar a cabo novos empreendimentos, mostrando mais uma vez que os portugueses, que souberam sulcar os mares nunca dantes navegados, também hoje sabem cortar os ares com as asas dos seus aviões com aquela audácia, sciência e altruismo, que tanto tem sido o característico da nossa raça.

A officialidade de infantaria n.º 20, movida pelo mais alevantado patriotismo, acaba de endereçar duas circulares, uma dirigida aos presidentes das Camaras Municipais de todo o país, e outra a toda a imprensa, solicitando o auxilio e a cooperação de todos para essa grande subscrição, cujo produto deverá ser enviado á comissão executiva do mesmo regimento.

Em Espanha, como é sabido, abriram-se subscrições regionais para a compra de aviões para as tropas que operam em Marrocos, e é natural que no nosso país, se proceda analogamente.

Aqui deixamos, pois, registado o desejo dos nossos camaradas de infantaria 20, para a realização de tão patriótico empreendimento, para o que, por certo, todos se congregarão, procurando alcançar por todos os meios os donativos, destinados a um fim tão patriótico.

### Alemanha

**O desarmamento da Alemanha.**—Em cumprimento do tratado de Versailles, a Alemanha continúa a entregar, ou a destruir material de guerra di-

verso; mas é preciso acentuar que esse material pode considerar-se antiquado, visto que material moderno já tem sido fabricado nos últimos anos.

Ainda no ano passado, quando tropas alemãs intervieram na Silesia, aí se viu que 50.000 alemães apareceram armados em 15 dias com um material ultra-moderno, no qual figuravam obuses de 21 cm., e trens blindados.

Segundo um mapa estatístico inserto no número 43 do *Militar Wochenblatt*, o material até hoje destruído é o seguinte:

Espingardas e carabinas.....	5.855.979
Metralhadoras.....	104.084
Minenwerfer e tubos.....	28.440
Peças e tubos.....	54.415
Reparos.....	27.869
Granadas de artilharia.....	35.400.000
Granadas de mão e de espingarda.....	14.400.000
Cartuchos de armas portateis.....	425.000.000
Aviões.....	13.381
Motores de aviões.....	24.045

— **Os vencimentos dos oficiais e praças.** — Em harmonia com as leis de 21 de novembro e de 27 de dezembro de 1921 os vencimentos dos oficiais e praças são os seguintes no exército alemão:

General.....	140.000	marcos
Tenente-general.....	110.000	»
Major-general.....	90.000	»
Coronel (5 escalões).....	de 53.000 a 80.000	»
Tenente-coronel (7 escalões).....	de 38.000 a 57.000	»
Major.....	de 30.000 a 44.000	»
Capitão :		
{ com menos de 2 anos.....	21.000 a 31.000	»
{ com mais de 2 anos.....	25.000 a 37.000	»
Tenente :		
{ com menos de 4 anos.....	16.000 a 22.500	»
{ com mais de 4 anos.....	18.000 a 26.000	»
Alferes :		
{ com menos de 4 anos.....	13.500 a 17.000	»
{ com mais de 4 anos.....	16.000 a 22.500	»
Ob. Feldwebel.....	13.500 a 17.000	»
Feldwebel.....	12.500 a 16.000	»
Unterfeldwebel		
Unteroffizier }.....	11.500 a 15.000	»
Obergefreite		
Gefreite }.....	10.000 a 13.000	»
Soldado (9 escalões).....	7.500 a 12.000	»

— Para os efeitos do *subsídio de residência* as guarnições são classificadas em 5 grupos, segundo a carestia da vida, indo este subsídio desde 1.200 a 8.000 marcos por ano.

Ha ainda um *subsídio para encargos de familia*, que é de 40 a 60 marcos por mês e por cada filho, conforme a idade destes: até 6 anos, 40 marcos; dos 6 aos 14 anos, 50 marcos; dos 14 aos 20, 60 marcos.

— Para fazer face á *carestia da vida* é concedido um *auxilio* de 20% sobre os vencimentos, a que se juntam os 2 subsídios acima indicados.

Para *auxilio de fardamento* os oficiais recebem anualmente 1.200 marcos. Assim, como exemplo, um coronel que tenha um soldo de 70.000 marcos, que pela localidade de guarnição receba 5.000 marcos e tenha 3 filhos, respectivamente com 5, 7 e 9 anos, receberá anualmente 76.680 marcos, a que se deverá acrescentar 20% deste vencimento, ou sejam 15.336 marcos, e ainda 1.200 marcos para fardamento, o que representa um total de 93.216 marcos.

## Espanha

**O orçamento para 1922-1923.**—No dia 9 de maio o ministro da Fazenda apresentou ao Congresso o projecto do orçamento para 1922-1923, de que vamos dar uma idea sumária.

As *despesas gerais* são fixadas em 2.997.336.000 pesetas, e as *receitas* são calculadas em 2.617.047.000 pesetas, havendo, portanto, um deficit de 380.289.000 pesetas. Comparando as despesas propostas com as do ano economico transacto, reconhece-se haver agora um aumento de 475.528.000 pesetas.

No orçamento do ministério da *guerra* ha um aumento ordinário de 36.395.000 de pesetas e um aumento extraordinário de 68.805.000 pesetas; no da *governança* (interior) ha um aumento de 25.411.000, em virtude de melhoramentos nos serviços sanitários e aumento da guarda civil; no do ministério da *instrução* ha um aumento de 4.391.000 pesetas, resultante da criação de novas escolas; no do *fomento*, o aumento é de 103.128.000 pesetas, resultante do aumento dos preços dos materiais de pavimentação de Madrid e doutros contratos; no do *trabalho*, o aumento é de 4.613.000 pesetas, proveniente da construção de casas baratas, de saneamento de habitações, de cooperativas, e outras medidas de character social; no dos *estrangeiros*, o aumento é 23.000.000 de pesetas; no da *marinha* ha um aumento de 2.171.000 pesetas.

Os aumentos nos orçamentos dos ministérios da guerra e da marinha são em grande parte devidos ás operações em Marrocos, cujas despesas são orçadas em 154.800.000 pesetas.

Notamos que nas *despesas gerais* do estado figuram: 9.500.000 pesetas com a casa real; 8.166.000 com os corpos colegisladores; 664.015.641 com a divida pública; 94.529.000 com as classes inactivas.

As depesas feitas com Marrocos pelos diferentes ministérios atingem 2.997.336.977 pesetas, assim distribuidos:

Pelo <i>Ministério da Guerra</i> .....	266.608.308	pesetas
» <i>Ministério da Marinha</i> .....	7.978.451	»
» <i>Ministério dos Estrangeiros</i> .....	32.901.424	»
» <i>Ministério do Fomento</i> .....	5.863.000	»
» <i>Ministério do Interior</i> .....	2.838.440	»
» <i>Ministério do Trabalho</i> .....	29.000	»

Como vemos, as despesas com o protectorado de Marrocos constituem um encargo enorme monetário, além do enorme consumo de vidas.

**Campanha de Marrocos.**—Depois da tomada de Tazarut, onde era a residência de Raisuli, considerou-se terminada a campanha no teatro occidental marroquino.

Em vista disto, começam a regressar á Península várias unidades que tomaram parte na campanha.

Regressaram já os úsares de Pavia (2 esquadões e uma secção de metralhadoras), que vinham comandados pelo tenente-coronel Salas, desembarcando na estação de Atocha no dia 13 de maio, indo depois para Alcalá, onde é a sua guarnição, sendo aí recebidos com grande entusiasmo e alegria, tendo os estabelecimentos fechado as suas portas para que todos os empregados pudessem tomar parte na manifestação.

—A Castellon chegou também o batalhão de Tetuán, onde teve lugar uma festiva recepção.

—A Cordova chegou da mesma procedência o batalhão expedicionário do regimento de la Reina, ficando ainda uma companhia dèste batalhão de guarnição no Peñón de Albucemas.

—A Malaga chegou também o batalhão do regimento Borbón.



A Cadiz chegou, vindo de Larache, o vapor *Isla de Menorca*, conduzindo 108 oficiais e soldados, que regressam ás suas casas.

Começam também a ser evacuados os numerosos feridos dos últimos combates.

Uma nova organização foi dada ao serviço aeronáutico em Marrocos.

O 1.º grupo, com séde em Tetuão, fica constituído por 3 esquadrilhas.

O 2.º grupo, tem da mesma forma 3 esquadrilhas.

O 3.º grupo, fica também com 3 esquadrilhas.

Cada grupo é comandado por um major, e cada esquadrilha por um capitão.

Ha ainda 3 esquadrilhas expedicionárias.

A's ordens directas do comandante das forças em operações ficam ainda 2 esquadrilhas de hidro-aviões e uma esquadrilha de caça.

Ha, portanto, em Marrocos, tomando parte nas operações, 15 esquadrilhas de aviões e hidro-aviões.

— **Reorganização da Casa Militar de El-Rei.**— O ministro da guerra apresentou ao parlamento um projecto de lei reorganizando a Casa Militar do Rei e o Corpo de Alabardeiros, alterando assim a lei de 29 de junho de 1918.

— É aumentado um general no quadro dos generais de brigada, o qual corresponde ao cargo de major general do Corpo de Alabardeiros, o qual é considerado como fazendo parte da secção activa do estado maior general do exército. É também restabelecido o cargo de 2.º comandante de Alabardeiros e o de segundo chefe das tropas da Casa Real, cargo que passa a ser desempenhado por um general de divisão da secção activa do estado maior general.

Aos ajudantes de campo dos generais, seja qual fôr, o serviço que estes desempenham, conta-se-lhes êste tempo de ajudante, para os efeitos de promoção, como serviço técnico do quadro da arma ou serviço a que pertençam.

Até aqui, não se contava aos ajudantes dos generais o tempo que desempenhavam êste cargo como comando para os efeitos de promoção, enquanto que se contava como tal o tempo que os oficiais passavam como comandante dos distritos de recrutamento e de unidades de reserva, onde também não exerciam o comando de tropas.

**A transferência do general Sanjurjo de Melilla para Larache.** — O general Sanjurjo, que tem uma das mais brilhantes folhas de serviço adquirida nas campanhas coloniais, e que ultimamente tem desempenhado um papel proeminente nas operações contra os rifenhos em Melilla, acaba de ser transferido desta comandância para a de Larache.

Êste general é o unico actualmente que no exército espanhol tem adquirido todos os postos por méritos de guerra. Tendo sido promovido a 2.º tenente em 1894, ao sair da academia de infantaria, foi como voluntario servir em Cuba, onde foi ferido em combate, sendo promovido a tenente por méritos de guerra, e da mesma fórmula foi promovido a capitão. Regressando á Peninsula depois da guerra de Cuba, foi em 1909 para a campanha de Melilla, e aí alcançou o posto de major pela maneira como se portou no combate de Beni-Buifruz. Neste posto foi nomeado comandante dos Regulares de Tetuão. Foi também promovido a tenente-coronel pelo feito de armas de Beni-Salen, sendo ferido duas vezes, recebendo também a cruz laureada de S. Fernando.

Como tenente coronel comandou os Regulares de Ceuta, tomando uma parte importante no combate de El Biut, pelo que foi promovido á coronel. A general foi também promovido por feitos de guerra. Estava em Tetuão, quando teve lugar o desastre de julho em Melilla, vindo dirigir as operações, onde representou um proeminente papel. Agora é chamado a dirigir as operações em Larache contra o Raisuli, as quais vão ser iniciadas dentro em pouco. Tal é, pois, o general Sanjurjo.

## Estados Unidos

**Recrutamento de oficiais de reserva.** — Apesar da propaganda pacifista que se tem desenvolvido nos Estados Unidos depois de terminada a guerra, o recrutamento dos oficiais de reserva não tem encontrado dificuldades. Os cursos *superiores* para oficiais de reserva, que funcionam junto das Universidades tem tido aumento de frequência. No ano findo frequentavam êsses cursos 47.570 individuos, o que representa um aumento de 1.900 em relação ao ano anterior.

Ha hoje organizados 215 cursos superiores junto das universidades. Ha ainda cursos *elementares* junto dos collegios, frequentados por 43.000 estudantes, pertencendo 35.000 ás escolas primárias superiores.

**Os refractários da guerra.** — Tem-se ultimamente procedido ao apuramento dos individuos recenceados durante o periodo da guerra e que se não apresentaram, quando foram convocados. Êste número eleva-se a 173.900, devendo êstes refractários ser submetidos a *conselho de guerra*. Êste facto tem sido aproveitado pelos germanófilos para provarem que o entusiasmo nos Estados Unidos pela guerra era muito fraco. Ê preciso porém notar que muitos dos que foram considerados refractários, o foram indevidamente por deficiências dos recenceamentos e porque aquele número não é exagerado em relação aos 24 milhões de recenceados, pois corresponde a 0,75%.

**Musicas militares.** — Após a guerra, tem tomado grande importância no exército americano a organização de *Bandas militares*, pois os americanos tiveram ensejo de reconhecer, que durante a guerra as marchas militares exerciam grande influência sôbre o moral das tropas. Foi o general Pershing que tomou a peito o desenvolvimento das bandas regimentais. Em Chaumont, junto do G. O. G. do exército americano em França, êle tinha organizado uma música modêlo, que então ficou conhecida pela designação de *Pershing's Own*. Êste general nomeou uma comissão de chefes de música do corpo expedicionário para estudar os metodos francezes. Terminada a guerra, foi ainda o general Pershing que promoveu a reorganização e a transferência para Washington da Escola de música militar, que se criára em New-York em 1911. Desta escola saem os chefes de música; mas funciona junto desta escola um curso para alunos de música militar, os quais, terminado o curso, são promovidos a musicos de 1.<sup>a</sup> classe para os regimentos. Uma das dificuldades encontradas para o recrutamento dos chefes de música é a sua graduação como sargentos, não se tendo querido dar-lhes a graduação de oficial. O principal reportório fornecido ás bandas regimentais é do celebre chefe de orquestra Sousa (português?), que nos Estados Unidos é conhecido pelo «*Rei das marchas*.»

**A reorganização da artelharía.** — Terminada a guerra, nos Estados Unidos tem-se trabalhado activamente em remodelar todo o serviço da artelharía, transformando e renovando todo o material, parecendo mais que êste país se prepara para uma nova guerra, em vez de fruir os ócios da paz. A' cautela, os Estados Unidos não vendo probabilidades de uma paz duradoura, não querem estar desprevenidos. Em novembro de 1920 foram reorganizados os serviços de artelharía e estabeleceu-se um plano de construções e fabricos, plano que se tem posto em prática com grande actividade. Tem-se procurado melhorar a artelharía divisionária, a artelharía de corpo, a artelharía de exército, a artelharía de trincheira e de acompanhamento e a artelharía anti-aérea. O *serviço de fabricos* tem tomado grande desenvolvimento, estando a sua direcção a cargo de um general.

Actualmente ha 10 arsenais, sendo os mais importantes os de Springfield, Waterliet, Rok-Island, Picatinny e Francfort; e recolhendo-se o material em 23 grandes depósitos, que são ao mesmo tempo centros de fabrico, dois dos quais são exclusivamente destinados ao serviço das polvoras e explosivos.

O *serviço técnico* tem á sua disposição para experiências o vasto campo de Aberdeen.

A artilharia em serviço compreende peças de calibres diversos: a peça de 75 e o obus de 105 para artilharia divisionária, e empregando um reparo do mesmo tipo; a peça de 119 e o obus de 155 para a artilharia de corpo; a peça de 155 e os obuses de 202,5 e de 240.

Está em estudo uma peça de 355 m/m e um obus de 406 m/m.

O material actualmente empregado como artilharia de montanha é a peça Vickers-Maxim de 75.

Como peça de acompanhamento empregam ainda a de 37 m/m. Como artilharia de trincheira continuam a empregar o morteiro Stokes de 78 M/I e o morteiro Stokes de 156 M/I, que é uma modificação do morteiro inglês Newton.

—O serviço de armamento da aviação tem também adquirido um grande desenvolvimento, especialmente os aparelhos para o lançamento de bombas, estando em estudos bombas de 11 kg. de fragmentação e bombas tóxicas do mesmo peso.

Tem sido experimentadas no campo de Aberdeen bombas incendiárias de 45<sup>kg</sup>,4, de 136<sup>kg</sup>,2 e de 272<sup>kg</sup>,4.

—A casa Colt terminou em 1921 a construção de 4 modelos de metralhadoras destinadas ao armamento dos aviões.

—As espingardas M/1903 e M/1917 continuam em uso, estudando-se a sua substituição por espingardas automáticas Browning M/1918.

—O material de tracção *caterpillars* tem hoje diferentes modelos, uns mais pesados e outros leves, destinados aos serviços de reabastecimento e transporte de material.

—A actividade no fabrico de material de guerra é muito superior á que havia antes da guerra.

—A *artilharia anti-aérea* tem merecido também uma seria atenção

Em 1920 fabricaram-se 2 tipos de peças anti-aéreas: a auto-peça de 76, m/m2 e a auto-peça de 119, m/m58.

A primeira permite um angulo de tiro  $-5^{\circ}$  a  $+80^{\circ}$  e um deslocamento em direcção de  $360^{\circ}$ ; o mecanismo da culatra é semi-automático; um dispositivo pneumático aumenta a rapidez do carregamento e da operação de graduar a espoleta; esta peça é munida de um freio hidropneumático, de recuo variável; o seu transporte é feito sôbre um reparo Christie; a peça pesa 1.005<sup>kg</sup> e sôbre o reparo 14.075<sup>kg</sup>; a velocidade inicial é de 792, m5; o peso do projectil é de 6, <sup>kg</sup>810 e o alcance horizontal é de 16, <sup>km</sup>370; o comprimento do tubo é de 50 calibres.

—A auto-peça de 119, m/m58 tem características analogas á peça anterior mas o projectil pesa 20, <sup>kg</sup>430 e o alcance é de 18, <sup>km</sup>260; a velocidade inicial é de 791, m50; o comprimento do tubo é de 42 calibres; o peso da peça é de 2.322<sup>kg</sup> e o peso total no reparo é de 19.070<sup>kg</sup>.

## França

**Centros de estudos táticos de artilharia em Metz.** — Á segunda serie dos cursos do centro de estudos táticos de artilharia, organizados em Metz, concorrerão, no periodo que vai de 16 de junho a 29 de julho, 3 generais comandantes de divisão; 3 comandantes de infantaria divisionária ou de brigada de infantaria; 3 comandantes de artilharia de corpo de exército.

Êste curso será completado por exercicios de tiro de demonstração no campo de Bitche, de 11 a 16 de setembro.

**Encorporação da classe de 1922.** — Os mancebos pertencentes á classe de 1922 serão encorporados escalonadamente nos dias 8, 10 e 12 de maio, devendo cada unidade receber assim de cada vez um terço do contingente, que lhe é destinado. Os homens classificados para os serviços auxiliares são encorporados ao mesmo tempo que os do serviço armado.

As epocas da encorporação dos recrutas destinados ao exército do Reno

e aos corpos estacionados em Africa serão ainda fixadas, assim como os portos de embarque para êstes ultimos.

—Foram também publicadas instruções especiais relativamente aos recrutados voluntarios, destinados ao exército do Rheno e do Sarre, e aos que devem ser incorporados nas unidades alpinas, assim como aos alunos das escolas, tanto da classe de 1922, como da classe de 1921, que neste ano concluem os seus estudos.

—Em cada unidade é nomeada uma comissão para receber os grupos de recrutados, devendo ir espera-los ás estações e ter-lhes preparado tudo o que fôr necessário para a sua instalação, que deve merecer todos os cuidados.

**Os tirocinios antes da entrada na Escola Superior de Guerra.**—Os officiaes que, em virtude da sua aprovação no exame de admissão á Escola Superior de Guerra, tenham de frequentar aquella escola, teem primeiro de ir fazer um estágio de 4 1/2 meses nas armas diferentes da sua, estágio que terá principio em maio, o mais tardar.

Os *officiaes de infantaria* fazem um estágio de 1 mês na cavalaria e carros de combate, 2 meses na artilharia, 15 dias na engenharia e 1 mês na aeronáutica.

Os *officiaes de cavalaria* estão 1 mês na infantaria e 15 dias em cada uma das outras armas.

Os *officiaes de artilharia* devem estar 2 meses em cada uma das armas.

Os *officiaes da aviação* fazem um estágio de 1 1/2 mês na artilharia e 1 mês em cada uma das outras armas.

Os *officiaes dos carros de combate* estão 15 dias em cada uma das armas.

Para evitar a permanência simultânea de muitos officiaes nos regimentos de aeronáutica e de carros de assalto, é estabelecida a ordem cronologica, segundo a qual os officiaes das diversas armas deverão ali fazer os seus estágios.

**A redução dos quadros no exército.**—Em virtude da redução dos quadros, especialmente na cavalaria, mais de 6.000 officiaes terão de deixar as fileiras. Esta medida está levantando alguns protestos na imprensa militar, propondo-se varios alvitres para tornar o menos violenta possível uma tal medida.

Propõe-se em primeiro lugar facilitar a passagem à reserva, reduzindo para isso os *limites de idade*.

O limite de idade seria de 62 anos, em vez de 65, para os generais de divisão; de 60, em vez de 62, para os generais de brigada; de 57, em vez de 60, para os coroneis; de 56, em vez de 58, para os tenente-coroneis; de 53, em vez de 56, para os majores; de 50, em vez de 53, para os capitães.

Ainda é desejo dos officiaes que, antes de passarem á reserva, lhes esteja assegurada uma colocação civil, por intermédio do Estado, para assim pudessem usufruir um vencimento que venha compensar a exiguidade da pensão de reforma.

O official, ao fazer um curso e ter entrado nos quadros do exército, fez com o Estado um contracto bilateral, em virtude do qual êste não pode lança-lo á margem, mesmo em nome dos interesses do proprio exército, que a final, representam os interesses da nação.

Indica-se também como outra medida a passagem aos quadros da cavalaria de officiaes das outras armas, por isso que, apesar da redução dos quadros nesta arma, haverá ainda falta de officiaes.

—O assunto é, pois, complexo e melindroso.

**A sétima exposição internacional de locomoção aérea.**—Uma exposição importante de aparelhos de aviação acaba de ter lugar em Paris. Podem ser classificados em 3 grupos os aparelhos expostos: aparelhos de turismo; aparelhos de transporte; aparelhos caracteristicamente militares.

—Os aparelhos de turismo não eram em grande número, e vê-se que, por enquanto, o turismo aéreo não tem tomado grande desenvolvimento.

Apareceram aparelhos do tipo *Blériot*, *Caudron* e *Hanriot* e ainda alguns aparelhos de concepção especial — *Sanchez-Besa*, *Levasseur*, *Tampier* e ainda, um mais notavel, o *Pescara*, que procura resolver o problema da ascensão e descida vertical.

— Os aparelhos de transporte eram, porém, largamente representados e nota-se o grande desenvolvimento e aperfeiçoamentos sucessivos, que tem tido os aparelhos deste genero.

O estudo destes aparelhos interessa também à aviação militar, por isso que podem na guerra ser facilmente adaptados a aparelhos de bombardeamento para o que se deve prevêr na sua construção ás disposições necessárias para a colocação das bombas e dos aparelhos de pontaria.

Eram numerosos os aparelhos expostos no *Salão*, destinados a este uso. Havia *limousines* de dimensões médias — *Blériot*, *Bréguet*, *Latécoère*, *Potez* e *Nieuport* — e grandes aviões de transporte, de muitos motores, e que tinham sido construídos, satisfazendo ao programa de adaptação militar.

— Os aparelhos caracteristicamente militares eram também em grande número, e é facil reconhecer a grande actividade dos construtores nos sucessivos aperfeiçoamentos neles introduzidos.

Notavam-se: a) *Aparelhos de caça*, Nieuport 29 C. I., com motor Hispano de 300 HP, e tendo uma velocidade de 226 km. à hora; *Liore-Olivier* 9, com motor Hispano de 300 HP, de construção metálica e tendo a velocidade de 280 km./h. a 4.000 m.

b) *Aparelhos de caça e de observação a grande distância*. Aparelho Breguet-Bugatti, de 500 H P (2 motores), inteiramente metálico, dando uma velocidade de 240 km/h.

c) *Avião de observação de corpo de exército* Potez A2, com motor Lorraine de 370 HP., construção de madeira e com a velocidade de 205 km./h. *Farman* A2 com motor Salmson, de 230 HP., biplano metálico, e tendo uma velocidade de 193 km/h.

d) *Aviões de bombardeamento*:

*Potez-colonial* com tri-motor 3×150 HP Hispano. Construção metálica, podendo efectuar os bombardeamentos de noite, e tendo uma velocidade de 160 km/h.

*Caudron*, de trimotor 3×150 HP. Hispano, biplano, sendo a construção de madeira.

*Goliath*, de trimotor 2×230 HP. Salmson; biplano de madeira, e com a velocidade de 150 km/h

*Latécoère*, de trimotor de 920 HP. (466 HP+2×230 HP Salmson), podendo transportar 1.500 kg. de bombas e o combustível necessário para um vôo de 7 horas, com uma velocidade de 160 km/h.

*Bréguet-Léviathan*, de 4 motores Bréguet-Bugatti, de 4×225 HP.; de construção metálica (duralumínio), podendo transportar uma carga útil de 2.000 kg., além da essência, e com uma velocidade de 180 km/h.

*Blériot* de 4 motores, de 1.100 HP (4×275 HP), podendo transportar 2.200 kg., além da essência, com uma velocidade de 200 km/h.

*Farman B n 4*, de 4 motores (4×375 HP Lorraine), agrupados 2 a 2 em *tandem*. E' de madeira, transportando 2.200 kg. de carga útil e essência para 7 horas de vôo. E' o maior avião construído em França.

*Latécoère B p r 3*, de protecção de bombardeamento. E' todo metálico (duralumínio) e é armado de 3 metralhadoras. E' dotado de 4 motores Salmson, de 230 HP cada um, e tendo uma velocidade de 200 km/h. E' o avião mais interessante dos que foram expostos. Reconhece-se que a tendência é para construções inteiramente metálicas, empregando-se ligas de metais leves.

**Os novos regulamentos.** — Após a guerra, os novos meios de acção tendo exercido uma manifesta influencia sobre a tática, tornava-se necessário remodelar os diversos regulamentos em uso no exército.

Para isso foi traçado um plano, e é segundo este plano que se tem publicado sucessivamente alguns novos regulamentos.

Primeiro são publicados os regulamentos, tendo um carácter de generalidade, e por isso, destinados a *todas as armas*; em seguida, os regulamentos contendo as regras particulares a cada arma ou serviço.

Entre os regulamentos de *carácter geral* foi publicado em primeiro lugar a *Instrução provisória sobre o emprêgo tático das grandes unidades*. Este regulamento, que em breve analisaremos pormenorizadamente, contém os *princípios* de organização e de emprêgo, donde devem derivar todas as *regras* de aplicação, ocupando-se das grandes unidades complexas (de todas as armas), desde o exército até á divisão inclusivamente.

Abaixo da divisão veem as unidades de uma só arma ou serviço, de que se devem ocupar os regulamentos particulares.

— Esta *Instrução provisória sobre o emprêgo tático das grandes unidades* deve ser conhecida dos oficiais de todas as armas ou serviços, os qu'is não se devem confinar no conhecimento exclusivo do regulamento privativo da sua arma.

— Como consequência lógica, seguem-se as «*Instruções*, fixando as *regras e os processos de execução* comuns a *todas as armas*; tais são :

- a) *Instrução prática sobre o serviço das tropas em campanha* (marchas, estacionamentos, reabastecimento, requisições, trens, parques, etc.);
- b) *Instrução sobre a obtenção das informações e sua interpretação*;
- c) *Instrução sobre a organização das transmissões*;
- d) *Instrução sobre a organização da observação*;
- e) *Instrução sobre a organização e conservação do terreno*;
- f) *Instrução sobre a organização dos transportes*;
- g) *Instrução sobre as medidas de protecção contra os gases de combate*.

— Com o caracter particular a cada arma ou serviço seguir-se-ão os *regulamentos privativos* dessas armas ou serviços definindo pormenorizadamente: o papel da arma ou serviço na guerra; as condições técnicas de preparação para esse papel; o emprêgo no combate; as diversas disposições relativas à vida em campanha; os métodos de instrução.

Publicadas estas *Instruções e regulamentos*, serão ulteriormente publicados manuais para os oficiais de cada arma, onde serão condensados os princípios e regras contidos naqueles diversos regulamentos.

Tal é o programa (1) que as diversas comissões nomeadas teem a observar na elaboração das *Instruções e regulamentos*, a cuja remodelação se está procedendo no exército francês.

**Candidatos ás escolas de sargentos**—Como se sabe, o recrutamento de oficiais no exército francês tem duas origens: *escolas de oficiais e sargentos*.

Porém os sargentos para serem promovidos a oficiais teem de satisfazer a diversas condições, e entre estas, a de frequentarem com aproveitamento uma escola da arma ou do serviço.

Para os sargentos de infantaria ha a escola de *Saint-Maixent*, e o número de candidatos que este ano se apresentaram ao exame de admissão foi de 292 da infantaria metropolitana e 55 dos coloniais.

Os sargentos de cavalaria vão fazer o curso da escola de *Saumur*, e o número de candidatos foi este ano de 105.

Á escola de *artelharía* de *Fontainebleau* apresentaram-se ao concurso 211 candidatos das unidades metropolitanas, 16 da artelharía colonial e 126 do *trem de equipagens*.

Á escola de *engenharia* de *Versailles* apresentaram-se 19 candidatos de *engenharia* e 43 da *aeronáutica*.

Na escola, chamada de *administração militar*, em *Vincennes*, ha diversos cursos, que são professados em 5 secções.

A' secção *A*, administração propriamente dita, concorreram 283 candi-

(1) *Revue Militaire Française*, de 1 de fevereiro de 1922,

datos; á secção *B*, para almoxarifes de artilharia, concorreram 11 coloniais; á secção *C*, almoxarifes de engenharia, concorreram 72 sargentos metropolitanos e 6 coloniais; á secção *D*, serviço de intendência e de saúde das tropas coloniais, concorreram 54 coloniais; á secção *E* (serviço de saúde das tropas metropolitanas) apenas apareceu 1 candidato. A afluência de concorrentes vai diminuindo consideravelmente, pois as carreiras civis são mais lucrativas que as militares e oferecem mais garantias materiais e morais.

A falência da carreira militar é completa em todos os países, vendo-se os governos forçados a elevar os vencimentos para obter os *quadros permanentes* para instrutores.

**Conferência de serviço de saúde**—O director do serviço de saúde do 20º corpo do exército organizou no hospital militar de Sédillot, em Nancy, 4 series de conferências práticas de instrução, compreendendo:

1.<sup>a</sup> *serie*—Demonstrações práticas de bacteriologia e de histologia patologica—destinada aos candidatos aos hospitais militares.

2.<sup>a</sup> *serie*—Conferências práticas de radiologia, destinadas aos alunos da Escola do serviço de saúde militar destacados na Faculdade de Nancy.

3.<sup>a</sup> *serie*—Conferências de semeiologia junto da cama de um doente.

4.<sup>a</sup> *serie*—Conferências destinadas aos candidatos aos certificados de médico e pharmaceutico auxiliares.

O ministro da guerra, aprovando esta iniciativa do director do serviço de saúde do 20º corpo de exército, convida os outros chefes do serviço sanitario militar a organizarem idénticas conferências.

**Estatística da Grande Guerra.**—De quando em quando aparecem dados estatísticos interessantes relativos á Grande Guerra, e que se devem ir coleccionando para a história da mesma guerra.

*La France Militaire*, publicou ha pouco uma *estatística sobre as perdas humanas* sofridas durante a guerra pela França, sobre *mobilização e efectivos*.

Assim de 2 de agosto de 1914 a 1 de janeiro de 1919 tinham sido mobilizados 8.410.000 francezes, sendo:

Na metrópole: 195.000 officiaes e 7.740.000 praças; sendo 157.000 percententes ás armas combatentes e 37.500 aos serviços. Nas colonias da Africa do Norte, 260.000 praças; nas outras colonias, 215.000 praças.

O numero de *aesertors* ou de *refractários* foi relativamente diminuto, apesar da propaganda anti-militarista.

—Quando teve lugar a declaração de guerra (1 de agosto de 1914) os efectivos das tropas, não contando com os indigenas, eram de 766.000 homens nos serviços armados e 51.000 nos serviços auxiliares.

De 1 a 15 de agosto foram incorporados 2.810.000 no serviço armado e 91.000 nos serviços auxiliares, o que elevava o efectivo do exército a 3.576.000 combatentes e a 142.000 nos serviços auxiliares.

De 16 de agosto a 30 de Setembro foram incorporados mais 1.008.000 combatentes e 91.000 nos serviços auxiliares.

De 1 de outubro de 1914 a 31 de janeiro de 1915 foram incorporados: 726.000 combatentes e 291.000 auxiliares.

De 1 de fevereiro a 30 de junho foram incorporados 599.000 combatentes e 75.000 auxiliares.

De 1 de julho a 31 de dezembro de 1915 foram incorporados 103.000 combatentes e 123.000 auxiliares.

De 1 de janeiro a 30 de junho de 1916 foram incorporados 228.000 combatentes e 54.000 auxiliares.

De 1 de julho de 1916 a 31 de março de 1917 foram incorporados 189.000 no serviço activo e 34.000 auxiliares.

De 1 de abril a 31 de dezembro de 1917 foram incorporados respectivamente 306.000 e 191.000 nos serviços activo e auxiliar.

De 1 de janeiro a 11 de novembro de 1918 foram incorporados 245.000 no serviço activo e 15.000 nos serviços auxiliares.

O número de indígenas incorporados até 11 de novembro de 1918 também é digno de notar-se :

Argelinos 176.000; tunisios 50.000; marroquinos 34.000; senegaleses 136.000; malgaches 34.000; indo-chineses 42.500; somalis 3.000.

Temos, pois, um total de 475.500 indígenas que vieram tomar parte na guerra. Como a guerra se prolongava, foi preciso retirar gente das fileiras para virem para os trabalhos agrícolas e industriais, de forma que se atenuasse a carência de viveres e se pudesse aumentar o fabrico de munições.

De abril de 1917 a janeiro de 1918 foram restituídos aos trabalhos agrícolas 300.000 homens; aos trabalhos de minas 32.000; aos serviços dos barcos 3.000; ao professorado 5.000; aos serviços de transportes 8.000.

— É ainda interessante ver como foram repartidos pelas diversas armas e serviços auxiliares os homens mobilizados.

Referir-nos-emos sómente a duas épocas :

a) *Combatentes :*

	Em 1 de maio, 1915	Em 1 de outubro de 1918
Infantaria.....	1.526.000.....	851.000
Cavalaria.....	100.000.....	68.000
Artelharía.....	394.000.....	601.000
Engenharia.....	104.000.....	117.000
Aeronáutica.....	8.000.....	51.000
	<u>2.132.000</u>	<u>1.688.000</u>

b) *Não combatentes :*

Infantaria.....	42.000.....	312.000
Cavalaria.....	14.400.....	13.000
Artelharía.....	18.300.....	132.000
Engenharia.....	26.300.....	83.000
Aeronáutica.....	300.....	15.000
	<u>101.300</u>	<u>555.000</u>

c) *Estados maiores e serviços :*

Estados maiores.....	16.500.....	22.000
S. Saúde.....	65.000.....	67.000
S. Intendência.....	50.000.....	30.000
Trem de equipagens....	85.000.....	77.000
Automoveis.....	18.000.....	91.000
Pagadoria e correios....	1.500.....	1.700
Gendarmaria.....	6.700.....	7.000
	<u>242.700</u>	<u>295.700</u>
Total geral.....	<u>2.476.000</u>	<u>2.538.000</u>

É ainda interessante conhecer como foram distribuídos os indivíduos mobilizados, mas que não foram incorporados no exército.

a) *Mobilizados nas fabricas :*

Em 1 de julho de 1915.....	122.000
» 1 de janeiro de 1916.....	339.000
» 1 de julho de 1916.....	467.000



Em 1 de janeiro de 1917.....	515.000
» 1 de julho de 1917.....	559.000
» 1 de setembro de 1917.....	511.000
» 1 de janeiro de 1918.....	534.000
» 1 de julho de 1918.....	493.000
» 1 de novembro de 1918.....	487.000

b) *Mobilizados para os serviços agrícolas :*

Em 1 de julho de 1917.....	130.000
» 1 de setembro de 1917.....	220.000
» 1 de janeiro de 1918.....	307.000
» 1 de julho de 1918.....	301.000
» 1 de novembro de 1918.....	311.000

c) *Mobilizados nos serviços públicos :*

Em 15 de agosto de 1914.....	402.000
» 1 de janeiro de 1917.....	357.000
» 1 de julho de 1917.....	349.000
» 1 de setembro de 1917.....	354.000
» 1 de janeiro de 1918.....	352.000
» 1 de julho de 1918.....	353.000
» 1 de novembro de 1918.....	352.500

d) *Em serviço de minas e navegação :*

Em 1 de julho de 1916.....	59.000
» 1 de janeiro de 1917.....	65.000
» 1 de julho de 1917.....	75.000
» 1 de setembro de 1917.....	110.000
» 1 de julho de 1918.....	96.000
» 1 de novembro de 1918.....	97.000

e) *Foram adiados:*

Em 15 de agosto de 1914.....	57.000
» 1 de julho de 1916.....	60.000
» 1 de janeiro de 1917.....	64.000
» 1 de julho de 1917.....	70.000
» 1 de janeiro de 1918.....	123.000
» 1 de julho de 1918.....	131.000
» 1 de novembro de 1918.....	140.000

Em 1914 o número total dos homens da classe civil considerados mobilizados, elevava-se a 12.644.000; mas nem todos foram mobilizados.

Por estas indicações se poderá avaliar o esforço enorme e a soma de sacrifícios feitos pela França.

*Morreram* 32.200 oficiais das armas combatentes e 1.400 dos serviços.

*Desaparecidos*, contam-se 2.566 das armas combatentes e 13 dos serviços.

Temos portanto um total de 36.179 oficiais entre mortos e desaparecidos, o que dá 22% do efectivo mobilizado.

O número de praças combatentes mortas foi de 981.000 e desaparecidos 240.000, ou sejam 1.221.000.

Nos serviços houve 23.200 mortos e 1.600 desaparecidos, ou sejam 24.800. Temos assim uma proporção de 15,8% dos mobilizados.

A proporção é portanto superior em relação aos oficiais.

Se agora examinarmos as perdas nas diferentes armas, encontramos :

	Oficiais	Praças
Infantaria.....	29,0%.....	29,9% <sup>0</sup>
Cavalaria.....	10,3.....	7,6
Artilharia.....	9,2.....	6
Engenharia.....	9,3.....	6,4
Aviação.....	21,6.....	3,5
Aerostação.....	5,7.....	2,7
Trem de equipagem.....	4,4.....	3,6
Serviço automóvel.....	1,9.....	1,7
Outros serviços.....	4,1.....	3

—Examinando ainda as idades dos que foram mortos ou desapareceram, nota-se que as perdas foram maiores nas classes mais modernas ; isto é, nos homens mais novos e mais próprios para o aumento da população.

A guerra exerceu uma verdadeira devastação da população, que durante muitos anos se fará sentir.

—E' também digno de nota examinar as perdas sofridas nas principais batalhas, entre mortos, desaparecidos e prisioneiros.

Assim temos :

Agosto-setembro de 1914 : 329.000 nos campos de batalha, 7.000 nas formações sanitárias e 9.000 nos hospitais do interior.

Outubro-novembro 1914 : 104.000 nos campos de batalha, 11.000 nas formações sanitárias e 10.000 nos hospitais do interior.

Dezembro de 1914-janeiro 1915 : 62.000 no terreno, 5.000 nas formações sanitárias e 7.000 nos hospitais do interior.

Fevereiro-março de 1915, (1.<sup>a</sup> batalha do Champagne) : 55.000 no campo de batalha, 7.000 nas formações sanitárias e 7.000 nos hospitais do interior.

Abril-maio-junho, (2.<sup>a</sup> batalha do Artois) : 121.000 no campo de batalha, 13.000 nas formações sanitárias e 9.000 nos hospitais.

Julho-agosto : 39.000 no terreno, 6.000 nas formações sanitárias e 3.000 nos hospitais.

Setembro-novembro, (2.<sup>a</sup> batalha da Champagne e 3.<sup>a</sup> batalha do Artois) : 115.000 nos campos de batalha, 10.000 nas formações sanitárias e 6.000 nos hospitais.

Dezembro de 1915-janeiro 1916 : 15.000 no terreno, 5.000 nas formações sanitárias e 2.000 nos hospitais do interior.

Fevereiro-junho 1916 (batalha de Verdun) : 150.000 nas batalhas, 15.000 nas formações sanitárias e 8.000 nos hospitais.

Julho-outubro 1916 (batalha de Soissons) : 114.000 no campo de batalha, 16.000 nas formações sanitárias e 6.000 nos hospitais.

Novembro-dezembro 1916 (1.<sup>a</sup> batalha ofensiva de Verdun) : 30.000 no campo de batalha, 5.000 nas transformações sanitárias e 3.000 nos hospitais.

Janeiro-março de 1917 : 18.000 no terreno, 4.000 nas formações sanitárias e 6.000 nos hospitais.

Abril-julho (ofensiva do Aisne) : 87.000 no campo de batalha, 15.000 nas formações sanitárias e 3.000 nos hospitais.

Agosto-dezembro 1917 (Flandres, Mosa e Malmaison) : 38.000 nas batalhas, 9.000 nas formações sanitárias e 7.000 nos hospitais.

Janeiro-fevereiro de 1918 : 4.000 no terreno, 3.000 nas formações sanitárias e nos hospitais.

Março-junho de 1918 (defensiva) : 145.000 no terreno, 13.000 nas formações sanitárias e 9.000 nos hospitais.

Julho-novembro de 1918 (ofensiva) : 110.000 nos campos de batalha, 35.000 nas formações sanitárias 18.000 nos hospitais.

**Centro dos Altos estudos Militares.**—Êste curso é destinado aos coroneis e generais de brigada. Aos oficiais propostos para frequentarem êstes cursos devem faltar-lhes, pelo menos 2 anos, para passarem ao quadro da reserva,

em virtude de lei que fixa os limites de idade, devendo já ter, em 1 de julho de 1922, pelo menos, 18 meses no posto, a título definitivo. Em virtude da circular recentemente publicada, os comandantes de corpo de exército devem propôr os oficiais que julgarem em condições de frequentar êstes cursos, devendo cada proposta ser acompanhada da folha de serviços do oficial.

O número de oficiais que devem êste ano seguir êste curso é de 30, e a sua duração é de 6 meses, como em 1922. Os oficiais admitidos, devem, antes de ser iniciado o curso, fazer cursos de informação diversos: no centro de estudos táticos de artilharia; no centro de estudos de montanha; no centro de estudos de Versailles; etc.

Como se vê, a preparação para os comandos das grandes unidades é meticolosa, permitindo fazer uma selecção cercada de um certo número de garantias, que anularão quaisquer influências políticas.

**As despesas com as pensões aos inválidos da guerra e às famílias** — Segundo o relatório de M. Dufas du Rau, a administração das pensões tinha recebido até 1 de setembro de 1921 2.500.000 requerimentos, pedindo pensões, tendo sido concedidas já 1.712.000, assim discriminadas: 832.000 a invalidos, 447.000 a viúvas e orfãos; 433.000 a ascendentes.

Nos inválidos ha 59.000 que estão reformados com 100% dos seus vencimentos, e 60.000 com 80 e 90%.

Continuam, porém, a afluir numerosos requerimentos, uns 50.000 por mês. Ha para liquidar durante o ano de 1922 uns 800.000 processos de pensões a inválidos, a viúvas e orfãos. Os encargos provenientes da guerra são, pois, enormes.

**O monumento aos mortos da Escola de Saint-Cyr.** — No dia 20 de maio p. p. o presidente da República francesa assistiu, acompanhado dos generais Foch, Pétain, Franchet d'Esperey, Tanant, comandante da escola, e do ministro da guerra, Mr. Maginot, á inauguração do monumento elevado á memória dos oficiais, provenientes da escola de Saint-Cyr, e mortos nos campos de batalha de 1914-1918.

Antes da inauguração do monumento, tiveram lugar cerimônias religiosas, celebradas por representantes de diversos cultos. Na cerimônia católica celebrou missa o padre Unbucht, capelão do exército do Rheno, comendador da Legião de Honra, condecorado com a cruz de guerra com 7 palmas e 5 estrelas, e que tem o braço esquerdo amputado em virtude de um ferimento no campo de batalha.

Depois da missa, um outro capelão militar, Mr. Hencque, também oficial da Legião de Honra, pronunciou um discurso á memória dos alunos mortos no campo da honra. Depois Mgr. Gibier, bispo de Versailles, pronunciou nova alocução, indo depois benzer o monumento.

— O monumento foi levantado no pátio chamado de Wagram, e é devido ao estatuário João Boucher e ao architecto Lesage, ficando voltado para a floresta de Marly.

O monumento representa um aluno de Saint-Cyr, com o uniforme da escola, e um oficial em uniforme de campanha, um de cada lado da estátua da Vitória, da qual estão arrancando as estrelas.

— Em nome da Associação Saint-Cyria o general Garnier de Garets, seu presidente, lez a entrega do monumento, pronunciando um breve discurso.

Seguiu-se o discurso do general Tanaut, comandante da escola, que foi eloquente e vibrante de patriotismo. Por último, discursou o ministro da guerra, Mr. Maginot, pronunciando eloquentes palavras á memória dos 5.000 oficiais de Saint-Cyr que caíram nos campos de batalha.

Finalmente, o presidente da República, colocou a cruz de guerra na bandeira da escola de Saint-Cyr, pronunciando também nessa ocasião algumas patrióticas palavras.

Assim terminou esta comóvente cerimônia, em que se prestou o mais sentido culto aos que morreram em defesa da Pátria.

**Manobras de quadros da 14.<sup>a</sup> divisão de infantaria**—Uma importante manobra de quadros teve lugar de 6 a 9 de junho p. p. na região sudeste de Mulhouse pela 14.<sup>a</sup> divisão de infantaria.

Nessas manobras tomaram parte:

O E. M. da 14.<sup>a</sup> divisão e os E. M. das 27.<sup>a</sup> e 28.<sup>a</sup> brigadas de infantaria; e de cada um dos regimentos de infantaria:

Os comandantes de regimento e dos 3 batalhões, um oficial adjunto, os 3 comandantes das companhias de metralhadoras (um por batalhão), o oficial provisôr do regimento e um certo número de ordenanças, ciclistas, am nuen-ses e cosinheiros; o E. M. da artilharia divisionária e o comandante do regimento de artilharia de campanha com os comandantes de grupo e seus adjuntos; o comandante da artilharia pesada com os comandantes do grupo; e o pessoal das transmissões com todo o material. O general comandante do 7.<sup>o</sup> corpo de exército tinha publicado as Instruções para estas manobras.

**O Pritaneu militar e a escola do serviço de saúde militar**—O Pritaneu militar, que é um collegio militar, além do curso dos liceus, tem cursos especiais de preparação para a admissão ás escolas militares de Saint-Cyr e da escola politécnica. Por um decreto recente (10 de janeiro de 1922) foi determinado que também pudessem concorrer os alunos do Pritaneu á Escola do serviço de saúde militar, logo que concluam o curso secundário.

Todos os anos o ministro da guerra fixa o número de alunos que, no ano escolar seguinte, podem ser admitidos na Escola do serviço de saúde de Lyon, para nesta escola seguirem um curso preparatório.

Este curso preparatório compreende 3 secções;

1.<sup>a</sup>—Uma secção de sciências, que habilita para os estudos fisicos, quimicos e naturais;

2.<sup>a</sup>—Secção de medicina para os alunos que seguem o 1.<sup>o</sup> ano de medicina;

3.<sup>a</sup>—Secção de farmacia, que é frequentada pelos alunos que fazem o seu estágio numa farmacia de Lyon.

Os pais ou tutores dos alunos devem obrigar-se ao pagamento das despesas feitas pelo estado, desde que os alunos sejam irradiados do curso preparatório, ou por falta de applicação, ou por máu comportamento, ou por reprovacão no exame.

Durante o curso preparatório os alunos do Pritaneu são considerados como pertencendo ainda a este estabelecimento de ensino; mas os livros são fornecidos pela escola do serviço de saúde gratuitamente.

Para a entrada no curso preparatório os candidatos teem de fazer um exame de admissão.

## Inglaterra

**As reduções no exército.**—A Inglaterra procura equilibrar os seus orçamentos, e é no orçamento do ministério da guerra que essas economias teem incidido mais intensamente.

O Secretario de Estado do Ministério da Guerra, sir Laming Worthington Evans, ao tratar-se de discutir o orçamento para o exercicio de 1922-23, declarou que a previsão orçamental das despesas ordinárias no ministério da guerra era de 51.750.000 libras, o que representava uma redução de 16.500.000 libras em relação ao orçamento do ano anterior.

Essa economia provem principalmente da redução de unidades.

O efectivo orçamental é de 152.836 homens, o que traduz uma redução de 48.000 homens em relação ao efectivo do ano findo.

Na *infantaria* são suprimidos 24 batalhões, correspondendo 12 aos 6 regimentos recrutados no sul da Irlanda: 10, aos regimentos britânicos que tinham 4 ou 3 batalhões; e 2 a um dos regimentos dos condados ingleses.

O número dos batalhões foram reduzidos, mas em cada batalhao o seu efectivo foi aumentado com mais 64 homens.

Na *cavalaria* foram já suprimidos quatro regimentos e vão desaparecer mais 5.

Na *artelharía* são suprimidos 47 batarias de diversos calibres.

Na *engenharia e corpo de sinaleiros* a redução é de 12<sup>o</sup>/<sub>10</sub> do efectivo existente. Reduções analogas são efectuadas nos *serviços administrativos*, nos *serviços médico e veterinário* e no *secretariado militar*.

O exército inglês vai pois ficar com um efectivo inferior ao que tinha em 1914, antes de rebentar a guerra.

O governo inglês considera que o seu exército tem como missão principal manter a ordem no território e assegurar o cumprimento das leis, voltando á sua tradicional organização de *recrutamento voluntário*.

Em virtude das reduções indicadas, o exército britânico ficará tendo 20 regimentos de cavalaria de linha, 162 batarias de artelharía, 124 batalhões de infantaria de linha e 10 batalhões da guarda; mas como uma parte destas forças terão de destacar para as colonias, na metrópole o exército ficará reduzido a 11 regimentos de cavalaria, a 80 batarias de artelharía, a 62 batalhões de infantaria de linha e 9 da Guarda.

Nestas condições a Inglaterra poucas forças poderá mobilizar para uma guerra europeia.

— No *estado maior* do ministério da guerra e nos *estados maiores dos comandos* ha também reduções importantes.

Assim, nos estados maiores dos comandos passa-se de 1.650 officiaes a 814; no quadro do ministério da guerra são reduzidos 107 officiaes (de 366 a 259). Os officiaes do ministério da guerra, que não pertencem ao estado maior, e são pagos pelas suas unidades, sofrem também uma importante redução.

E' também reduzido o pessoal das fabricas e arsenais, sendo mesmo liquidadas as fabricas nacionais de Acton, Gretna, Lancastre, Queen's-Ferry, Watford e Teddington.

## Italia

**Importantes transformações na artelharía italiana.** — Não só durante a guerra, mas depois de concluída esta, a artelharía italiana tem sofrido notaveis transformações de maneira a collocá-la em circunstâncias de satisfazer ás exigências da guerra moderna. As necessidades urgentes da guerra obrigaram a empregar bocas de fogo de varios tipos e calibres, e por isso o primeiro cuidado tem sido normalizar o emprêgo do material, reduzindo os tipos e adoptando material moderno, tendo em vista aumentar a mobilidade e substituir, o mais possível, a tracção hipomóvel pela tracção mecânica.

No decorrer de 1919 eliminaram-se os tipos antiquados, como foram as peças de 75 A e B, as de 87 A e B, as de 120 A, B e G, a de 149 G, os obuses e morteiros de variados calibres e as bombardas. Foi organizada uma artelharía de reserva geral, de varias especies de calibres, mas empregando-se a tracção mecânica, para permitir uma rápida concentração em qualquer frente do teatro de operações.

Tendo a última guerra demonstrado que a artelharía de 75 hipomóvel não podia acompanhar de perto a infantaria, especialmente em terreno montanhoso, foi considerado indispensavel empregar o transporte a dôrso e para isso a peça de 75 da artelharía montada foi substituída pela peça de 75 curta, de montanha, cujo alcance pouco difere do daquela, empregando o mesmo projectil e a granada-bomba.

O emprêgo da artelharía a dôrso tem uma dupla vantagem, militar e financeira. *Militar*, pela maior mobilidade em terreno montanhoso, por permitir o apoio directo da infantaria e ainda por ser mais simples e rapida a instrução, o que tem grande vantagem com a redução do tempo de serviço nas fileiras; *financeira*, porque permite reduzir o número de solipedes e os de carga custam mais baratos do que os de tiro. O emprêgo da peça de montanha de 75 curta fará desaparecer a peça de 37 <sup>m</sup>/<sub>m</sub>.

A divisão italiana passa a ter 3 grupos de batarias de artelharía de montanha na sua composição e 2 grupos de obuses de 100.

— A tracção mecânica foi generalizada a toda a artilharia pesada e de calibre médio.

O emprêgo da tracção mecânica veio também reduzir o emprêgo dos solípedes e trouxe grande economia.

De facto, com 8 ou 10 auto-carros e tractores se substituem os 160 cavalos, que exigia uma bateria de artilharia de campanha, o que representa uma menor despesa na compra e na conservação.

Ha ainda uma vantagem técnica, visto que o reparo da plataforma permite um sector horizontal de tiro de muito maior amplitude, do que o reparo de rodas.

Os obuses de 100, pesando mais 500 kg. que a peça de 75, exigiriam um aumento de 500 cavalos em cada grupo de baterias, e que são economizados com o emprêgo de tracção mecânica.

Em conclusão, a artilharia divisionária compreenderá artilharia de montanha e a artilharia automóvel, ou com tractor.

— Uma outra lição, não menos importante, se tirou da guerra. E' a grande vantagem em substituir a artilharia pesada de grandes alcances por aeroplanos de bombardeamento. De facto, a guerra mostrou que a artilharia de grande potência e alcance dava um pequeno rendimento. Grande custo e dificuldades de fabrico, dificuldade de transporte e de colocação em bateria; tiro lento e de pouca precisão; pouca duração; empregando projecteis com pouca carga explosiva; e exigindo um grande número de aeroplanos para a sua protecção e observação do tiro.

Os aeroplanos de bombardeamento podem ir actuar a centenas de kilometros, o seu movimento é independente das estradas e do terreno e os modernos aperfeiçoamentos no lançamento dos projecteis dão uma grande precisão ao tiro, sendo muito mais económicos.

Vê-se, pois, que os aeroplanos desempenharão numa futura guerra um papel importantissimo, substituindo em grande parte a artilharia de grande alcance.

E' a grande arma do futuro, facto que deve merecer a maior atenção nos países de fracos recursos financeiros, e que não podem adquirir um custoso material de artilharia.

## Polónia

**Organização do exército polaco.** — Durante o ano de 1921 o exército polaco tem sofrido uma série de transformações de maneira a pô-lo em condições de manter a integridade da nova república.

Em tempo de paz o exército polaco compreende : 3 divisões a 3 regimentos de infantaria ; 10 brigadas de cavalaria a 3 regimentos ; 10 regimentos de caçadores a cavalo, a 3 esquadrões, constituindo a cavalaria divisionária; 30 regimentos de artilharia de campanha a 3 grupos de baterias ; 10 regimentos de artilharia pesada a 3 grupos; 1 regimento de artilharia de montanha ; 1 regimento de artilharia pesada de grande potência ; 1 grupo de artilharia anti-aérea ; 10 grupos de artilharia a cavalo a 3 baterias; 10 regimentos de engenharia a 3 batalhões, 3 regimentos de aviação e 5 batalhões de aerosteios ; 3 regimentos de ligações ; 3 regimentos de caminho de ferro ; 16 grupos de automóveis ; 3 batalhões de carros de combate.

— O regimento de infantaria compreende : 3 batalhões, tendo cada um destes 3 companhias de fuzileiros e 1 companhia de metralhadoras, e mais 1 batalhão de unidades técnicas e engenhos especiais.

O regimento de cavalaria de linha tem 4 esquadrões ordinários, um esquadrão de metralhadoras e um esquadrão técnico.

— O *efectivo do exército* tem 18.000 officiaes e 260.000 praças, compreendendo 2 contingentes (classe de 1899 e de 1900, referidas á data do nascimento dos homens).

— O *território* está dividido em 10 *regiões territoriais* (subdivididas em 103 *distritos de recrutamento*), cujas sédes são em Varsovia, Lublin, Vilna, Lodz, Cracovia, Lemberg, Posen, Thorn, Brest-Litowsk e Przemysl.

— Em Varsovia ha uma *escola de estado maior*. Os officiaes das diferentes armas saem das escolas militares de aspirantes, cursando depois *escolas de applicação* das armas ou escolas das especialidades.

Ha também escolas para a formação de sargentos.

O *ministro dos negocios militares* tem como órgãos auxiliares :

a) O *estado-maior general*;

b) A *Direcção geral da administração*;

c) Corpo de fiscalização do exército;

d) O gabinete do ministro;

e) As 10 direcções das diferentes armas e serviços (infantaria e gendarmaria; cavalaria, trem hipomóvel e serviço veterinário; artilharia e armamento; aeronáutica; engenharia; armas técnicas; intendência; saúde; justiça militar; recrutamento e remonta.

Junto do ministro, como órgão consultivo, ha o *Conselho superior de guerra*, que é consultado sôbre todas as questões importantes.

Este Conselho é presidido pelo Presidente da Republica, tendo como vogais : o ministro dos negocios militares; o general nomeado para exercer o comando supremo em tempo de guerra; o chefe e sub-chefe de estado maior general; os generais exercendo em tempo de paz as funções de inspectores do exército (5 inspectores) e 3 outros generais nomeados anualmente pelo ministro.

## Russia

**Organização do exército russo.** — Ao principio o exército bolchevista era miliciano; mas em breve se reconheceu que só o exército permanente oferecia garantias de disciplina e de instrução, tão necessárias para dar a um exército a máxima potência combativa.

Foi Trotsky quem foi o mais denodado campeão do exército permanente, pois reconheceu os perigos de um exército miliciano sem coesão e sem disciplina. Hoje o serviço militar é obrigatório e a permanência nas fileiras é de 2 ou 3 anos, segundo as armas.

Todos os mancebos, a partir dos 17 anos, são obrigados a receber uma instrução militar preparatória, a qual é ministrada em cada comuna 2 dias por semana por um quadro permanente.

— Actualmente existem nas fileiras 3 contingentes (classes de 1899, 1900 e 1901), o que permite manter um efectivo de 1.370:000 homens,

O que caracteriza, porém, o exército bolchevista, e o distingue dos exércitos do occidente, é a dualidade de autoridades em cada unidade, qualquer que seja a sua hierarquia: o comando técnico, propriamente militar, e um órgão politico, representante do povo.

No alto da hierarquia militar, na administração central; encontra-se o mesmo dualismo: um alto órgão militar — o *estado maior general* — e a *Direcção politica*, da qual depende toda a estrutura politica do exército vermelho.

— Todo o território da Russia está dividido em 12 circunscrições territoriaes militares, chamadas *okrougs*, havendo ainda uma região especial, onde se recruta o 11.º exército, e que é o *Caucaso*.

Em março de 1922 o exército vermelho comprehendia :

34 divisões, a 2 ou a 3 brigadas;

20 brigadas autonomas;

18 divisões de cavalaria, a 2 ou 3 brigadas;

3 brigadas de cavalaria autonomas;

Cada *divisão* comprehende no *pé de guerra* :

3 brigadas de infantaria, a 3 regimentos e éstes a 3 batalhões de 3 companhias;

1 regimento de cavalaria a 4 esquadrões (cavalaria divisionária);

3 grupos de 3 batarias de artilharia de campanha, estas a 4 peças;

1 grupo de 3 batarias de obuses;

1 grupo de 2 batarias de artilharia pesada;

1 batalhão de engenharia ;

1 batalhão de ligações ;

Os *serviços* correspondentes.

A divisão tem um efectivo de perto de 40.000 homens.

— A *brigada autonoma* é constituída por :

3 regimentos de infantaria ;

1 esquadrão de cavalaria ;

1 bateria de artilharia ;

1 companhia de engenharia ;

Os *serviços* correspondentes.

O efectivo da brigada é de 6.500 homens.

— A *divisão de cavalaria* compreende :

3 brigadas, a 2 regimentos ;

1 grupo de artilharia, de 3 baterias a 4 peças ;

meio regimento de ligações ;

1 esquadrão de sapadores ;

Os *serviços* correspondentes.

O efectivo da divisão é de 9.500 homens e 9.800 cavalos.

— Para a preparação e formação dos oficiais existem na Rússia 188 escolas preparatórias ; um curso de aperfeiçoamento em cada divisão ; 12 escolas superiores para as diversas armas : 7 academias para o *estado maior* e *ensino técnico especial* e um *curso superior* para generais.

— Os comandos gozam hoje de uma alta influência sôbre as tropas e tem vencimentos importantes. Actualmente existem as insignias correspondentes aos diversos graus hierarquicos e a disciplina e obediência exerce-se com grande rigor.

As escolias militares fornecem ainda um fraco número de oficiais (10 %) provindo o maior número do antigo exército (27 %), dos antigos sargentos (13 %) e de outras proveniências, sem terem passado por uma escola militar (44 %). Nos *serviços* ha varios funcionarios militarizados (6 %).

— O *alto comando* e o *estado maior* é constituído, na sua maioria, por oficiais do antigo regime.

Tendo feito a guerra, de 1914-1918, existem actualmente 250 generais, dos quais 150 proveem da antiga academia de guerra.

— Do que fica exposto se conclue que o exército vermelho é um elemento de força que as nações ocidentais tem de tomar em consideração e que pode ter uma grande influência numa próxima guerra mundial.

## Suissa

**O novo regulamento de pontoneiros.** — Um novo regulamento, com a data de 12 de dezembro de 1921, foi publicado, vindo assim substituir o de 1913.

Esta substituição tornava-se necessária em virtude da experiência da última guerra. A construção de pontes militares adquiriu um grande desenvolvimento e hoje as pontes tem de suportar cargas que em 1913 não se previam.

As pontes que então se construiam eram para cargas de 3 a 4 toneladas. Ora hoje com o emprego dos auto-camiões e com a utilização no campo de batalha da artilharia de grosso calibre, as pontes militares terão de suportar cargas de 8 a 10 toneladas.

O regulamento suiço, sem pôr de parte o material até hoje adoptado, indica porém outros metodos de construção, que exigem maior quantidade de material.

E' assim que nas pontes de apoios fixos, cada apoio é constituído por 2 cavaletes, em vez de um, sendo aqueles justapostos. Nas pontes de apoios flutuantes, êstes são constituídos por pontões de 3 peças, e o taboleiro da ponte é também reforçado.

O regulamento contém certas particularidades de construção, que muito interessam aos profissionais, e por isso recomendamos a leitura do novo regulamento suiço de pontoneiros aos nossos oficiais de engenharia.



## Diversos

### Os orçamentos militares da França, Inglaterra e America para 1922.

E' bastante elucidativo a comparação entre os orçamentos militares das 3 potências principais, que entraram na grande guerra :

Orçamento francês	{	Guerra.....	3.917 milhões de frs.
		Marinha.....	793 » »
		Colónias.....	186 » »
		Total.....	4.896 » »
Orçamento inglês	{	Guerra.....	106.315.000 libras
		Aeronáutica.....	18.305.000 »
		Marinha.....	82.479.000 »
		Índias.....	60.317.100 »
		Egipto.....	1.843.296 »
		Domínios.....	10.000.000 »
Total.....	279.259.396 »		
Orçamento americano	{	Guerra.....	326.366.591 dollars
		Marinha.....	410.673.880 »
		Total.....	737.040.471 »

Considerando a libra com o valor de 25 frs. e o *dollar* com o valor de 5 frs, teremos assim :

Orçamento francês.....	4.896 milhões de frs.
» inglês.....	7.000 » »
» americano...	3.685 » »

— Os efectivos das forças militares para o ano de 1922 são respectivamente :

França.....	655.000 homens
Inglaterra.....	417.000 »
America.....	178.000 »

Em 1914 os orçamentos eram :

França.....	2.144.516.923 francos
Inglaterra.....	2.491.425.000 »
America.....	1.286.770.335 »

Como se vê, os orçamentos na America e Inglaterra treplicaram ; mas na França não aumentaram na mesma proporção.

**Os orçamentos de diversos ministérios da guerra.** — A grande guerra exerceu a sua acção nefasta na vida economica de quasi todas as nações, mas em especial nas que tomaram parte nessa guerra. E' nos orçamentos dos ministérios da guerra e marinha que essa influencia mais se manifesta.

A *França*, que dispndia nos ministerios da guerra, marinha e colonias em 1913 1.807 milhões de francos, viu aumentar esses orçamentos a 36.120 milhões em 1918. Em 1919 as despesas já foram de 18.185 milhões ; em 1920 desceram para 7.648 ; em 1921 baixaram a 6.312 ; e em 1922 ainda são de 4.910, ou seia quasi o triplo do que era em 1913.

— Nos *Estados-Unidos* os orçamentos da guerra e marinha foram em 1913-1914 de 316 milhões de dollares ; para 1921-1912 os orçamentos daqueles ministérios foram de 1.800 milhões ; isto é, mais do quintuplo do orçamento antes da guerra.

Na *Inglaterra* em 1913 1914 os orçamentos da guerra e marinha foram

de 77 milhões de libras; em 1922-1923 as despesas são calculadas em 145 milhões de libras; isto é, 100% das despesas antes da guerra.

No *Japão* as despesas militares inscritas no orçamento de 1913-1914 foram de 195 milhões de *yens*; e no orçamento de 1922-1923 essas despesas são calculadas em 646 milhões (aumento de 332%).

Na *Italia* as despesas militares em 1913-1914 foram de 668 milhões de liras, enquanto que para o ano de 1922-1923 são calculadas em 2.600 milhões (aumento de 372%).

E' pois a França a nação que tem feito uma maior compressão nas suas despesas militares.

## CRÓNICA MARÍTIMA

### Alemanha

**Dirigíveis.**—De 78 dirigíveis que a Alemanha possuía, 72 foram efectivamente empregados em operações, especialmente em 1916. Neste ano, os 31 que estavam em serviço fizeram 296 cruzeiros e 107 ataques. As perdas elevaram-se durante a guerra a 52, sendo 25 destruídos pelo inimigo, 14 pelo mau tempo e 12 por explosões. Os restantes foram desarmados por varias razões.

### E. U. da America

**Restrições aos armamentos navais.**—O senado americano ratificou o acôrdo das cinco grandes potências sobre limitações dos armamentos navais. Na discussão, o senador Borah declarou que seria uma calamidade nacional se o acôrdo representasse o máximo que seria possível atingir em matéria de limitação de armamentos, afirmando que ainda não tinha começado a verdadeira campanha a favor do desarmamento.

O acôrdo foi aprovado sem reservas ou emendas, por 74 votos contra 1, o que constituiu uma eloquente prova de sagacidade do governo americano, que viu a tempo o começo de uma reacção popular contra a politica naval iniciada por Mr. Daniels quando ministro.

A proposta orçamental estabelecia para o ano próximo uma redução dos 137:000 homens actualmente em serviço, a 86:000, e os officiaes, de 5:500 a 3:440. Mas a comissão do orçamento entendeu ser necessário cortar mais fundo, não podendo aceitar mais de 65:000 homens. Diz-se que, de 541 aspirantes actualmente na Escola Naval, apenas 20 poderão ficar ao serviço, procurando-se já colocações civis para os restantes. É interessante notar que, desde o presente, os aspirantes que terminam o curso recebem o grau de bachareis em sciências.

Com os 65:000 homens, propostos pela comissão do orçamento, não será possível ter armados mais de 12 couraçados, com os destroyers e navios auxiliares necessários para realizar a sua instrucção. E, como com tão pequeno número de navios, não conviria ter duas armadas, uma no Atlântico e outra no Pacífico, far-se-ha provavelmente uma concentração neste último oceano, onde os interesses americanos mais provavelmente necessitarão de protecção.

**Aviões contra couraçados.**—Quando tanto se discute o papel dos aéreos na guerra naval, são para ponderar as opiniões do almirante Sims, que foi comandante em chefe das forças navais americanas na Guerra Europeia, e é o actual presidente do Colégio da Guerra Naval.

«Dizia-se no passado que o couraçado era a coluna vertebral da armada, mas eu creio que já o não é. O couraçado não tem defesa contra um

aeroplano, a não ser as pequenas peças anti-aéreas. Os melhores técnicos concordam em que, ainda os resultados mais favoráveis do tiro anti-aéreo de um navio, são desprezáveis. O domínio do ar significa o domínio da superfície, quer no mar, quer em terra. A experiência do afundamento do «Ostfriesland» por bombas de aeroplano prova que, com a nossa costa protegida por aéreos, nenhum navio pode chegar a ela, ou desembarcar tropas»

Em sua opinião, o tipo de navio, que actualmente é mais urgentemente necessário, é o porta-aviões, um tipo que nada tem a temer do couraçado, ou do cruzador de batalha, porque a sua velocidade de 35 nós lhe permite conservar-se fora do alcance das peças grossas, ao mesmo tempo que os aeroplanos que transporta destruirão os couraçados.

Pouco importa que os navios que actualmente formam as grandes marinhas do mundo vão para a sucata, ou continuem a existir, porque em qualquer caso não terão nenhuma utilidade. Se os E. U. da America gastassem milhões em couraçados, e outra potência gastasse metade em aeroplanos, não tem dúvida sobre qual das duas ficaria melhor armada.

Não são menos para ponderar as opiniões do almirante Fiske, o qual afirma que, no futuro, a guerra naval será dominada pelo poder aéreo, de modo que a nação que criar a mais forte e a mais eficiente armada aérea, realizará inevitavelmente o contrôlo do mar.

## França

**O programa naval criticado.**—Tendo as câmaras aprovado o programa de construções novas, que ha quatro anos vem sendo discutido e alterado, foi autorizado um crédito suplementar de 160 milhões, para começo de execução. O Ministro da Marinha anunciou nos Deputados que um novo programa, estudado pelo E. M. General, será submetido ao exame preliminar do Conselho General de Marinha, e em seguida presente ao Parlamento.

Já no Senado apareceram criticas ao programa, considerando-o como uma continuação da política que tinha dado à marinha francesa uma variedade de amostras. A opinião mais geral, porém, e aquela que foi sustentada pelo ministro é que, em vista do facto de a França se preocupar presentemente em primeiro lugar com a conservação da sua posição no Mediterrâneo, onde a futura utilidade do navio capital é um tanto problemática, o novo programa se adapta bem às suas necessidades. A opinião geral favorece o desenvolvimento de navios de superfície pequenos e de grande velocidade, em cooperação com submarinos e aéreos, e por isso os futuros programas terão como objectivo criar uma marinha adequada e altamente eficiente, *nos três planos*, para fins defensivos.

Não faltam, contudo, opiniões mais radicais, que desejariam que o esforço da França se concentrasse apenas em aviões e submarinos. Assim, o comandante Benoist d'Azy considera o programa prejudicial aos interesses da França, e acrescenta: «Se tivermos uma nova guerra, veremos quanto tempo duram os belos navios que nos querem fornecer, a menos que procurem dissimular-se em grutas profundas. Veremos também para que servem as frentes de mar, quando algumas vagas de aviões vierem rebentar onde lhes apetecer, cegando, envenenando ou destruindo tudo na sua passagem. Nesse dia haverá o desespero e a maldição para aqueles que não consagraram tantos milhões lançados à rua, a dar-nos em primeiro lugar uma aviação de ordem primacial, e em seguida submarinos poderosos. A' parte algumas unidades, que já existem em número demasiado, tudo o que não serve à aviação ou aos submarinos, é inutil e dispendioso; é preciso suprimi-lo imediatamente».

**A guerra no Mediterrâneo.**—Começa a fazer-se a história da guerra, e mais uma vez se reconhecem as dificuldades e atritos com que sempre funcionam as alianças, e muito particularmente no que se refere à condução da guerra no mar. O almirante Darrieus tem escrito que, durante a guerra, à marinha francesa faltou aquele espirito agressivo, que é o segredo do êxito.

Aparece agora a história naval, do tenente Rivoyre, a qual, ao contrário, nos deixa a impressão de que, se a marinha francesa não fez mais, isso se deveu às restrições impostas à iniciativa francesa pelo funcionamento da aliança, e também às limitações do material francês.

Os comandantes franceses estavam sempre prontos a correr riscos em maior grau do que os outros chefes aliados. Como exemplo, apresenta-nos o almirante Rouyer lançando-se com oito navios velhos, de 10.000 toneladas, ao encontro de toda a armada do Kaiser, «a marcha ao sacrifício», como diziam alegremente os seus oficiais. O almirante de Lapeyrère só tinha um pensamento: obrigar a armada austríaca à acção, conduzindo a sua repetidas vezes ao *beco* do Adriático, bombardeando Cattaro, ocupando Lissa, correndo riscos que teriam sido muito grandes com outro adversário, que soubesse utilizar as suas vantagens estratégicas. Um ataque combinado a Cattaro, que êle tinha preparado, foi inutilizado por interferências diplomáticas. A falta de raio de acção e de velocidade das suas flotilhas e a grande distância da sua base de Malta, foram um grande embaraço.

Criticando a acção do alto comando naval italiano, o oficial francês diz que êste não lutava com as mesmas dificuldades materiais, mas mostrou menos iniciativa. Os almirantes Daveluy e Dartige du Fournet deploravam em relatórios oficiais «a atitude defensiva, a inércia e o receio dos riscos» que paralizaram o alto comando italiano, fazendo que a superioridade aliada não fôsse utilizada, como devera ter sido.

**A necessidade de uma lei orgânica fundamental.**—Determinar a composição da armada, a organização da defesa das costas, da aeronáutica, dos arsenais, e as leis dos quadros e dos efectivos, que daquelas decorrem, é estabelecer os fundamentos da marinha.

«E' exactamente porque isso não existe, diz o *Moniteur la Flotte*, porque a marinha não tem existência legal, porque não tem na sua base uma lei orgânica, que ela oscila a todos os ventos da opinião, a todas as flutuações da política e das finanças. Depois da guerra de 70, o exército reconstituiu-se por uma lei orgânica; hoje, a sua reconstituição em novas bases, apoia-se mais uma vez em uma lei basilar. Se quisermos que a marinha reviva, é necessário que, depois da discussão da lei orgânica do exército, venha a discussão da lei orgânica da marinha».

## Inglaterra

**O faturamento dos navios de linha.**—A questão da utilidade de construir navios de linha foi levada ao Parlamento inglês, onde o primeiro lord do Almirantado afirmou, que presentemente o couraçado conserva a sua posição, devido à inevitável falta de precisão nas condições que regulam o ataque do ar, pelo que tal ataque não pode ser considerado como uma ameaça para uma armada mo'terna, estando, por outro lado, inteiramente assegurada a defesa contra os aéreos, no que a navios capitais diz respeito.

E' possível que tenha sido exagerada a capacidade ofensiva dos aéreos, que a percentagem de alvos alcançada pelas bombas ou pelos torpedos seja muito pequena contra um alvo que se desloca com grande velocidade, e ainda que a contra-ofensiva pelo fogo de artilharia dos próprios navios e pelos aeroplanos de caça da escolta reduzam a um mínimo o perigo dos ataques do ar. Mas é difícil conciliar a opinião desdenhosa do primeiro lord com os resultados das experiências americanas, na parte relativa aos efeitos das explosões das grandes bombas que caem no mar, junto ao alvo. Os danos que sofreu o «Ostfriesland» pela explosão de uma única bomba de 2.000 lbs. foram, no parecer dos técnicos presentes, maiores do que aqueles que poderiam ter infligido dois torpedos, acertando simultaneamente.

O relatório das experiências diz: «Os aéreos, transportando bombas de grande capacidade, carregadas de alto explosivo, possuem o poder ofensivo para afundarem ou aviarem seriamente qualquer navio dos que existem construídos, desde que tais projecteis possam ser colocados na água, junto ao

costado do navio. De mais, será difícil, se não impossível, construir qualquer tipo de navio com a rebustês suficiente para resistir à força destruidora que pode obter-se com as maiores bombas que os aeroplanos podem transportar, partindo de bases na costa!

O «*Naval & Military Record*» comentando pergunta «se o velho espírito de conservantismo reaccionário, que combateu contra todas as grandes inovações navais do passado, não estará mais uma vez em evidência no Almirantado».

A opinião inglesa, em parte alarmada com as experiências americanas, e dada a situação actual, económica e financeira, reclama que antes de ser posto no estaleiro qualquer navio de linha novo, se proceda às experiências que, ainda quando venham a provar a supremacia do navio de linha, não deixarão de aconselhar importantes modificações na sua estrutura.

Aquelas experiências teriam dois fins em vista: Determinar se um navio de linha, de construção moderna, pode ser afundado pelas armas que hoje, ou num futuro próximo, um avião pode lançar; e determinar a eficácia destas armas empregadas por um avião, nas condições da guerra real, em ataques em massa, a coberto de nuvens de fumo e contra alvos navegando a grande velocidade.

**O Orçamento.**—Na discussão do orçamento da marinha, o secretário parlamentar do Almirantado declarou que a proposta orçamental se baseava na hipótese de que o acôrdo de Washington será finalmente ratificado pelas cinco potências. Se, por qualquer contratempo grave para a Gran Bretanha, como grave para todo o mundo, tal não suceder, o orçamento terá de ser sujeito a revisão, e as economias que nele se pretende realizar, tornar-se-hão em grande parte impossíveis.

No que se refere a oficiais, fez notar que o aumento na proporção do número de oficiais para o de praças é em parte devido à existência de alguns oficiais ainda ao serviço, mas aos quais se procura dar facilidades para colocação fora da armada. Contudo, o que tem sucedido não tem sido tanto aumentarem os oficiais, como deminuirem as praças. Em resultado do emprego do combustível líquido, conseguiu-se reduzir de 20.000 homens o pessoal de fogo; fez-se ainda uma grande redução no pessoal não especializado, mas sem que se possa fazer redução correspondente no pessoal especializado e dirigente e, devido às novas invenções que, cada vez mais, se estão tornando uma parte integrante da vida da marinha, e parte do pessoal especializado aumenta sempre, relativamente ao não especializado.

**A «Victory».**—O Almirantado deu ordens para que o navio almirante de Nelson, em Trafalgar, fique permanentemente em doca sêca, em Portsmouth, a fim de assegurar a sua conservação nas condições mais económicas.

## Italia

**Leonardo da Vinci.**—Êste couraçado, afundado durante a guerra, em consequência de um acidente, levantado do fundo com grande custo, e por uma forma que fez honra à engenharia naval italiana, tinha sido posto de parte. O Senado italiano pronunciou-se agora pela continuação dos trabalhos de reparação, cujo custo se elevará a 60 milhões. Graças a êste navio, a armada italiana de navios de combate ficará em igualdade com a francesa, como a Italia desejava, e como foi resolvido em Washington.

## Russia

**Situação da marinha dos Soviets.**—As notícias sôbre a marinha russa chegam muito incompletas e nem sempre são atendíveis. Parece, contudo, que o governo dos soviets tem mostrado ultimamente um interesse mais que vulgar pelas questões navais, tendo expedido uma ordem peremptória ao

comando da esquadra do Báltico, insistindo pela manutenção de uma disciplina mais rígida e por uma maior eficácia.

Resta ver como esta ordem será cumprida. Tudo indica que a marinha se encontra num estado de completa desorganização: nos últimos anos não tem havido praticamente instrução; os poucos oficiais competentes e técnicos habéis que sobreviveram à revolução bolchevista, abandonaram o serviço, ficando apenas um pessoal que é mais ou menos ignorante dos rudimentos da sua profissão.

Não há dúvida que a armada se está deteriorando, tanto em material como em pessoal. Os *dresdnoughts* Petropavlovsk e Sebastopol foram crismados respectivamente de Cumuna de Paris e Marat, e alguns dos navios pequenos têm também nomes novos.

Parece que a esquadra do Báltico possui actualmente 60 destroyers e cerca de 20 submarinos, vários dos quais lança-minas.

B. S.

## BIBLIOGRAFIA

### I — LIVROS

#### França

- 1 KLING (M.), Dopter (mèdecin principal de 1<sup>er</sup> classe). — *Les armes chimiques de guerre utilisées par l'Allemagne durant la guerre 1914-1918*, par M. Kling, directeur du Laboratoire municipal de chimie de la ville de Paris. La protection contre les gaz de combat, par M. le mèdecin principal de 1<sup>re</sup> classe Dopter, professeur au Val de Grâce, membre de l'Academie de médecine. — Limoges, imp. — libr. — éditeurs Charles-Lavauzelle et C<sup>ie</sup>. Paris, libr. de la même maison, 124, boulevard Saint Germain. 1921. In-8, 75 p.
- 2 BÉGOU (Commandant) — *Conseils pratiques pour l'instruction des petits unités d'infanterie*. Application des nouveaux réglemens. — Nancy-Paris-Strasbourg, impr. libr. éditeurs Berger-Levrault 1921. In-16 40 p. Net. 1 fr. 50
- 3 *Artillerie. Armes portatives. Instruction sur la nomenclature, l'emploi, le démontage et l'entretien des pistolets automatiques de 7 millim.* 65 en service. 1916. 20 janvier. — Paris, Impr. nationale. 1921. (31 décembre.) In-12, 12 p. avec figures. (Ministère de la guerre. Artillerie).
- 4 DOUIN (Georges), Lieutenant de vaisseau *Un épisode de la guerre mondiale. L'Attaque* du canal de Suez (3 février 1915) avec deux cartes hors texte en couleurs. — Coulommiers, impr. Paul Brodard. Paris, libr. Delagrave, 15, rue Sufflot. 1922. In 8, 120 p.
- 5 MAITROT (Général). — *La prochaine Guerre* (sou caractère scientifique). Ages d'histoire. — Paris, impr. J. Dumoulin; libr. Flix Alcan, 108, boulevard Saint Germain 1921 (6 janvier 1922.) In-16, xv-109 p. net. 5 fr.
- 6 *Règlement provisoire de manoeuvre d'infanterie du 1<sup>er</sup> fevrier.* 1920. Annexes. — Limoges, impret libr. Charles-Lavaurelles e C<sup>ie</sup> Paris, Libr de la même maison, 124 boulevard Saint-Germain. 1921. In-12, xix 88 p. avec figures. 1 fr. 50
- 7 *Réserve et armée territoriale.* Officiers et assimilés. Volume mis à jour à la date du 25 septembre 1921. — Limoges, impr. et libr. Charles-Lavauzelle e C<sup>ie</sup> Paris Libr. de la même maison, 124, boulevard Saint-Germain. 1921. In-8 189 p. 5 fr.

#### Inglaterra

- 1 WARD (Major C. H. D.) *The 56th Division.* (1st London Territorial Division.) With a Foreword by Gen. Lord Horne of Stirkoke, G. C. B., K. C. M. G. 8vo, pp. 347. J. Murray 2/1

- 2 *Wykehamists Who Died in the War*. Vol. 1. pp. 2h2. Containing the Names of those who Entered the School from 1868 to 1897. Vol. 4, pp. 220, containing the Names of those who Entered the School from 1900-1913. *Warren*. £2 10s. each vol ; £8 8s. set.
- 3 WYRALL (E.) *The History of the 2nd Division*. 1914-1918. With a Foreword by Field Marshal Earl Haig of Bemersyde. Vol. 1. Demy 8vo, pp. 344. *Nelson*. 21/
- 4 BARTLETT (S. A.) *From the Somme to the Rhine*. «On Active Service Series.» Cr. 8vo, pp. 209. *J. Lane*. 7/6
- 5 BUCHAN (J.) *A History of the Great War*. In 4 Vols. Vol. 2 — From the beginning of the Dardanelles Campaign to the Battle of Verdun. 8vo, 1 p. 588. *Nelson*. 25/
- 6 *EMPIRE at War*, The. Edited for the Royal Colonial Institute by Sir Charles Lucas, K. C. B., K. C. M. G. Vol. 1. 8vo, pp. 335 *Oxf. P.* 15/
- 7 HUTCHINSON (Lt.-Col. G. S.) *The 33rd Division and Flanders*. 1915-1919. Folio, pp. 17. *Waterlow & S.* 7/15.
- 8 MATTHEWS (E. C.) *With the Cornwall Territorials on the Western Front* Being the History of the Fifth Battalion Duke of Cornwall's Light Infantry in the Great War. Illus. Demy 8vo, pp. 191. *Spalding*. 25/
- 9 OGILVIE (Major D. D.) *The Fife and Forfar Yeomanry, and 14th (F. & F. Yeo.) Battalion R. H.*, 1914-1919. With a preface by Major Gen. E. S. Girdwood, C. B., C. M. G. Illus. and maps. 8vo, pp. 224. *J. Murray*. 9/
- 10 SARGEANT (B. E.) *The Isle of Man and the Great War*. M. 8vo, pp. 211. *Brown Sons* 10/6
- 11 MACKENZIE (Capt. D.) *The Sixth Gordons in France and Flanders*. (With the 7th and 51st Divisions.) Cr. 4to (10 × 8), pp. 241. *Aberdeen, Rosemount Press*.
- 12 MANCHESTER *University Roll of Service*. 8vo, pp. 374. *Longmans*. 10/
- 13 YOUNG (A. D.) *A Subaltern in Serbia, and Some Letters from the Struma Valley*. Cr. 8vo (7  $\frac{1}{2}$  × 5), pp. 126. *Drane* 3/6

## PERIÓDICOS — II

**Portugal**

- 1 *Anais do Club Militar Naval*, n.ºs 1-2 e 3 de Janeiro, Fevereiro e Março de 1922. Organização das Brigadas da Armada. Integração gráfica. A legislação das capitánias. Etc.
- 2 *O Instituto*, n.º 2 de Fevereiro de 1922. Rex Pacis. A economia política e a agricultura. Etc.

**Brasil**

- 1 *Revista da Escola Militar*, n.º 7 de Maio de 1922. No mesmo Rumo-Palestra de Infante É Mau Esquecer. Mosaicos Dourados. Etc
- 2 *O Tiro de Guerra*, n.º 111 de Março de 1922. 1.º de Março de 1870. Directorias dos Tiros em 1922. Tiro de Guerra 525 (A imponente cerimonia do compromisso à bandeira pelos novos reservistas). Etc.

**Colombia**

- 1 *Memorial del Estado Mayor del Ejército de Colombia*, n.ºs 115 e 116 de Janeiro e Fevereiro de 1922. Orden ministerial para hoy 23 de Febrero de 1922. El nuevo reglamento de infanteria. Al rededor de «Carabobo». Etc.

## Espanha

- 1 *La guerre y su preparación*, n.º 1 de Janeiro de 1921. Empleo del automovilismo en las operaciones de guerra. Una visita á la Escuela Militar de Shorncliffe (Inglaterra). Etc.  
N.º 2 de Fevereiro. Sobre el nuevo reglamento táctico de la Infantería japonesa. Formación de sub oficiales en el ejército belga. Etc.
- 2 *Memorial de Artillería*, n.º de Maio de 1922. La defensa de nuestra frontera del Norte. Estudio sobre el municionamiento de la Artillería en campaña. Ligeras consideraciones sobre la misión encomendada a los parques de ejército, y preparación, como consecuencia de aquellas, desde el tiempo de paz de los elementos constitutivos de los mismos. Etc.
- 3 *Memorial de Infantería*, n.º 124 de Maio de 1922. Cuarto concurso del Memorial de Infantería. Encuesta del Memorial de Infantería. El moderno armamento de la Infantería. El armamento de nuestra Infantería. Etc.

## França

- 1 *La Revue d'Infanterie*, n.º 356 de Maio de 1922. Quelques réflexions sur l'infanterie. Les tendances allemandes actuelles en matière de tactique d'infanterie. Etude sur l'emploi des chars de combat. Etc.  
N.º 357 de Junho de 1922. L'infanterie et le feu. Essai de doctrine. Les tendances allemandes actuelles en matière de tactique d'infanterie. Les armes portatives individuelles et collectives et leurs munitions pendant la guerre 1914-1918. Etc.
- 2 *Revue Militaire Générale*, n.º de Maio de 1922. Les possibilités militaires actuelles. Tessé a-t-il trahi Louis XIV en 1707. La refonte des règlements et notre doctrine de guerre. Etc.

## Italia

- 1 *Rivista de Artiglieria e Genio*, n.º de Março de 1922. L'accompagnamento materiale della fanteria. Nuove caratteristiche della guerra di massa. Tiro di efficacia a tempo per battere il pendio dietro una cresta. Etc.

## Salvador

- 1 *Boletín del Ministerio de Guerra*, n.º 84 de Dezembro de 1921. Ordenes Generales Importantes. Movimiento habido en el Ejército durante el mes de Diciembre de 1921. Etc.  
N.º 85 de Janeiro de 1922. Ordenes Generales Importantes. Reglamento Orgánico de las Tropas de Ingenieros. Etc.

## Suissa

- 1 *Revue Militaire Suisse*, n.º 5 de Maio de 1922. L'offensive d'une division. Règlements nouveaux et procédés de combat. L'éducation des skieurs militaires. Etc.
- 2 N.º 6 de Junho de 1922. La conduite de la guerre jusqu'à la bataille de la Marne. L'instruction de nos troupes en 1914. Etc.

---

Mantendo as tradições deste jornal, a direcção declina nos autores a responsabilidade das doutrinas expostas nos respectivos artigos.

---